

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

KAROLINE NATACHA CAVALCANTE PANTOJA

PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA

MANAUS

2022

KAROLINE NATACHA CAVALCANTE PANTOJA

PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho

MANAUS

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P198p Pantoja, Karoline Natacha Cavalcante
Pós-graduação e produção acadêmica na Amazônia / Karoline
Natacha Cavalcante Pantoja . 2022
109 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Pós-graduação. 2. Amazônia Legal. 3. Políticas. 4. Teses e
dissertações. I. Carvalho, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

KAROLINE NATACHA CAVALCANTE PANTOJA

PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho
PPGS/UFAM

Prof.^a Dra. Edna Maria Ramos de Castro
NAEA/UFPA

Prof.^a Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas

MANAUS/AM

2022

Dedico esta dissertação a DEUS, digno de toda honra e glória.

AGRADECIMENTOS

- ❖ A Deus, meu pai Celestial e autor da minha fé.
- ❖ Aos meus pais, Antônio e Suely, que sempre me apoiam, incondicionalmente, em todas as minhas decisões e sonhos, sinto esse amor na minha alma. À minha irmã, Jennifer, que sempre me entendeu e defendeu quando eu precisava estudar durante a madrugada, devido às atividades que tinha durante o dia.
- ❖ Aos grandes amigos de vida que sempre estiveram disponíveis para escutar minhas tristezas e alegrias, e aos bons amigos que adquiri nesta caminhada de pós-graduação, pelos momentos de descontração e, também, de conhecimento compartilhado.
- ❖ Ao meu orientador, professor Dr. Marcelo Seráfico, por sua disponibilidade, sugestões e condução até a conclusão desta dissertação, além de, ter escutado, entendido e ajudado sempre que precisei falar sobre minhas dificuldades.
- ❖ Agradeço a todos os professores que agregaram conhecimento durante o período das aulas, em especial, aos professores Odenei Ribeiro e Tiago Jacaúna por me ajudarem, em determinado momento, durante o processo.
- ❖ À secretária Marluce, que sempre se mostrou disposta a auxiliar e tirar qualquer dúvida que tivéssemos desde o início.
- ❖ Agradeço as professoras Marilene Corrêa e Edna Castro pelas distintas contribuições no meu exame de qualificação e, também, na minha defesa. Sinto-me honrada por essas contribuições.
- ❖ Por fim, agradeço os autores das teses e dissertações, as Universidades Federais da Amazônia Legal e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela organização e divulgação destes trabalhos que, além de contribuir para a minha pesquisa, em muito podem ajudar a desenvolver a região socialmente e economicamente.

RESUMO

A Amazônia é conhecida por sua grandiosa biodiversidade, ainda não totalmente explorada. Faz parte de nove países da América do Sul e, aproximadamente, 61% desse território abrange os estados brasileiros do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Esses estados receberam a designação de Amazônia Legal, pela Lei nº 1.806/1953, como resultado de um conceito político para fins de planejamento econômico e não geográfico. Dada a significância nacional e internacional da Amazônia, esta pesquisa buscou analisar o conhecimento acadêmico produzido sobre a realidade da Amazônia Legal em teses e dissertações de pós-graduação *stricto sensu* realizadas nas universidades públicas da própria região. Para tal fim, foi realizado um levantamento das teses e dissertações no período de 1987 a 2018 das áreas de conhecimento em sociologia, antropologia, ciência política e interdisciplinar. A categorização desses trabalhos foi feita por meio da Classificação Hierárquica Descendente gerada com o auxílio do Iramuteq, um *software* para análise de dados textuais. Ademais, foi realizada a descrição do contexto histórico da pós-graduação, além da descrição das ações e políticas estratégicas governamentais destinadas a esse nível de ensino no Brasil e na Amazônia, a fim de entender os aspectos em torno da institucionalização e desenvolvimento da pós-graduação. Os resultados mostraram um percentual maior para teses e dissertações com conteúdos relacionados a questões indígenas, desenvolvimento sustentável e ciência e tecnologia. Além disso, mostraram que a Universidade Federal do Pará foi a instituição com maior quantidade de pesquisas destinadas a mostrar a realidade da Amazônia Legal. Em conclusão, salienta-se que a produção de conhecimento acadêmico na região ainda é quantitativamente menor, se comparada às pesquisas desenvolvidas fora da região.

Palavras-chaves: Pós-Graduação, Amazônia Legal, Políticas, Teses e dissertações.

ABSTRACT

The Amazon region is well known for its great biodiversity, still not fully explored. It reaches nine countries in South America and nearly 61% of its territory reaches Brazilian states: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, and parts of Maranhão. Those states are called “Brazil's Legal Amazon” by the law 1.806/1953, as the result of a political concept aimed at economical management, not at a geographical one. Given the national and international importance of the Amazon region, this research aims to analyze the academic knowledge already produced on Brazil's Legal Amazon subject in post-graduation theses of public universities based in the Amazon region. To reach this goal, we looked for theses of the 1987-2018 period in the fields of sociology, anthropology, political science, and interdisciplinary. The categorization of those works was made through the Descending Hierarchical Classification generated with Iramuteq, a software for textual analysis. Furthermore, we described the historical context of the post-graduation and the programs and strategic governmental policies aimed at this level of degree in Brazil and the Amazon region willing to understand the elements surrounding institutionalization and development of post-graduation. The results showed a major rate of theses with subjects connected to native people's questions, sustainable development, and science and technology. Nevertheless, they show that the Federal University of Pará was the institution with the highest number of studies that aimed to show the reality of Brazil's Legal Amazon. Our conclusions underline that the building of academic knowledge in the region is still quantitatively smaller compared to studies developed outside the region.

Keywords: Post-graduation. Brazil's Legal Amazon. Policies. Theses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Categorias da Classificação Hierarquica Descendente (CHD) das teses e dissertações que abordam sobre a Amazônia Legal no período entre 1977 e 2006

Figura 2: Análise de Similitude entre as palavras das teses e dissertações que retratam sobre a Amazônia Legal no periodo entre 1977 e 2006

Figura 3: Categorias da Classificação Hierarquica Descendente (CHD) das teses e dissertações que abordam sobre a Amazônia Legal no período entre 2007 e 2018

Figura 4: Análise de Similitude entre as palavras das teses e dissertações que retratam sobre a Amazônia Legal no periodo entre 2007 e 2018

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – História da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Quadro 02: Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG)

Quadro 03: Programas de pós-graduação stricto sensu em Antropologia, Sociologia e Ciência Política na Amazônia de 1994 a 2006.

Quadro 04: Programas de pós-graduação em Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas na Amazônia de 2007 a 2018.

Quadro 05: Programas de pós-graduação da Área de Conhecimento Interdisciplinar na Amazônia Legal de 1977 a 2006.

Quadro 06: Programas de pós-graduação da Área de Conhecimento Interdisciplinar na Amazônia Legal de 2007 a 2018.

Quadro 07: Temas mais citados sobre a Amazônia Legal de 1987 a 2018

Quadro 08: Distribuição das pesquisas por Universidade

Quadro 09: Total de pesquisas por Área de Conhecimento

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AFC: Análise Fatorial de Correspondência

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA: Centro de Biotecnologia da Amazônia

CHD: Classificação Hierárquica Descendente

CNPG: Conselho Nacional de Pós-Graduação

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CT&I: Ciência, Tecnologia e Inovação

FAPEAM: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FAPs: Fundações de Amparo à Pesquisa

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IRAMUTEQ: *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*

MCTIC: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MEC: Ministério da Educação

MPEG: Museu Paraense Emílio Goeldi

NAEA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

PAC: Programa Acelera Amazônia

PBDCT: Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PIASOL: Polícia Indígena do Alto Solimões

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação

PPA: Plano Plurianual

PPGA: Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGDSTU: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

PPGSA: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia

PROAMBIENTE: Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural

PROCAD: Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia

PVNS: Professor Visitante Nacional Sênior

SIPAM: Sistema de Proteção da Amazônia
SNCTI: Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNPG: Sistema Nacional de Pós-Graduação
ST: Segmentos de Texto
UFAC: Universidade Federal do Acre
UFAM: Universidade Federal do Amazonas
UFMA: Universidade Federal do Maranhão
UFMT: Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA: Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA: Universidade Federal do Pará
UFRR: Universidade Federal de Roraima
UFT: Universidade Federal de Tocantins
UNIFAP: Universidade Federal do Amapá
UNIFESSPA: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIR: Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	19
1.1 O ensino superior no Brasil e o contexto da Pós-Graduação.....	19
1.2 Histórico da pós-graduação no Brasil.....	20
1.2.1 A política de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	27
1.3 Aspectos da Pós-Graduação na Amazônia.....	30
CAPÍTULO II: A PÓS-GRADUAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO BRASIL	37
2.1 O processo de modernização industrial e a política de formação de recursos humanos de 1990 a 1994	38
2.2 A promoção do aprimoramento científico e tecnológico de 1995 a 2002.....	41
2.3 Autonomia científica e crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação de 2003 a 2010.....	47
2.4 Formação, capacitação e fixação de recursos humanos de 2011 a 2018.....	51
2.5 A Amazônia nas políticas de Pós-Graduação.....	58
CAPÍTULO III: PRODUÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA LEGAL	69
3.1 Constituição dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Interdisciplinares na Amazônia Legal.....	70
3.2 Categorização de dissertações e teses sobre a Amazônia Legal (1987 – 2018)	79
3.2.1 Método e descrição dos dados.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Desde 1951, os governos brasileiros vêm adotando ações específicas destinadas a estimular o desenvolvimento científico e tecnológico. Um dos pilares dessas ações é a política de formação de pesquisadores. Associada a objetivos extra-científicos, a formação de pesquisadores se tornou parte fundamental do processo de desenvolvimento nacional. O segundo Governo do Presidente Getúlio Vargas deu prosseguimento ao processo de industrialização no Brasil percebendo-se que “(...) A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade (...)” (BRASIL a, s.d.). Com o interesse em atender as demandas da formação de pesquisadores e incentivar a pesquisa científica, iniciam-se os cursos de pós-graduação.

No dia 1º de agosto de 2018, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) enviou para o Ministério da Educação (MEC) o Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES, após o Congresso Nacional ter aprovado a Proposta de Lei Orçamentária. A Emenda não incluía valores específicos, porém, uma das regras apontava que o orçamento para o ano 2019 do MEC deveria ser o mesmo valor do orçamento de 2018, mais a correção da inflação.

Em ofício, o Conselho Superior da Capes pediu preservação dos orçamentos para educação no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), indicando um cenário preocupante e a possibilidade de um corte nacional nas bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, atingindo mais de 93 mil discentes e pesquisadores, além dos cortes nas bolsas de iniciação à docência e programas de cooperação internacional. Esse cenário se confirmaria se o Artigo 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias que mantinha um orçamento para educação em 2019, fosse vetado.

Em nota, após reunião dos Ministros da Educação e do Planejamento, o MEC divulga que não haveria suspensão dos pagamentos das bolsas da CAPES. Outra indicação indagada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, artigos 6º e 59º, é a possibilidade das universidades públicas fazerem uso de suas próprias receitas, proposta negada pela Câmara dos Deputados. Os atuais recursos são provenientes de acordos com entes públicos e privados.

Esses ajustes orçamentários surgiram em detrimento da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), conhecida como Lei do Teto de Gastos, aprovada em 15 de dezembro de 2016. Esta Lei delimita os gastos públicos nas áreas sociais no Brasil até 2036. Nesse regime fiscal, o

orçamento do Poder Executivo não poderá ter ajustamento por percentuais acima da inflação do ano correspondente ao ano anterior, incluindo os custos com a educação superior, inviabilizando metas do Plano Nacional de Educação.

As alterações dos recursos públicos e a redução de investimentos destinados ao sistema de ensino superior e de pós-graduação poderiam acarretar em priorização por algumas áreas de conhecimento e da pesquisa científica na pós-graduação.

Ainda no ano de 2018, o Brasil ofertava um total de 4.323 programas de pós-graduação *stricto sensu*. A Amazônia Legal ofertava 355 desses programas (8,21%) e 6.478 docentes permanentes, para um total de 83.593 de todo o País. Abrangendo nove Estados brasileiros, a pós-graduação na região da Amazônia Legal foi debatida, nos últimos anos, em Fóruns de universidades, outrossim, em algumas políticas de governos e de pós-graduação. Entre as causas dessas discussões estão a desigualdade que existe na distribuição de docentes permanentes entre as regiões do Brasil, desigualdade de financiamento, políticas e ações específicas para a região da Amazônia.

As políticas e ações adotadas para a pós-graduação no Brasil nem sempre traçaram políticas específicas para cada região do país, assim negligenciando ou reiterando desigualdades regionais, particularmente, no que diz respeito à formação, atração e permanência de pesquisadores. Apenas a partir do ano de 2005 essas desigualdades regionais são reconhecidas de forma mais acentuada, no Plano Nacional de Pós-Graduação, principal política voltada para o ensino de pós-graduação *stricto sensu*. Conforme este documento, as duas regiões brasileiras que mais concentraram programas de mestrado e doutorado foram as regiões Sudeste e Sul.

A constatação das desigualdades regionais redundou na necessidade de criação de ações e políticas específicas para a Região Amazônica. Como destaque para discutir essas assimetrias regionais, no dia 25 de agosto de 2016, ocorreu o Fórum de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte, que elaborou a Carta de Rio Branco, um documento que, entre outros realces, pedia às agências de fomento mais dedicação e políticas específicas para a região. O lançamento posterior de editais para a pós-graduação na Amazônia foi resultado da organização deste Fórum e do documento da Carta de Rio Branco.

No documento é ressaltado que as instituições federais passaram por grandes desafios frente às condições sociais, econômicas e políticas do âmbito nacional e devido a esses fatores, seria necessária a implantação de políticas e ações específicas para a região da Amazônia. Este contexto tornou imperativo que as instituições federais fossem analisadas pelos dados percentuais de doutores e de programas de pós-graduação, em relação a outras regiões do Brasil

e ainda que fossem atendidas de forma diferenciada através de programas e ações com elementos regionais visando manter a pesquisa e pós-graduação na região e a diminuição de assimetrias historicamente construídas¹.

Tendo como referência o ano de 2018, a distribuição de programas ainda se concentrava, em sua maioria, na Região Sudeste. Conforme dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Região Sudeste oferecia, entre mestrado e doutorado, um total de 1.940 programas, seguida da Região Sul, com 939 programas. As Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte ofereciam no total, 882, 358 e 244 programas, respectivamente.

Para a Academia Brasileira de Ciências (ABC), no documento “Amazônia: desafio brasileiro do século XXI”, a importância social da região Amazônica representa um gigantesco potencial científico, cultural e econômico que para ser transformado em riqueza precisa estar relacionado à disponibilidade e geração de conhecimentos e tecnologias adequadas, visto que “O desenvolvimento depende, pois, predominantemente, da capacidade de gerar e aplicar produtivamente e conhecimento, bem como de sua ampla disseminação” (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2008, p. 11).

A ABC evidencia que, para a maioria dos países, os benefícios de ciência e tecnologia, de maneira tradicional, são derivados não apenas de novos conhecimentos gerados, mas da utilização de conhecimentos já produzidos. Entretanto, esses conhecimentos passam por uma fase de expansão, seguida de estagnação e declínio, de decorrerem, em sua maioria, da desarticulação e da falta de continuidade das políticas públicas.

A pós-graduação, que já foi entendida como área estratégica nas políticas públicas, vem sendo tratada de diversas formas pelos diferentes governos brasileiros desde a década de 1990, essencialmente com a abertura da economia ao comércio exterior. Essas formas podem ser compreendidas, de um lado, a partir dos documentos nos quais se explicam tais políticas e, por outro lado, na produção acadêmica gerada nas universidades sobre esses documentos e sobre a pós-graduação no Brasil e na Amazônia.

Diante do panorama das políticas governamentais para a pós-graduação e a elaboração de ações e ajustes nos investimentos orientados para a região amazônica, surgem os questionamentos: Quais políticas de governo da Nova República são orientadas para a pós-graduação no Brasil e, particularmente, na Amazônia? Como foi ocorrendo esse processo nos distintos governos? O que foi produzido nas pesquisas de pós-graduação sobre a realidade da Amazônia em áreas específicas das ciências sociais? Essas indagações conduziram ao problema

¹ Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/index.php/noticias/1096-carta-de-rio-brancoreitores-%20do-norte-apresentam-carta-de-propostas-ao-mec%20>.

de pesquisa: Quais impactos a política de pós-graduação teve sobre a produção de conhecimento científico acerca da realidade da Amazônia nas áreas de Antropologia, Sociologia, Ciência Política e a área Interdisciplinar?

Nesta pesquisa buscou-se investigar se e como a Amazônia vem sendo tratada com especificidade, de um lado, nas políticas de pós-graduação e, de outro, nas próprias investigações levadas a cabo por universidades públicas da região amazônica nos programas de pós-graduação em Antropologia, Sociologia, Ciência Política e na área Interdisciplinar.

Considerando essa ponderação, o objetivo geral desta dissertação foi analisar as políticas voltadas para a pós-graduação e o conhecimento produzido acerca da realidade da Amazônia nas universidades públicas da Região Amazônica. Para atingir esse objetivo geral, foram determinados como objetivos específicos: 1) mostrar o processo de institucionalização do ensino de pós-graduação no Brasil; 2) descrever as políticas de governo da Nova República orientadas para a pós-graduação e, conhecer como elas debatem a Amazônia de modo específico; e 3) categorizar a produção de dissertações e teses sobre a Amazônia dos programas com descrição da área em Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Interdisciplinar das universidades públicas da Amazônia Legal.

A pesquisa foi, em uma das fases, de cunho bibliográfico, a fim de ter o suporte conceitual do processo de criação do nível de ensino de pós-graduação no Brasil. Quanto à descrição das políticas orientadas para a pós-graduação, a explanação foi feita mediante verificação documental e exploratória esboçada em fontes primárias nos Planos Nacionais de Desenvolvimento do Brasil, disponibilizados no site do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estrutura integrante do Ministério da Economia, e nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) que constam na base de dados do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Essa verificação documental toma como base dois recortes temporais. Para os PNPGs, o período abrange os anos entre 2005 a 2020. Este espaço temporal abarca o IV e V PNPG e decorre do motivo de não terem sido feitas essas políticas durante os anos de 1990 a 2004. Os Programas de governo e os documentos de planejamento estratégico do Brasil compreendem o período entre 1990 e 2018. Estas políticas têm como referência, além dos Planos Plurianuais Federais, programas de governos cujas ações interferiram no sistema de ensino de pós-graduação. Essa explanação torna-se oportuna por oferecer considerações acerca do espaço temporal de inexistência dos Planos Nacionais de Pós-graduação, além de esclarecer quais medidas foram tomadas durante esses intervalos.

A categorização das dissertações e teses foi realizada quantitativamente, para verificação do número de trabalhos sobre a Amazônia Legal, e qualitativamente, para analisar a diversificação de pautas, a fim de compreender quais questões que mais mobilizam o pensamento científico das Ciências Sociais sobre a Amazônia. Esta etapa foi realizada, primeiramente, com um refinamento na busca pelo termo “Amazônia”, filtrando as universidades públicas da Amazônia Legal nos programas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Interdisciplinares. Posteriormente, foi feita a identificação dos títulos, leitura dos resumos e, quando necessário, a leitura dos trabalhos.

Para auxiliar na categorização das dissertações e teses, foi utilizado o software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud. Para Loubère e Ratinaud (2014), o Iramuteq é um software que permite fazer análises estatísticas sobre um corpus textual e sobre tabelas indivíduos/palavras e, por meio dele, a distribuição do vocabulário pode ser organizada de maneira compreensível e visualmente clara por meio de representações gráficas traçadas nas análises utilizadas. A categorização foi feita, especialmente, por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) de segmentos de texto, a fim de identificar a ordenação das pesquisas. A interpretação dos dados decorreu-se por análise descritiva.

O primeiro capítulo, intitulado como “**A Pós-Graduação no Brasil**”, apresenta um breve relato do ensino superior no Brasil para entender como a pós-graduação se constituiu no País. Foi exposto o histórico da pós-graduação no Brasil, o porquê e como aconteceu seu avanço e a institucionalização do sistema de ensino. Ademais, serão relatados aspectos da pós-graduação na Amazônia Legal e a importância da produção e disseminação do conhecimento.

No segundo capítulo, sob o título de “**A Pós-Graduação nos planejamentos estratégicos do Brasil**”, descreveu-se a evolução das políticas, ações e programas governamentais a fim de entender a inserção e a articulação da pós-graduação nessas políticas, bem como buscou-se apontar as prioridades, diretrizes e perspectivas de cada documento no contexto brasileiro. Serão descritos, ainda, os documentos de planejamento desse sistema de ensino, compostos pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação. De maneira particular, serão explanadas as políticas e ações voltadas para a pós-graduação na Amazônia Legal, objeto de estudo nesta pesquisa.

O período a ser analisado neste segundo capítulo (1990 – 2018), diz respeito, especialmente, aos aspectos da ascensão e declínio da Nova República, a desregulamentação/desestatização da economia brasileira, assim como o crescente debate em

torno da Amazônia, envolvendo, particularmente, as questões ambiental, indígena e regional, além do aspecto de expansão do financiamento e do sistema da pós-graduação no Brasil.

No terceiro capítulo, intitulado como **“Produção acadêmica na Amazônia Legal”**, buscou-se fazer o levantamento, categorização e descrição da produção acadêmica, mediante teses e dissertações realizadas dentro do campo específico das ciências sociais, a fim de saber como a realidade da Amazônia vem sendo tratada com especificidade nas pesquisas realizadas por universidades públicas da própria região. Foram analisados os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* nas áreas de conhecimento em Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Interdisciplinares nas universidades públicas da Amazônia Legal.

As considerações finais da dissertação procuram sublinhar os resultados da produção acadêmica das universidades públicas da Amazônia Legal, com o intuito de identificar as características do conhecimento produzido sobre a realidade da Amazônia, qual a amplitude dos temas tratados (questões gerais ou específicas), como são tratados (descritivamente ou analiticamente), e o resultado da análise (crítica ou acomodatória).

A demonstração da evolução temporal dos programas de pós-graduação na Amazônia Legal e, em particular, da produção de dissertações e teses, é importante para compreender em que medida, a partir da criação dos programas de pós-graduação, aumentou a produção acadêmica local sobre a Amazônia e quais as características dessa produção. Portanto, como uma razão de ordem política, devem ser apresentadas as políticas de pós-graduação a fim de analisar a relação entre a criação e manutenção de cursos de pós-graduação de Ciências Sociais na Amazônia e o aumento da produção de conhecimento sobre a região a partir dela mesma.

A investigação da expansão da pós-graduação serve, de um lado, para entender a ampliação do processo de qualificação de quadros de formação de pessoas – para trabalhar no ensino superior, assessoria política, uma série de atividades – que geram uma contribuição histórica para a formação de mão de obra altamente qualificada, mas, também, significa uma ampliação dos horizontes do conhecimento científico, neste caso, das ciências sociais sobre a realidade aqui tratada, para entender como a Amazônia vem sendo objeto de pesquisa científica na própria região e quais as questões que mais mobilizam o pensamento científico sobre ela.

Este estudo permite entender se houve e quando houve uma ampliação do financiamento da ciência na Amazônia, particularmente, no sistema de pós-graduação, quais as variações de políticas específicas para a região e como se traduziu, quantitativamente, em dissertações e teses; qualitativamente, a pesquisa pode servir de base para demandas relativas a, por exemplo, mais recursos, mais concentração de ações e políticas de longo prazo na região e priorização de algumas áreas do conhecimento.

CAPÍTULO I – A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Este primeiro capítulo apresenta um panorama da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. A intenção é contextualizar esse nível de ensino e a política competente para o seu desenvolvimento, especificando os documentos oficiais governamentais de planejamento estratégico do País e da política de pós-graduação. Esses documentos serão explanados compreendendo o período entre 1990 e 2018, começando, de maneira geral, com o Brasil e estreitando-se para a pós-graduação na Amazônia Legal e as políticas específicas para essa Região.

1.1 O ensino superior no Brasil e o contexto da Pós-Graduação

No Brasil Colônia, sob a direção dos jesuítas, o ensino superior tem início no século XVI. Essa universidade ensinava os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias, buscando homogeneidade cultural e evitando questionamentos da fé católica. Segundo Teixeira (1989), a Universidade de Coimbra foi a primeira universidade onde se graduava jovens nascidos no Brasil, nos cursos de Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia. Entretanto, ainda até o período Imperial, não tinha sido criada uma Universidade no Brasil.

A primeira universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, sendo mais voltada ao ensino do que à pesquisa, “a Universidade Federal do Rio de Janeiro é fundada às pressas para permitir a entrega do título de Doutor Honoris Causa ao rei Alberto da Bélgica” (RODRIGUES, 2011, p.45).

Durante o governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, criou-se o Ministério da Educação e Saúde e, em 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras que ficou em vigor até 1961. Conforme o Estatuto, a universidade poderia ser oficial pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, com características de particular, devendo incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras (SOARES, *et al.*, 2002).

Segundo Teixeira (1989) Em 1934 surge a Universidade de São Paulo congregando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Educação e, na mesma época, a Universidade do Distrito Federal com as Escolas de Economia e Direito, de Ciências, de Letras, de Educação e o Instituto de Artes. Em 1937 reorganiza-se a Universidade do Rio de Janeiro

como Universidade do Brasil. No ano de 1946, através do decreto nº 8.681/46, surgiu a primeira universidade católica do Brasil, sendo outorgado, pela Santa Fé, o título de Pontifícia.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi promulgada em 1961, pela Lei nº 4.024. Foi concedido ao Conselho Federal de Educação o poder de autorizar e fiscalizar o ensino superior, isso possibilitou deliberar o currículo mínimo para entrada nos cursos. No mesmo ano, foi criada a Universidade de Brasília com uma estrutura integrada e moderna, seguindo o modelo norte-americano, substituindo o modelo de cátedras, não mais nos moldes com aglutinações de faculdades.

Durante a ditadura militar, em 1968, o Congresso Nacional aprova a Lei da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68. Entre as alterações no ensino superior pode-se citar a criação de departamentos substituindo as antigas cátedras, os sistemas de créditos, cursos de curta duração e o vestibular classificatório. Esta Reforma compreendia as Instituições Federais de Ensino Superior estendendo-se mais tarde para o setor privado que dependia dos recursos governamentais. Esta Lei propiciou o desenvolvimento da pós-graduação e das atividades científicas no Brasil.

Dando-se extrema importância ao desenvolvimento econômico, os militares buscaram a formação de recursos humanos de alto nível a fim de atender às demandas vindas do avanço no processo de modernização e industrialização. Conforme Teixeira (1989, p.109), “A real necessidade é a de criar uma nova escola, a escola pós-graduada para estudos profundos e avançados, destinados à produção do conhecimento e do saber (...)”.

Nesse cenário da reforma do ensino superior que se aprofunda a constituição da pós-graduação, na perspectiva dos autores (GERMANO, 2005; SAVIANNI, 2008), o nível de pós-graduação seria um legado da Ditadura Militar, que a implementou como estratégia de consolidação da Reforma Universitária de 1968, destacando-se a visão da formação de quadros de alto nível, a pesquisa e o desenvolvimento das ciências, almejando novas tecnologias e conhecimento aplicado para o desenvolvimento econômico do país.

1.2 Histórico da Pós-Graduação no Brasil

A partir da década de 1930, com o impulso no processo de industrialização, o governo brasileiro passa a considerar a inclusão da ciência e pesquisa para o desenvolvimento econômico do País. Para Anísio Teixeira, o Brasil precisava alinhar conhecimento, pesquisa e formação de professores e, um ensino integralizado seria a base para o desenvolvimento socioeconômico, porém, essa integralização deveria ser parte integrante do processo industrial,

sendo assim uma “universidade industrializada, integrada na sociedade, no seu desenvolvimento global” (TEIXEIRA, 2005, p. 197).

Devido à complexidade dos processos produtivos, foi necessária a formação de especialistas para atuar em métodos de pesquisa e desenvolvimento, surgem assim, mudanças na educação culminadas pelas modernas relações de produção que demandavam qualificação para o trabalho.

Em consequência, o governo cria políticas voltadas para a ampliação da educação. Essas políticas tornam-se substanciais para o crescimento do ensino e da economia. A criação do sistema de ensino de pós-graduação deu-se para atender as demandas do contexto histórico, político e econômico que o país estava inserido. Segundo Teixeira (2005) a escola pós-graduada de pesquisa e estudos avançados teria a função de preencher e preparar os quadros superiores de cientistas de ciências humanas, físicas, naturais e de tecnologias.

As primeiras universidades atraíram alguns professores estrangeiros que trouxeram o primeiro modelo de instituição para o ensino de pós-graduação no Brasil, esse modelo consistia em um esquema de instruções entre um professor catedrático e um pequeno grupo de discípulos, que posteriormente seriam os docentes da instituição (BALBACHEVSKY, 2005). O sistema de cátedras tinha origem europeia e funcionava com um único professor que assumia as responsabilidades com as atividades ligadas a sua disciplina com o auxílio de assistentes.

Na década de 1950, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico enviam estudantes e docentes para o exterior, que retornam ao Brasil no final dos anos 50. Nos anos seguintes, assumem direção intelectual nas universidades, permitindo a implantação dos primeiros programas de mestrado e doutorado no país, desencadeando movimentos pelos pesquisadores formados no exterior com a finalidade de institucionalizar a pesquisa (CAMARGO, 2017).

Um fato saliente do sistema de ensino de pós-graduação foi que, em 1961, o texto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Artigo 69², determinou a oferta de cursos de pós-graduação nas instituições de ensino superior públicos e privados, regulamentando o sistema de educação brasileiro. Conforme descrito no Artigo 69, da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1961), nos estabelecimentos de ensino poderiam ser ministrados os cursos de pós-graduação, disponibilizados às matrículas de candidatos que tivessem concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma.

²Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a promulgação da Constituição em 1988, essa Lei foi considerada obsoleta e somente em 1996, a discussão sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi concluída.

Foi no contexto da ditadura militar, a partir de 1964, que a pós-graduação passou a ser estruturada, normatizada e institucionalizada. Com as demandas por mão de obra qualificada nas indústrias e o aperfeiçoamento de novas tecnologias, a pesquisa torna-se imprescindível na sociedade industrializada.

O grande impulso da pós-graduação deu-se nos anos 60 pela regulamentação deste nível de ensino através do Parecer nº 977 aprovado em 3 de dezembro de 1965, conhecido como Parecer Sucupira, pois foi relatado pelo Conselheiro professor Newton Lins Buarque Sucupira. Antes do Parecer, a pós-graduação ainda não era regulamentada, portanto, o Ministério da Educação e Cultura considerou a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação.

O Parecer Sucupira define a natureza e objetivos dos cursos de pós-graduação. A urgência em promover a implantação sistemática dos cursos foi com a finalidade de formar os próprios cientistas e tecnólogos, sobretudo tendo em vista a expansão da indústria brasileira que requeria profissionais criadores a fim desenvolver novas técnicas e processos, não sendo suficiente apenas a graduação (BRASIL, 1965).

Conforme descrito no Parecer nº 977/65 (BRASIL, 1965), o Aviso Ministerial apontou três motivos fundamentais para a instauração imediata do sistema de pós-graduação:

- 1) Formar professores competentes para atender a expansão quantitativa do ensino superior do Brasil, garantindo a elevação dos níveis de qualidade;
- 2) Incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;
- 3) Garantir o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores do mais alto padrão intelectual para suprir as necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

Com a regulamentação, distingue-se a pós-graduação em *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu* conferem todo e qualquer curso que segue à graduação. Normalmente, os cursos de especialização e aperfeiçoamento têm o propósito técnico profissional que não abrange o campo total do saber, é um treinamento das partes que se constitui uma área profissional ou científica.

A pós-graduação *stricto sensu* é apresentada, pelo Parecer Sucupira, como sendo de natureza acadêmica e de pesquisa, e mesmo que atue em setores profissionais, deve ter propósito essencialmente científico, este nível de ensino é conceituado como “o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo a obtenção de grau acadêmico” (BRASIL, 1965).

De acordo com Saviani (2010), a proposta dos cursos de aperfeiçoamento e especialização *lato sensu* era correspondente ao avanço do conhecimento decorrente do desenvolvimento da pesquisa na área em questão e os resultados refletiriam no perfil da profissão correspondente, adequando o que se aprendeu à sua profissão. Os cursos *stricto sensu* se justificam não apenas pela necessidade de assimilação de procedimentos e resultados da pesquisa, mas o próprio avanço do conhecimento para desenvolver a pesquisa em uma determinada área contribuindo diretamente para essa finalidade.

Como principiante no processo de regulamentação da pós-graduação, o Brasil precisou recorrer aos modelos estrangeiros para criar o sistema, desse modo, como modelo de análise foi tomada a pós-graduação norte-americana. Os graus de mestrado e doutorado, a importância da seletividade intelectual nos requisitos de admissão, trabalho intelectual ao longo do curso e a entrega de Dissertação e Tese para conferir o grau, entre outras características, foram inspirados neste modelo. O método desse sistema não estava somente em preparar para uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado, mas compreendia uma série de cursos que o aluno teria, obrigatoriamente, que fazer para estender o campo de conhecimento escolhido.

De acordo com a doutrina exposta no Parecer Sucupira, fica escalonada a pós-graduação em dois níveis: mestrado e doutorado. Sobre algumas características fundamentais correspondentes a esses dois níveis, citam-se (Brasil, 1965):

1) Apesar de hierarquizados, o grau de mestrado não é condição para inscrição no curso de doutorado, porém pode ser considerado como etapa preliminar na obtenção de grau de doutor;

2) Ao grau de Mestrado será exigida dissertação, sobre o qual será examinado com a finalidade de revelar domínio sobre o tema escolhido. Para o grau de Doutor, será cobrada defesa de Tese que represente real contribuição para o conhecimento do tema.

3) Para as matrículas, além do diploma de graduação, as instituições poderiam estabelecer condições para assegurar rigorosa seleção intelectual dos candidatos, pois os cursos de graduação poderiam ser abertos ao maior número de candidatos, por sua natureza, mas a pós-graduação teria que ser restrita aos mais aptos.

4) Os cursos devem ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação para que os diplomas sejam registrados no Ministério da Educação e produzam efeitos legais.

Este documento regulamentou a pós-graduação brasileira, ajustando os desvios regulamentares da época. As orientações decorrentes ao Parecer não ocasionaram alterações substanciais. Com diretrizes semelhantes ao modelo norte-americano, a pós-graduação foi instituída em um ambiente favorável para sua expansão, pois antes não possuía padrões para

conceituar os cursos de pós-graduação. Deste modo, a pós-graduação foi conceituada e institucionalizada nos moldes como é até os dias de hoje.

No contexto de expansão do setor produtivo na economia brasileira e de estímulo à formação em tecnologia e ciência, em 11 de julho de 1951 foi criada, pelo decreto nº 29.741, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – atual CAPES – com a finalidade de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”.³

Para Gouvêa, a constituição desta Campanha foi efeito da política desenvolvimentista em que se assentava o Brasil nesse período, ou seja, o modelo de industrialização. Segundo o autor, a conduta assumida nos documentos oficiais enfatizava “a relação entre economia e educação, evidenciando a necessidade da formação de quadros de nível superior para suprir as lacunas determinadas por um novo ritmo de crescimento econômico” (GOUVÊA, 2012, p. 379). Na conjuntura da pós-graduação, a CAPES é a principal agência reguladora de políticas para este grau de ensino no país.

A CAPES é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação em 1981, acrescentando-lhe a responsabilidade de elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino. O Programa de Acompanhamento e Avaliação contribui para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade (BRASIL a, s.d.). A partir de 2017, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* passaram a ser avaliados em período quadrienal⁴, a fim de averiguar se as metas estipuladas no projeto dos Programas foram cumpridas, utilizando a Plataforma Sucupira como fonte de coleta de dados.

A proposta do sistema de avaliação é servir como instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os cursos de mestrado e doutorado. Os resultados servem de base para a formulação de políticas nas áreas de pós-graduação e para o dimensionamento das ações de fomento. Na conjuntura da pós-graduação, a CAPES é a principal agência reguladora de políticas para este grau de ensino no país. A contar da data de sua criação, apresenta-se um quadro da evolução desta fundação até a estrutura que vigora nos dias atuais.

³ Conforme página na web: www.capes.gov.br

⁴ Portaria Nº 59, DE 21 DE MARÇO DE 2017. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal.

Quadro 01 – História da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Ano/ Período	Fatos
1951	Criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
	O professor Anísio Teixeira é designado como Secretário Geral da Comissão e contrata professores estrangeiros, incentiva atividades de intercâmbio e concede bolsas de estudo.
1961	A CAPES fica subordinada diretamente à Presidência da República.
1964	Com a ascensão militar em 1964, Anísio Teixeira deixa o cargo e uma nova diretoria assume a CAPES, que fica subordinada ao Ministério da Educação e Cultura.
1965	A pós-graduação teve 27 cursos classificados no nível de mestrado e 11 no de doutorado, totalizando 38 no país.
1974	A estrutura é alterada pelo Decreto nº 74.299 e seu estatuto passa a ser "órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira".
	Tem sua sede transferida do Rio de Janeiro para Brasília.
1981	É reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> , em 1981, pelo Decreto nº 86.791.
	É reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.
1982 a 1989	A Capes vive um período de estabilidade; Destaca-se na formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Pós-Graduação.
1990	No governo Collor, a Medida Provisória nº 150, em 15 de março de 1990, extingue a CAPES;
	Em 12 de abril, a CAPES é recriada pela Lei nº 8.028.
1992	A Lei nº 8.405/92 autoriza o poder público a instituir a CAPES como Fundação Pública.

1995	Com a nova mudança de Governo, a Capes fica reconhecida como instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> brasileiros.
2007	O Congresso Nacional aprova a Lei nº 11.502/2007, criando-se a Nova CAPES, que passa a coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação

Fonte: Página da Web – www.capes.gov.br (adaptação da autora)

Atualmente, as atividades da Capes podem ser agrupadas nas linhas de ação: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (BRASIL, s.d).

Em 18 de dezembro de 2018, o Presidente substituto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, mediante Portaria nº 215/18, resolve regulamentar os programas *stricto sensu* na modalidade a distância e estes cursos entram em vigor a partir desta data. Os cursos seguirão as normas vigentes aplicáveis aos cursos presenciais e poderão se estruturar em níveis de mestrado ou doutorado, acadêmicos ou profissionais e terão validade nacional. Para a oferta desses cursos, as instituições de ensino superior deverão ser credenciadas junto ao Ministério da Educação.

Quanto ao acompanhamento e avaliação dos cursos à distância, haverá comissões de avaliação próprias, com a participação de especialistas em educação a distância. O corpo docente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância deve ser composto por docentes permanentes (BRASIL, 2018).

Conforme Portaria nº 275 (BRASIL, 2018), as ofertas dos cursos *stricto sensu*, por educação a distância, devem ter atividades obrigatoriamente realizadas de forma presencial. São elas: estágios obrigatórios, seminários integrativos, práticas profissionais e avaliações presenciais; pesquisas de campo, quando se aplicar; atividades relacionadas a laboratórios, quando se aplicar. Essas atividades previstas no projeto dos cursos poderão ser realizadas na sede da(s) instituição (ões), em ambiente profissional ou em polos de educação a distância.

Na década de 90 surge o Mestrado Profissional, a regulamentação da modalidade tem início pela Portaria nº 47/1995, revogada pela Portaria nº 80/98 que dispõe sobre o reconhecimento do Mestrado Profissional e dá outras providências.

Em 2009, a Portaria nº 80/98 é revogada e entra em vigor a Portaria nº 7 de 22 de junho de 2009, também revogada pela Portaria Normativa Nº 17, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O Mestrado Profissional foi regulamentado por ser considerada a necessidade de estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público.

Conforme disposto em documento de regulamentação (BRASIL, 2009), o Mestrado Profissional foi criado pela necessidade de atuação regional, nacional e internacional em órgãos públicos e privados, empresas e cooperativas, para atender as áreas diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo.

Fica instituída, também, a modalidade de Doutorado Profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, em 23 de março de 2017, através da Portaria do MEC nº 389 e pela Portaria CAPES nº 131 de 28 de junho de 2017, revogando a anterior nº 17/2009 que regulamentava os mestrados profissionais. Essa modalidade surge dada a relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada e o necessário estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo.

De acordo com a Portaria supracitada, as modalidades têm o objetivo de capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; de transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; de promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas (BRASIL, 2017).

1.2.1 A Política de Pós-Graduação *stricto sensu*

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação referem-se à política de governo que direciona as atividades das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas que fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O SNPG é integrado por cursos e programas de pós-graduação que são avaliados pela CAPES. A estratégia de institucionalização, estruturação e expansão do SNPG pode ser entendida pelos diagnósticos e pelas diretrizes dispostos nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) que começaram a ser elaborados pelo Governo Federal a partir de 1975.

A elaboração do PNPG se deu pela importância em estabelecer uma política pública educacional direcionada para a pós-graduação, por conta disso, foi criado o Conselho Nacional de Pós-graduação (CNPQ) em 1974. O Conselho foi proposto pelo Ministério da Educação para incrementar o processo de expansão deste nível de ensino. Em 1998, o CNPQ foi extinto e as atividades realizadas por ele foram transferidas para a CAPES, que atualmente é o órgão responsável pela formulação dos Planos. A CAPES, por meio de uma Comissão Nacional formada por membros da comunidade acadêmica, elabora os Planos a cada período determinado pelos governos.

Os Planos traçam um diagnóstico da pós-graduação no Brasil, conduzindo ao governo as carências em todas as regiões nacionais. Feito o diagnóstico, são apresentadas as diretrizes, as metas de orçamento para executar as propostas e o cenário para o crescimento da pós-graduação. Segundo Freitas e Nobre (2017), os Planos concebidos desde a década de 70 têm o objetivo de definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para as políticas de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

Até o presente, foram elaborados cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação que compreendem cinco diferentes Governos. O primeiro Plano iniciou em 1975, porém, na década de 90 houve uma descontinuidade naquele que seria o IV PNPG (1994 – 2002) que não chegou a ser promulgado, sendo aperfeiçoado pela CAPES, neste período, o sistema de avaliação. Após esse intervalo, a elaboração dos Planos começa, novamente, a partir do ano de 2004.

Os Planos Nacionais de Pós-graduação apontam para perspectivas de crescimento do sistema de pós-graduação *stricto sensu* e para o desenvolvimento, seja social ou econômico, do Brasil. O primeiro PNPG frisou a efetivação da expansão das áreas científicas, criando novos cursos e centros de pesquisa, ampliando os cursos já existentes, além de, buscar uma polarização geoes educacional na implantação de cursos de mestrado e doutorado previstas para o período no âmbito dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social.

No segundo plano esteve a perspectiva de incentivar o sistema a melhor se dimensionar, tendo em vista as especificidades de cada área de conhecimento, os tipos de qualificação requeridos e as necessidades regionais, além de, incentivar a abertura gradativa do leque de opções de cursos. Seriam atribuídos pesos às especialidades e modalidades de pesquisa. A importância de determinadas especialidades seria dada por terem uma função estratégica no estágio de desenvolvimento do país e à perspectiva da comunidade científica.

O terceiro PNPG enfatizou a destinação de verbas específicas para a pesquisa e pós-graduação, para a reestruturação da carreira docente e ampliação dos quadros universitários. O plano reafirma a política do governo de formar cientistas em quantidade, qualidade e perfis

adequados ao modelo de desenvolvimento do País, e explana o papel da pós-graduação no desenvolvimento nacional pela criação e produção de conhecimento gerado.

A expectativa de crescimento e desenvolvimento do quarto Plano (2005-2010) foi de reduzir as diferenças regionais, intrarregionais e entre estados, bem como estabelecer programas estratégicos que buscassem a integração com políticas públicas, formação de docentes para todos os níveis de ensino e formação de quadros para mercados não acadêmicos. Contempla o princípio de que ciência e tecnologia compõe dimensão estruturante do desenvolvimento nacional, compreendidas como alavanca crucial para o Brasil superar as desigualdades que marcaram a sua inserção no sistema internacional.

Ao plano atual compete a elaboração de uma Agenda Nacional de Pesquisa como matéria de políticas públicas, conduzindo à ações induzidas e à parceria entre as universidades e os setores público e privado. Essa Agenda deve incluir, entre outras demandas, a Amazônia. Deve levar ao adensamento de pesquisas multi e interdisciplinares. Com relação aos resultados das pesquisas geradas na pós-graduação, é salientando que, ao serem aplicados, levam à tecnologias e a procedimentos que podem ser usados no setor público e no sistema privado, fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2010).

É possível notar em todos os documentos que existe uma associação do crescimento da pós-graduação com o desenvolvimento do país. Com o intuito de auxiliar a observação dos principais documentos e períodos tratados na pesquisa, foi elaborado um quadro comparativo e sequencial que apresenta na composição:

- 1) O Governo atuante durante a vigência de cada Plano;
- 2) O período de execução;
- 3) Associação aos Documentos de Estratégia Governamentais: Plano Nacional de Desenvolvimento e Plano Plurianual;
- 4) Os objetivos gerais de cada PNPG.

Quadro 02 – Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG)

	GOVERNO (PRESIDENTE)	PERÍODO	ASSOCIAÇÃO AO PND	OBJETIVOS GERAIS
I PNPG	Ernesto Geisel	1975 – 1979	Representado no II PND	Formar pesquisadores, docentes e profissionais em grande quantidade e variedade; e executar projetos de pesquisa para assessorar o sistema produtivo e o poder público.
II PNPG	João Figueiredo	1982 – 1985	Representado no III PND	Formar recursos humanos qualificados para atividades docentes e de pesquisa em todas as modalidades e técnicas para atendimento às demandas dos setores público e privado.
III PNPG	José Sarney	1986 – 1989	Representado no I PND da Nova República	Consolidar e melhorar o desempenho dos cursos de pós-graduação; institucionalizar a pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação; Integrar a pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo.
“IV” PNPG	Fernando Henrique Cardoso	1996 - 2004	Em 1996 começaram as discussões sobre a formulação de um novo PNPG, pois o anterior teria compreendido o período até 1989, porém, o documento não chegou a ser concretizado por consequência de uma série de circunstâncias, envolvendo restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento. Nesse período, diversas recomendações dessas discussões foram implantadas pela CAPES, tais como a expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação.	
IV PNPG	Luiz Inácio Lula da Silva	2005 – 2010	Representado no PPA 2000 – 2007 e PPA 2008 – 2011	Expandir para um sistema que leve a um expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para o ensino superior e para o setor empresarial. Subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia.
V PNPG Vol. I	Dilma Rousseff	2011 – 2020	Representado no PPA 2012 – 2015 e PPA 2016 – 2019	Qualificar recursos humanos e organizar uma agenda de pesquisa para o atendimento das necessidades de desenvolvimento econômico. Para um ambiente de inovação nas empresas e na sociedade.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação. (Adaptação da autora).

1.3 Aspectos da Pós-Graduação na Amazônia

A pesquisa na Amazônia começou a se desenvolver em grandes institutos e centros de excelência, sendo primeiramente realizada por estrangeiros. Entende-se, portanto que, conforme explica Moreira (2018), na Amazônia, a institucionalização da ciência deu-se na

década de 1860, anteriormente, feita por naturalistas estrangeiros e importantes centros de excelência que foram criados com o intuito de potencializar pesquisas em diversos campos do conhecimento.

Essas instituições apareceram quando a economia da região estava em amplo progresso, na melhor fase da borracha, uma delas, reconhecida como a mais antiga do país:

No primeiro período, destacado pela fase áurea da borracha em que a economia estava em plena prosperidade, é que surgiram as primeiras instituições científicas na região Amazônica. A primeira, o Museu Goeldi, em Belém, e a Universidade Livre de Manaus, considerada por alguns autores como a mais antiga do país, fundada em 1909, em Manaus. Essa universidade era mantida por meio de recursos financeiros advindos da economia da borracha, porém com a crise dessa economia fechou em 1926 e somente ressurgiu na década de 1960, integrada à Universidade do Amazonas (MOREIRA, 2018, p. 30).

O primeiro curso de pós-graduação da Amazônia foi criado no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1973. O curso de Botânica Tropical foi um dos primeiros do Brasil. Anteriormente, em 1971/1972, para melhorar a formação de recursos humanos do INPA, foi implementado o Programa Intensivo de Adestramento na Amazônia (PIATAM), sendo considerado o prenunciador da pós-graduação na Amazônia, em uma iniciativa conjunta com o Museu Paraense Emilio Goeldi, existente desde o século XIX, porém, vinculado administrativamente ao INPA, e subordinado ao CNPq. Em 1979, o Instituto já dispunha de 50 mestres e 60 doutores, quatro cursos de pós-graduação e 233 pesquisadores⁵.

O desenvolvimento da pesquisa e a geração de conhecimento na pós-graduação da Amazônia está diretamente relacionada com a formação e fixação de recursos humanos. A falta de recursos humanos para atuar na pós-graduação gera um círculo vicioso, segundo Fonseca e Val (2008, p.73), “se não há doutores, não há fomento; se não há fomento, não há formação de pessoal de alto nível; e se não há formação de pessoal de alto nível, não há desenvolvimento”.

A formação e fixação de recursos humanos na Amazônia tem sofrido, desde a institucionalização dos primeiros centros de pesquisas, dificuldades quando comparada às outras regiões do Brasil, como consequência, também, das diferenças nas condições de trabalho, conforme afirma Lafon (2011)⁶ a dificuldade de uma universidade da Amazônia competir com centros de pesquisas de outras regiões está relacionada às condições de trabalho nos outros

⁵ Conforme página web do Programa de Pós-Graduação em Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

⁶ Entrevista ao Jornal Beira do Rio (UFPA), nov. 2011. p. 13.

centros que acabam sendo mais favoráveis, portanto, necessitando, a região amazônica, de políticas adicionais que tornem a vinda e a permanência dos pesquisadores mais atraentes.

Um dos principais desafios da Região Amazônica quanto à formação de recursos humanos para a pós-graduação foi compreender que, essa formação, não seria importante somente para suprir as necessidades das universidades:

É desafiadora para a região amazônica a ideia de que a formação de doutores não é interessante apenas para atender às necessidades do próprio sistema universitário. Essa concepção, aparentemente superada em outras regiões e que orientou durante algum tempo a política e o desenvolvimento da pós-graduação, principalmente no Sul e Sudeste, agora parece ser o eixo condutor na Região Norte (RODRIGUES, 2014).

Devido aos desafios que impediram o crescimento da pós-graduação na Amazônia em comparação a outras regiões, certas medidas começam a ser tomadas, inclusive a própria política específica de pós-graduação que, tardiamente, incluiu a região entre suas ações.

A partir do IV Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG – 2005 a 2010), as desigualdades regionais são postas em destaque, mostrando a necessidade de instituições de ensino e de pesquisa na Amazônia estarem inseridas em políticas específicas, especialmente na formação e fixação de recursos humanos, pois, conforme apontado no Plano, a região Sudeste concentrava 54,9% dos cursos de mestrado e 66,6% dos de doutorado, seguida da região Sul (19,6% e 17,1%), logo após a região Nordeste (15,6% e 10,3%), Centro-Oeste (6,4% e 4,1%) e Norte, com 3,5% e 1,8%. Ainda que os Planos anteriores tenham expressado, em pequena proporção, as desigualdades regionais, o Sistema continuou concentrado na região Sudeste.

O último Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 - 2020), relata que, homólogas às desigualdades socioeconômicas e culturais no Brasil, as assimetrias regionais do sistema de pós-graduação estão sendo combatidas por meio de políticas de incentivos e indução, e cita, como exemplo, o procedimento dos fundos setoriais que destina 30% dos recursos às políticas científicas e de pós-graduação para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (BRASIL, 2010).

Sintetizando os cinco Planos Nacionais de Pós-graduação, é possível notar cinco importantes etapas na história da pós-graduação brasileira, entre elas a relevância da formação, da pesquisa e o combate das desigualdades de ensino entre as regiões brasileiras (BRASIL, 2010, p.16):

1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade

com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 – a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação.

O último PNPG dedica um maior destaque para a Amazônia Legal e explana que o desenvolvimento regional amazônico encontra impasses em decorrência ao baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e à sua baixa produtividade em ciência e tecnologia, esta última com origem no número escasso de cursos de pós-graduação de nível de doutorado.

A Amazônia Legal abrange os estados da região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o estado do Mato Grosso (macrorregião Centro-Oeste) e parte do Maranhão (macrorregião Nordeste).

Becker (2005) destaca que a Amazônia brasileira foi designada como Legal através da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, o que ocorreu devido a um conceito político e não a um imperativo geográfico, sendo um conceito criado para fins de planejamento econômico da região amazônica. Becker ressalta que em 1996, a Lei nº 5.173 e, mais tarde, o Artigo 45 da Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 ampliaram os limites da Amazônia Legal, o que levou à forma atual, com uma área que compreende uma superfície aproximada de 5.217.423 km², representando a cerca de 61% do território brasileiro⁷.

Moreira explica que a expansão das universidades na Amazônia Legal ocorreu no período da ditadura militar, sendo criadas “as universidades federais do Maranhão, em 1966; Mato Grosso, em 1970; Acre, em 1971; Rondônia, em 1982; Roraima, em 1988 e posteriormente a do Amapá, em 1991” (MOREIRA, 2018, p. 32).

Segundo Fonseca e Val, para que ocorra a agregação da Amazônia com o intuito de aumentar a densidade acadêmica, tanto a produção quando a disseminação de conhecimentos deve ser reconhecida como prioridade que forçará a estruturação de um ambiente estável e crescente de ciência e tecnologia e, para esse fim, o quadro de recursos humanos precisa ser suficiente para atender as demandas nos vários âmbitos do conhecimento sobre a Amazônia, “(...) uma vez que é necessária uma aceleração na produção de informações sobre a região, maior que as taxas históricas” (FONSECA E VAL, 2008, p. 74).

O quinto PNPG afirma que a Amazônia Legal representa 60% do território brasileiro, abriga 13% da população desse território e contribui com 8% do PIB nacional, entretanto,

⁷ Becker, Bertha K. Amazônia: Desenvolvimento e Soberania. In: Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

possuía pouco mais de 4.000 doutores em 2010, sendo que, metade destes, não envolvidos com a produção de informações e qualificação de pessoal em nível de pós-graduação.

Sobre a simetria que necessita haver entre as regiões brasileiras, no que diz respeito ao sistema de pós-graduação *stricto sensu*, Faulhaber (2005, p. 251) retrata que:

A significação da Amazônia para a política científica faz com que a pesquisa nesta região apareça como uma fronteira científica, ou seja, como um lugar para a intervenção regional que envolve uma ampla gama de problemas, entre os quais os aspectos sociais e tecnológicos. A formulação dessas problemáticas, no entanto, depende de uma democratização científica, no sentido da formulação de relações não hierárquicas entre as disciplinas e entre as instituições científicas, dentro de uma simetria entre os problemas colocados pelos diferentes campos de conhecimento. Tal democratização, no entanto, não representa uma harmonia, implicando mesmo o acirramento de disputas por recursos e representações, nas quais a questão regional apresenta-se como preponderante.

Silva (2008), explica que existe uma perceptível relação entre ciência, desenvolvimento e políticas públicas, que produz agendas pertinentes à saúde, educação, logística, gestão, segurança, desenvolvimento tecnológico, direito. Nessa relação se encontra o desenvolvimento de um esforço para mediar conhecimento produzido sobre a região e a emergência de uma demanda de pesquisa que nem sempre está integrada ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Faulhaber (2005) mostra que na ditadura militar foi determinado o estreitamento das relações entre pesquisa e pós-graduação, quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ficou vinculado às políticas nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico.

Becker (2010) aponta que todas as políticas de ocupação, preservação e desenvolvimento na Amazônia deveriam guardar estreita relação com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, dada a rica natureza desta região. Para Silva (2008, p.237), “A região carece mais do que nunca de continuidade, de a esfera pública dar suporte aos esforços pioneiros de investigação científica (...) do conhecimento científico na realidade regional”.

A respeito desse conhecimento científico sobre a realidade regional e a valorização da produção de conhecimento na Amazônia, Fonseca e Val mencionam que a chamada era pós-moderna está caracterizada por essa valorização, sendo uma mercadoria que mede o poder de uma nação, pois quanto maior o domínio da produção e distribuição do conhecimento, maior será a força de uma nação e “Se a Amazônia é estratégica para o país, deve haver esforços governamentais para diminuir o desequilíbrio na produção do conhecimento (...)” (FONSECA E VAL, 2008, p.75).

A importância da região Amazônica para o país foi reiterada no Seminário de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia, em 2013, quando indicaram-se as diretrizes destinadas à região que merecem atenção não apenas pelo que podem representar para as instituições, mas, também, para um projeto de desenvolvimento que seja baseado na conservação e aproveitamento sustentável das riquezas naturais, extensão das conquistas econômicas, sociais, do conhecimento e da cultura às populações que ocupam a região⁸.

Nesse Seminário, como objetivos, foi levantada a questão de elevar a produção de conhecimento nos estados da região para que a Amazônia tenha possibilidades de contribuir com a melhoria da qualidade de vida e com o crescimento do Brasil. De acordo com a perspectiva ali predominante, um pressuposto para que isso aconteça, está na possibilidade de conversão das pesquisas sobre a biodiversidade da região em novas tecnologias.

No que concerne às publicações específicas sobre a região amazônica, Souza (2018) verificou que, mesmo com uma quantidade significativa de trabalhos, poucos estudos se dedicam à investigação da produção sobre a Amazônia, sendo levantados nove estudos dessa natureza. Além disso, o autor evidenciou que há uma presença expressiva de pesquisadores vinculados a instituições não oriundas da região Amazônica.

Parte substantiva do conhecimento científico sobre a Amazônia foi produzida fora da Região, sendo uma das consequências da falta de pessoal qualificado, conforme explicam os autores:

A falta de pessoal qualificado na Amazônia além de não permitir o atendimento dessa lícita demanda, torna-a vulnerável às pressões internacionais de todas as ordens. Na última década, por exemplo, contaram-se mais de uma centena de expedições estrangeiras para a região amazônica. Da mesma forma, a falta de pessoal qualificado não permite sequer a apropriação da informação que é produzida acerca da Amazônia em outros países que, ressalte-se, não é desprezível. Uma rápida visita ao Portal de Periódicos da Capes revelou que cerca de 2/3 dos trabalhos publicados sobre a Amazônia em 2004 não tinha autores brasileiros (VAL; GUIMARÃES, 2005).

A respeito das publicações sobre a Amazônia, Moreira tem a mesma visão de que se produz mais fora da região, inclusive, no exterior, elucidando que:

Ainda hoje, produz-se mais ciência, em termos de publicações sobre a Amazônia, por exemplo, fora da região que dentro dela. Isto é, o conhecimento é dominado por instituições externas à região, seja no país ou no exterior (MOREIRA, 2018, P. 16).

⁸ Seminário Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia [recurso eletrônico] – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 43 p. (Série comissões em ação; n. 11).

Dada a importância da pós-graduação para o desenvolvimento, preservação, conhecimento e cultura da Amazônia Legal é que existe a necessidade de conhecer os domínios de produção científica sobre a realidade da Amazônia. Para Faulhaber (2005), esse olhar passou a nortear a formulação de metas científicas para região amazônica em torno de temas como biodiversidade, desenvolvimento sustentável ou a violência no campo, face às ciências humanas.

O problema do *locus* da produção científica sobre a Amazônia – e o que o determina e suas consequências – se coloca tanto para as ciências da natureza quanto para as sociais. Neste último caso, Faulhaber pondera:

Se em momentos de arbítrio certos setores sociais qualificaram equivocadamente disciplinas das ciências sociais como “perigosas”, hoje se considera sua relevância não apenas em termos de difusão científica, mas, sobretudo, para consolidar a eficácia dos programas científicos e tecnológicos e as políticas públicas, notadamente no que se refere a fornecer e a refinar instrumentos para lidar com os problemas e as transformações sociais, tornando-se relevante a questão da “aplicação” científica. Especificamente no tocante às unidades de pesquisa na Amazônia, as ciências humanas e sociais são consideradas, dentro desse quadro, como tão relevantes quanto as disciplinas biológicas ou tecnológicas – seja em termos do ensino universitário graduado e pós-graduado, seja para o público em geral – para a compreensão de problemas referentes à ocupação socioterritorial e aos recursos naturais da Amazônia (...). (FAULHABER 2005, p. 252)

Para Silva (2008), existe um entendimento de que a Amazônia precisa ser uma oficina das ciências da natureza, das ciências da sociedade e dos campos disciplinares universais; além disso, também se entende que a ação científica como política pública inclua metas programáticas no campo do projeto nacional de inclusão da região no desenvolvimento do Brasil.

A informação gerada pela pós-graduação é capaz de atingir diversos âmbitos de apreciação, aplicação e recurso estratégico. A ciência ganhou maior espaço juntamente com a produção do conhecimento refletida no crescimento da literatura, das publicações e desenvolvimento de técnicas e especializações de áreas. A informação científica e acadêmica passou a atingir não apenas o público acadêmico, mas a sociedade em geral, sendo a conexão entre a realidade e o desenvolvimento. (VALÉRIO, 2008).

Dada a importância da região e do conhecimento produzido sobre a Amazônia, importância tanto nacional como internacional, percebe-se a necessidade de políticas e ações voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação e disseminação do conhecimento gerado por este nível de ensino, esperando-se, por consequência, um aumento de pesquisas em torno da realidade sobre a Amazônia.

CAPÍTULO II – A PÓS-GRADUAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO BRASIL

Sendo desenvolvidas desde a ditadura militar, estratégias governamentais serviram como instrumentos formais de planejamento para orientar a formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento têm sido elaborados no Brasil desde a década de 70 com o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, entre os instrumentos de planejamento governamental instituídos, ficou estabelecido o Plano Plurianual como principal instrumento formal de planejamento de médio prazo no sistema governamental brasileiro. O Plano Plurianual (PPA) define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal no horizonte de quatro anos.

A fim de verificar a atenção dada à pós-graduação nos instrumentos de planejamento governamentais do Brasil, serão analisados, a seguir, os Planos Plurianuais de três décadas, juntamente com os documentos das ações competentes a cada governo. Os Planos Plurianuais têm início com o primeiro quadriênio de 1991 a 1995, seguindo do segundo PPA (1996 – 1999), entretanto, é importante salientar que, de acordo com o autor Garcia (2015), esses dois planejamentos foram, não muito mais, que um Orçamento Plurianual de Investimentos que apresentava uma previsão orçamentária dos investimentos para o prazo mínimo de três anos, apenas cumprindo as exigências constitucionais, sem estar suportado por um projeto de governo preciso que fizesse mediação com orçamentos anuais.

Além dos documentos supracitados, paralelamente, serão evidenciados os principais documentos da política de pós-graduação, no que tange aos seus objetivos, diretrizes e metas. A Amazônia Legal será evidenciada, de forma particular, compreendendo os mesmos períodos dos demais documentos, conforme é evidenciada em cada política, seja nos Planos Plurianuais ou nos Planos Nacionais de Pós-Graduação, explanando a preocupação dada à pós-graduação nessa Região.

Por se tratar de documentos que perduram por quatro anos, com exceção dos Planos Nacionais de Pós-Graduação e seus programas, a apresentação será feita por quadriênios nos respectivos governos atuantes no Brasil, entretanto, àqueles quadriênios governados por Presidentes reeleitos, serão descritos de forma conjunta.

2.1 O processo de modernização industrial e a política de formação de recursos humanos de 1990 a 1994

No início dos anos 90, uma das primeiras ações do Governo de Fernando Collor de Mello que repercutiu na pós-graduação ocorreu em março com a Medida Provisória nº 150⁹. Este ato atribuiu disposições que fez diminuir o número de Ministérios e estabeleceu uma nova composição da Presidência da República. A reformulação extinguiu alguns órgãos e as suas atividades foram atribuídas a outros Ministérios e órgãos competentes que tivessem absorvido correspondentes atribuições.

No Ministério da Educação, em decorrência do programa de governo chamado de Reforma Administrativa Federal, a CAPES foi extinta, ocorrendo uma interrupção no processo de realização do PNPG e desencadeando em uma descontinuidade nos Planos. Com uma mobilização da comunidade científica, apoiada pelo Ministério da Educação, a CAPES voltou a funcionar em 12 de abril de 1990, recriada pela lei nº 8028, entretanto, de acordo com Torres (2017), em condições precárias, com orçamento baixo, com pouca autonomia e perda de recursos humanos.

A esse governo confere o documento “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional” (1991) que compreendeu as ideias defendidas durante sua campanha eleitoral em 1989, incorporando a concepção do que seria o Brasil moderno. O projeto aponta que havia interdependência entre o processo de modernização e os novos rumos do sistema educacional, principalmente com relação às políticas de formação de recursos humanos e de ensino de pós-graduação, atribuindo a isto uma estratégia articulada de inovação com a composição de pesquisadores qualificados, observando-se ainda que “Nesse sentido, é necessário sustentar o investimento que o País tem feito na formação de pesquisadores, dando maior racionalidade e hierarquia de prioridades à política de pós-graduação” (COLLOR, 2008, p. 64).

O objetivo deste programa foi a Reforma do Estado, com a finalidade de modernizar a economia, posicionando o setor privado como alicerce fundamental. A educação também foi apontada como elemento essencial para a reestruturação competitiva da economia e, ainda que, o Estado fosse considerado fundamental em prover educação, seria necessário adequar essa educação à demanda da sociedade e às instâncias econômicas do Brasil.

⁹ Medida Provisória nº 150 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Essa Medida Provisória foi com a intenção de promover uma reformulação na estrutura administrativa, com o enxugamento do aparelho administrativo justificado pela maior eficiência e redução de custos.

Além disso, a proposta era de recuperar e substituir equipamentos obsoletos, adquirir instrumentos modernos, em especial aqueles de base eletrônica e obter provimento de insumos de qualidade, pois, conforme descrito no documento, a expansão dos investimentos na pós-graduação e na formação de pesquisadores não era acompanhada do aumento dos recursos para a pesquisa e infraestrutura laboratorial.

Segundo Collor (2008), caberia ainda fortalecer vínculos de trabalho técnico-científico com as demandas provenientes dos seus usuários, além de, consolidar estímulos permanentes por parte do poder público para obter uma interação dinâmica entre as fontes geradoras de conhecimento técnico e científico do país e, suas demandas sociais e econômicas, pois havia a constatação de que os processos de industrialização e a introdução de novas tecnologias estavam dissociados das orientações e esforços desenvolvidos nas universidades e institutos de pesquisa.

Este período traz um novo modelo de planejamento de ação estratégica governamental, antes representado nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. O Plano Plurianual que compreende os anos de 1991 a 1995 apresenta alguns destaques para a pós-graduação e o conhecimento científico e tecnológico no Brasil. Conforme descrição deste Plano, no Brasil, havia pouca prática de investimento privado em ciência e tecnologia, todavia, no setor público existia um razoável nível de desenvolvimento em razão dos centros de excelência em pós-graduação e pesquisa.

Caberia ao Governo Federal prover as condições para o crescimento tecnológico na indústria brasileira, formando recursos humanos e, particularmente, adotando medidas que permitissem à iniciativa privada aumentar o esforço em pesquisa e desenvolvimento, além de priorizar a tecnologia industrial, conforme Brasil (1991, p.20) “As aplicações dos recursos (...) seguirão uma estratégia que conferirá prioridade à tecnologia industrial, tendo como referência o mercado”. A intenção era tornar a empresa o centro do apoio à capacitação tecnológica associando-se às universidades e centros de pesquisa.

Pode-se destacar sobre este documento que essas ações contemplariam um agente predominante no processo produtivo, “A partir dessas medidas, o Estado abrirá espaço para que o capital privado exerça plenamente seu papel de principal agente do processo produtivo” (BRASIL, 1991, p. 21). As medidas adotadas para a articulação entre o setor privado e as universidades surgiram em detrimento da filosofia da administração deste governo, de acordo com Brasil (1991, p. 27) “(...) o Estado brasileiro deverá afastar-se gradualmente das áreas diretamente produtivas, em que sua presença já não se justifica. (...) oferecerá um tratamento mais intenso abrangente e competente na política social”.

Ademais, entre os objetivos e metas para o sistema de ensino de pós-graduação, este PPA apresenta a formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico, por meio da concessão de 36,5 mil bolsas anuais de pesquisa e de pós-graduação *stricto sensu*, aspirando expandir a base de pesquisadores nas áreas relacionadas com tecnologias avançadas, pesquisa aplicada e ciências ambientais e com as áreas em que a capacitação nacional se mostrava iniciante.

Pode ser observado, ainda, que referente à pós-graduação, acreditava-se que o País contava com um sistema de razoável porte, com grande capacidade em termos de produção, porém, alguns avanços deveriam ser realizados. Segundo (Brasil, 1991, p. 153-154), “Cumprir, entretanto, conferir maior eficiência a esse sistema e direcioná-lo para uma contribuição mais eficaz ao desenvolvimento científico e tecnológico”.

Das ações realizadas no ano de 1993, em documento de mensagem ao Congresso Nacional, conforme BRASIL (1994) no que diz respeito à formação de pesquisadores, estariam garantidos recursos, pelo CNPq, para manutenção de 44.110 bolsas de pesquisa de pós-graduação no Brasil e no exterior. Do mesmo modo, foi fortalecido o subprograma Recursos Humanos em Áreas estratégicas, que tinha como meta consolidar a competência tecnológica das instituições atuantes no desenvolvimento tecnológico, com destaque no setor privado.

Devido aos impactos da reforma administrativa, uma análise realizada, durante a presidência de Itamar Franco, respaldou pedidos de nomeações de cerca de 2.100 docentes e contratação de 50 professores visitantes. No plano internacional, o MEC realizou a reorganização dos investimentos na formação de pós-graduados que anteriormente teria sido feito de forma desordenada e onerosa (BRASIL, 1994).

Das ações previstas para o ano de 1994, ao que competia ao Ministério de Ciência e Tecnologia, este governo teve como propósito capacitar recursos humanos do setor de saúde, nas áreas técnicas, superior e de pós-graduação. No campo de meio ambiente, estava prevista a efetivação do Programa Piloto de Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, de abrangência do INPA e o Museu Emílio Goeldi no projeto “Centro de Excelência”.

O sistema de ensino superior tinha sérias distorções, a maior parte era decorrente da expansão desordenada, pois no conjunto de estabelecimentos existentes, menos de 10% constituíam-se de universidades. Um conjunto de problemas agravava a tendência declinante da qualidade do ensino, tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação. Os procedimentos de avaliação social de qualidade e desempenho só foram preocupação dominante no interior das universidades nos anos seguintes, conforme Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura (BRASIL, 1995).

2.2 A promoção do aprimoramento científico e tecnológico de 1995 a 2002

Compreendendo o período do primeiro mandato (1995 – 1998) do governo de Fernando Henrique Cardoso, alguns programas e ações podem ser citados, pois envolvem de forma direta ou indireta o sistema de ensino de pós-graduação *stricto sensu*.

No documento “Mãos à obra, Brasil: proposta de governo” – 1994, dado a público em 1996 – a indicação para um projeto de um novo modelo de desenvolvimento deveria ter, necessariamente, uma dimensão internacional.

Conforme descrito (Cardoso, 2008), essa necessidade era devido a economia mundial estar caracterizada pela internacionalização dos processos de produção e comercialização. Fluxos de capitais e de mercadorias, assim como a difusão de ciência e tecnologia, ultrapassavam todas as fronteiras nacionais e se tornaram em grande parte operações intra-empresas. Por essa razão, a proposta de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil exigiria a definição dos modos de sua inserção na economia internacional em um contexto marcado pelo avanço da globalização, essa inserção teria impacto decisivo sobre o desenvolvimento interno do país.

No âmbito do processo de globalização, um dos objetivos a ser alcançado seria ampliar o espaço do comércio exterior do país e lutar por um maior acesso à ciência e tecnologia, pois na economia globalizada a competição era entendida como determinada, principalmente, pelas conquistas científicas e tecnológicas. Isso impunha a necessidade de avançar na reforma da educação e nos estímulos à ciência e tecnologia para ter condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento. A longo prazo, seria necessário consolidar um modelo de desenvolvimento fundado numa sociedade educada e movida por uma economia competitiva, em que o motor do progresso fossem os modos mais avançados de produzir.

Sobre esse registro do governo, pode ser observado:

O documento “Mãos à obra Brasil”, proposta desse governo, expressava que a descentralização das decisões implicava uma revisão do papel das atribuições das esferas de governo, refletindo-se sobre as formulações da educação e suas novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade. Conforme este documento, caberia ao poder executivo apenas coordenar e gerir as prioridades educacionais. Para isso deveriam ser reduzidas as responsabilidades do MEC como instância executora e a interferência direta da União nos Estados e Municípios. O governo apenas lideraria um projeto nacional capaz de estabelecer com clareza competências e mecanismos de repasse de recursos correspondentes, de modo a possibilitar a cada uma das instâncias de governo assumir tarefas na prestação dos serviços da educação (...) (YANAGUITA, 2011, p. 6).

Na pós-graduação, a política de formação de recursos humanos de alto nível requereria uma revisão desse sistema de ensino, tornando os mestrados mais eficientes e voltados para o mercado de trabalho, reduzindo a duração e melhorando a qualidade dos doutorados e estimulando a criação de cursos intensivos e de especialização de diferentes formatos, levando em consideração que, como diretriz para uma economia competitiva, está o estímulo do desenvolvimento da capacidade tecnológica e o desenvolvimento experimental em empresas e institutos de pesquisa (CARDOSO, 2008).

Ademais, a ênfase é dada para a política de ciência e tecnologia, pois o governo compreendia que, no passado, o desinteresse do setor privado pela pesquisa tecnológica se dava pelo isolamento da economia brasileira, mas com a abertura da economia exigindo a mudança dessa situação, seria necessário apoiar a indústria nacional para aumentar a capacidade de inovar os processos produtivos e incorporar os conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis internacionalmente.

Em 1995, foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que definiu objetivos e estabeleceu diretrizes para a reforma da administração pública brasileira, pois considerou-se (Brasil, 1995), que em razão do modelo de desenvolvimento que os governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos – ao qual recorre a parcela menos favorecida da população – o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação.

Com a necessidade de reorganizar as estruturas da administração, a ênfase seria na produtividade e qualidade do serviço público, pois esta reorganização da máquina estatal vinha sendo adotada com êxito em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento (BRASIL, 1995). A Reforma do Aparelho do Estado se orientaria, portanto e majoritariamente, pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações. A reforma significaria, sobretudo, a introdução na administração pública da cultura e das técnicas gerenciais modernas e menos burocráticas.

Neste Plano, o que está saliente é a descentralização do setor público não-estatal, da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Conforme descrito, o governo brasileiro enfrentava um problema de governança, na medida em que sua capacidade de implementar políticas públicas era limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa.

A estratégia de transição para uma administração pública gerencial previa a elaboração de projeto de lei que permitisse a “publicitação” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumiriam a forma de “organizações sociais”, partindo do pressuposto que os serviços seriam mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, fossem realizados pelo setor público não-estatal (BRASIL, 1995). A transformação dos serviços se daria de forma voluntária, a partir da iniciativa dos respectivos ministros, tendo prioridade os hospitais, as universidades e escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus.

A Lei nº 9.637 de 1998 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicitação, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. De acordo com o Art. 1, o Poder Executivo poderia qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades fossem dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Para as universidades federais, o que poderia ocorrer com a Reforma, era a possibilidade de contratação de docentes federais através das organizações sociais, posto que as modificações a serem realizadas também implicariam no modo de contratação e permanência nas instituições públicas federais, além de enxugar o quadro de servidores públicos, com a abertura da economia, as reformas da previdência e da legislação trabalhista e a privatização de vários setores, pois a proposta das organizações sociais, associadas a outras medidas da Reforma, como o Programa de Demissão Voluntária para vários setores, suspensão de concursos públicos e alterações nos direitos de aposentadoria provocariam modificações nas universidades.

Ainda pertinente a este governo, está o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) do Brasil, elaborado em 1996, aprovado pela Lei nº 10.172 para vigorar no período de 2001 a 2010, com a finalidade de projetar diretrizes e metas para a educação. Conforme descrito, a instalação da República no Brasil e as primeiras ideias de um Plano que atuasse na educação para todo o território nacional aconteceram concomitantemente. Conforme Brasil (2001), à medida que o quadro social, político e econômico se configurava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país, havendo, portanto, grande preocupação com a instrução nos mais diversos níveis e modalidades.

A respeito da educação superior como parte deste Plano, conforme Catani e Oliveira (2003, p. 144):

O PNE foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com nove vetos presidenciais que anulavam os subitens do Plano que promoviam alterações ou ampliavam recursos financeiros para a educação, sendo que cinco deles se referiam diretamente à educação superior. Essa constatação inicial indica que não há intenção do governo em incrementar os recursos para a educação, em particular para o ensino superior.

Ainda segundo os autores, os vetos presidenciais relacionados ao ensino superior explicam a “mercantilização da educação superior” promovida pelos governos de FHC:

A ausência dos itens vetados, no PNE, por FHC parece consubstanciar ainda mais o processo de mercantilização da educação superior, em curso no País, à medida que promove a ampliação crescente do setor privado; elimina aportes financeiros, para manter ao menos a situação atual ou aumentar a oferta de vagas no setor público; induz as IFES, em geral, a assumirem perfil mais empresarial quanto à obtenção de recursos financeiros para a sua manutenção e desenvolvimento (CATANI E OLIVEIRA, 2003, p. 147).

Pertinente ao ensino de pós-graduação, no PNE (2001-2010), a meta era estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas universidades, dobrando, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados. Para o financiamento e gestão da educação superior, a meta era estimular, com recursos públicos federais e estaduais, as instituições de educação superior a constituírem programas especiais de titulação e capacitação de docentes, desenvolvendo e consolidando a pós-graduação no país, além de utilizar parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia para consolidar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa.

A importância que esse Plano dá às instituições de ensino superior, à universidade e à pesquisa é por constatar que a produção do conhecimento tende a ser cada vez mais a base do desenvolvimento científico e tecnológico, entendendo que este cria o dinamismo das sociedades atuais. Segundo o Plano, no núcleo estratégico do sistema de ensino superior de que fazem parte as universidades, pela Constituição, estão: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Esse núcleo estratégico teria como missão contribuir para o desenvolvimento do país e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do país e da sociedade brasileira (BRASIL, 2001). A manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão não seria possível sem o fortalecimento do setor público, atrelado a este, a expansão do setor privado deveria continuar, desde que garantisse a qualidade.

Após oito anos de discussão no Congresso, outra mudança ocorrida foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A respeito das alterações ocorridas, pela Lei, no ensino superior, de forma mais ampla nas universidades nota-se que:

As mudanças promovidas pela LDB no ensino superior foram profundas. (...) a Lei regulamentou e ampliou a autonomia das universidades, inclusive no que diz respeito à possibilidade de reorganização de sua estrutura interna, até então obrigatoriamente organizada em departamentos e institutos. Além disso, liberou os cursos da obrigatoriedade do currículo mínimo, que definia as disciplinas a serem ministradas obrigatoriamente em cada curso, sistema que foi substituído por diretrizes curriculares mais gerais, as quais contemplam prioritariamente os objetivos do curso e o perfil profissional dos formandos. A LDB tentou também diversificar a oferta de cursos superiores, até então totalmente amarrada às licenciaturas e aos bacharelados, criando os cursos sequenciais (DURHAM, 2010, p. 157).

Das implicações na pós-graduação encontradas nesta LDB, sobre a organização da educação nacional, está o objetivo de baixar normas gerais sobre os cursos de graduação e pós-graduação, e a educação superior abrangendo os cursos de pós-graduação compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderiam ser reconhecidos por universidades que possuíssem cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior. No que diz respeito aos profissionais da educação, a preparação para o exercício do magistério superior deveria acontecer em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (BRASIL, 1996).

A orientação do governo para o período de 1996 a 1999 se constituiu em três ações, a saber: a construção de um Estado moderno e eficiente; a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais do país; e a modernização produtiva da economia brasileira. Entre as estratégias para a construção de um Estado moderno e eficiente, encontram-se a descentralização das políticas públicas para estados e municípios, setor privado e organizações não governamentais; o aprofundamento do programa de desestatização; a reformulação e fortalecimento da ação reguladora do Estado, inclusive nos serviços públicos privatizados; e o aumento da eficiência do gasto público, com ênfase na redução dos desperdícios e no aumento da qualidade da produtividade dos serviços públicos.

Ao que tange às diretrizes para a pós-graduação, é destacado que, para o desenvolvimento social, na área de educação, haveria o empenho na “promoção do aprimoramento científico e tecnológico dos profissionais de nível superior, apoiando as instituições que mantêm cursos de pós-graduação” (BRASIL, 1996, p. 11). Contudo, a ação governamental dedica maior parte à ciência e tecnologia, com o esforço brasileiro direcionado para integração dessa área no processo de desenvolvimento sócioeconômico com a reorientação da política científica e tecnológica, conforme Brasil (1996, p. 8), “para a difusão e introdução de inovações tecnológicas nas cadeias produtivas”.

Como principais objetivos na área de ciência e tecnologia cabe salientar a maior participação dos investimentos privados e dos sistemas estaduais, diminuindo a participação das fontes federais; a conclusão das reformas constitucionais para incluir as empresas de capital estrangeiro no esforço de capacitação tecnológica no país; o fortalecimento da capacidade tecnológica para atender aos problemas sociais mais graves nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, nutrição e alimentos, habitação popular e transportes; e a ampliação do número de cientistas e engenheiros, internalizando competências técnico-científicas provenientes do exterior, adequando-as às demandas do setor produtivo.

Quanto às ações no ensino de pós-graduação, alguns objetivos foram propostos, como: ampliar o número de cientistas, engenheiros e técnicos para as demandas sociais e do setor produtivo, concedendo 240.000 bolsas no país e no exterior (CNPq); promover o aprimoramento científico e tecnológico dos profissionais no país e no exterior, concedendo 125 mil bolsas (Capes); apoiar cursos de pós-graduação como forma de auxiliar sua continuidade e fomentar novos programas necessários ao desenvolvimento do país, apoiando 1,7 mil cursos/ano; e garantir o fomento para o ensino e pesquisa nas instituições federais de ensino superior, disponibilizando equipamentos necessários.

No panorama do PPA de 2000 a 2003, apresenta-se a melhoria da qualidade de ensino universitário em equilíbrio com a demanda de profissionais e com as necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico. Isso provém a fim de articular às estratégias privadas de desenvolvimento industrial, de acordo com Brasil (2000, p. 8), “Isto implica em desenhar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico efetivamente articulado às estratégias privadas de desenvolvimento industrial”.

A agenda de informação e conhecimento está incluída no documento por ser reconhecida como parte da sociedade do final do século XX, uma sociedade baseada em comunicação, informação e inovação permanente como fontes de desenvolvimento econômico e social, pois

“As regras desta sociedade estão sendo construídas num ambiente global, no qual o País deve exercer um papel à altura do seu projeto de desenvolvimento” (BRASIL, 2000, p. 20).

As diretrizes para essa sociedade descrita incluem, entre outras, integrar nos programas ações que estimulem a capacitação dos recursos humanos, o desenvolvimento científico e tecnológico e o acesso à informação, para isso, pode-se realçar a orientação do documento sobre a pós-graduação no sentido de “ampliar a oferta de mestrados profissionais em áreas relevantes para o desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2000, p. 20).

Entre os programas, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação que teve como objetivo: formar recursos humanos em nível de pós-graduação no país e no exterior. Destinou recursos dos orçamentos da União, com as ações orçamentárias em concessão de bolsas de estudo no país e no exterior; ensino de pós-graduação em estatística e geociência; fomento, funcionamento e avaliação para cursos; avaliação, credenciamento e funcionamento de cursos e instituições para residência médica; ampliação do acervo bibliográfico; ensino de pós-graduação a distância; e formação de centros de excelência para o desenvolvimento regional do ensino superior e da pós-graduação.

2.3 Autonomia científica e crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação de 2003 a 2010

Durante este período, a reforma da educação superior começa a tomar forma com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que seria encarregado de analisar a situação atual e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior. O GTI buscou recomendar ideias para orientar o processo de reforma da universidade brasileira.

Entre as ações emergenciais do GTI, a pós-graduação é apresentada sendo uma das experiências brasileiras de maior sucesso, com crescimento no número de cursos de mestrado e doutorado, número de alunos matriculados e expansão quantitativa e qualitativa da produção científica no País. Entretanto, de 1995 até a data deste Decreto, a CAPES teve seu orçamento praticamente inalterado, com um congelamento das bolsas de estudo de mestrado e doutorado no país. A insuficiência de recursos orçamentários impediu a Capes de promover ajustes nos valores das bolsas e expandir sua oferta, tornando esse nível de ensino menos atrativo e gerando enormes prejuízos para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2003).

Conforme descrição no documento, essa situação teria causado prejuízo no desempenho dos bolsistas, de quem era exigido dedicação integral aos estudos e à pesquisa. Entidades docentes e discentes de pós-graduação submeteram forte pressão à CAPES, a fim de corrigir os valores das bolsas, evitando que os alunos tivessem que exercer atividades não relacionadas aos seus estudos para complementação da renda.

Havendo a necessidade de garantir bases estáveis de planejamento tecnológico, sendo capaz de manter um processo contínuo de formação de mestres e doutores para atender áreas de relevância econômica, social e estratégica, o GTI estipulou que seria necessário um aumento de 20% no valor das bolsas, exigindo recursos adicionais de R\$ 195 milhões, além dos 295,8 milhões gastos neste período.

Outra proposta do GTI para a reforma do ensino superior foi a autonomia das Universidades Federais, conforme Brasil (2003, p. 9):

Se, por um lado, a gravidade da crise emergencial das universidades está na falta de recursos financeiros do setor público, não se pode negar que, por outro lado, a crise decorre também das amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Por isso, a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência.

A autonomia deve conferir à universidade, de forma participativa e transparente, competência para dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria educacional, sem interferência de outros órgãos do Governo, nos limites constitucionais (...).

A autonomia científica possibilitaria o desenvolvimento de pesquisas que não possuíssem imediata relevância política ou econômica. Porém, pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso, o MEC daria o reconhecimento social às universidades comprometidas em realizar pesquisas voltadas para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo. Para a autonomia financeira e patrimonial, as universidades federais teriam seus recursos previstos no orçamento anual, acrescidos de recursos do Programa Emergencial, além disso, poderiam captar recursos livremente, tanto no setor público quanto no setor privado, podendo administrar os recursos de acordo com suas próprias normas e estatutos.

Como parte da estratégia de governo no PPA (2004 -2007), encontra-se como megaobjetivo a inclusão social e a redução das desigualdades sociais, compreendendo como desafio ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal a educação. Os Programas “Democratizando o acesso à educação profissional,

tecnológica e universitária” e “Universidade do século XXI” teriam o papel de expandir vagas na educação profissional e superior, e melhorar a qualidade dessa oferta em todo o país.

“Democratizando o acesso à educação profissional” apresenta o objetivo de ampliar a oferta profissional, tecnológica e da educação superior, melhorando a qualidade, incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, tecnológica e universitária. Como público-alvo estão jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional, tecnológica e universitária, alunos de pós-graduação, professores de ensino superior e pesquisadores (BRASIL, 2004).

O programa “Universidade do século XXI” trouxe como objetivo reformar a educação superior e estruturar as Instituições Federais de Ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do país, com vistas às transformações sociais. O público alvo desse programa compreende a comunidade acadêmica e a sociedade em geral (BRASIL, 2004).

Contemplando o período entre 2005 e 2010, foi publicado, oficialmente, o IV PNPG. O plano rememora que cabe à pós-graduação produzir profissionais aptos para atuar em diferentes setores da sociedade, sendo capazes de contribuir para o processo de modernização do país. O documento atribui à CAPES o papel de coordenar a política do sistema, abarcando todos os programas e cursos *stricto sensu*. Essa observação legal reergueu as atribuições da CAPES, que teve sua extinção na década de 90.

Um dos objetivos fundamentais que norteou o PNPG-2005-10 foi a expansão do sistema que levasse a um expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para o ensino superior e para o setor empresarial. Conforme o Plano (Brasil, 2004), os objetivos da pós-graduação nesse período estavam no fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; na formação de docentes para todos os níveis de ensino e formação de quadros para os mercados não acadêmicos.

Pode-se entender que este Plano teve o objetivo de expor a importância do crescimento equilibrado do Sistema Nacional de Pós-Graduação, colocando como meta atender com qualidade as diversas demandas da sociedade, auxiliando no desenvolvimento científico e tecnológico, econômico e social do Brasil. Além disso, procurou expor a relevância de subsidiar a formulação e implementação de políticas voltadas para as áreas de educação, abrangendo todos os níveis educacionais.

No quadriênio seguinte deste mesmo governo, foi construído o PPA para compreender os anos de 2008 a 2011. Teve o desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão

social e reduzir as desigualdades regionais. Para o alcance de todos os resultados propostos no Plano, o Governo aprofundaria o trabalho cooperativo, cruzando as fronteiras ministeriais e estabelecendo parcerias com o setor privado e os Governos Estaduais e Municipais. Ao que compete à pós-graduação, neste documento está presente o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) com o propósito de “(...) valorizar a formação de pesquisadores e reter recém-doutores no País” (BRASIL, 2008, p. 81). Para a promoção deste programa, seriam oferecidas 1.500 bolsas.

Com respeito à ciência e tecnologia, para elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica, haveria o desempenho na formação de recursos humanos qualificados, com foco no Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, visando ampliar o número de bolsas de formação, de pesquisa e de extensão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em setores estratégicos para o desenvolvimento autônomo do país, assim como, a realização integrada das bolsas de pós-doutorado e fixação de doutores para ampliar a absorção de pesquisadores qualificados pelo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Cita-se que, apesar dos avanços obtidos, desafios deveriam ser superados para aumentar a competitividade sistêmica da economia, considerando a ampliação do investimento do setor privado em pesquisa e desenvolvimento e a implementação de um efetivo SNCTI preparado para articular empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financeiros. Com a efetivação do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, visava-se atingir um estágio de investimentos compatível com os desafios de uma economia competitiva.

O programa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde, de responsabilidade do Ministério da Saúde, teve o objetivo de apoiar o desenvolvimento da graduação, pós-graduação *Stricto e Latu Sensu* em áreas estratégicas para o SUS e educação profissional, educação permanente e pós-graduação em saúde e em ciência e tecnologia em saúde.

O programa “Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica”, tendo o MEC como órgão responsável, teve o objetivo de formar pessoal de alto nível no país e no exterior, almejando a produção do conhecimento científico, sendo o público-alvo alunos de pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstrasse interesse em capacitação pós-graduada. Para este programa, o fomento à pós-graduação, anualmente, ficou distribuído da seguinte forma: 2008 – meta

nacional de R\$ 38.751.230,00; 2009 – meta nacional de R\$ 34.679.552,00; 2010 – meta nacional de R\$ 43.349.441,00; e 2011 – meta nacional de R\$ 54.186.801,00.

2.4 Formação, capacitação e fixação de recursos humanos de 2011 a 2018

A tarefa maior do PPA do período de 2012 a 2015 foi tornar o Brasil um país reconhecido por um modelo de desenvolvimento sustentável, com distribuição adequada regionalmente, buscando a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental. Um país reconhecido por ser uma Nação democrática, soberana, defendendo os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo (BRASIL, 2012).

Este PPA expressa que a crise do modelo neoliberal que vigorou durante a década de 90 explicitou a importância decisiva do Estado como orientador de escolhas e caminhos das Nações, pois ainda que as forças de mercado impulsionassem e dinamizassem o desenvolvimento, o papel orientador da “mão invisível” do Estado é fundamental, aponta para o futuro e combina os meios e recursos de governo, setor privado e sociedade. A visão de futuro, durante esse período, é o ponto de partida orientador do planejamento da Nação, no geral, e da ação governamental em particular. Partindo do princípio de que o futuro é construído de forma conjunta pelo governo, pelas empresas e pela população brasileira, que se estabeleceu a visão de futuro para o Brasil (BRASIL, 2012).

Entre os desafios reconhecidos para alcançar um cenário macroeconômico desejado, encontra-se descrito o progresso científico e tecnológico, devido ao contexto internacional de aceleração das transformações tecnológicas. Com uma transformação contínua de processos e produtos e a acirrada concorrência internacional por mercados, seria necessário intensificar os esforços nacionais em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação como forma de reduzir o hiato econômico em relação às economias desenvolvidas.

No Projeto Nacional de Desenvolvimento, no que diz respeito ao item de conhecimento, educação e cultura, este PPA seria o ponto intermediário para alcançar as metas do Plano Nacional de Educação - PNE (2011 – 2020) proposto pelo Poder Executivo do governo federal, construindo uma visão sistêmica dos compromissos da política de educação a partir dos três Programas Temáticos: Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; e Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Este último está inserido no PPA como parte das políticas sociais.

Sobre a importância do ensino de graduação e pós-graduação para o desenvolvimento humano, aponta Brasil (2012, p. 147):

Em um mundo em que o conhecimento se sobrepõe como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização, em particular da educação superior, que abrange não apenas cursos de graduação, mas também pós-graduação e pesquisa. A educação superior desempenha um papel relevante na dinâmica da economia nacional, por meio da geração de conhecimentos que, aplicados, resultam em inovações tecnológicas e na oferta de mão-de-obra qualificada ao mercado de trabalho. Além disso, a educação superior é um importante fator de ascensão social.

Considera-se que o sistema de pós-graduação, ciência e tecnologia contava com uma infraestrutura e um modelo de capacitação de recursos humanos de alto nível que propiciou vários benefícios concretos. Nesse cenário, seria necessário garantir que o maior número de alunos concluísse os estudos, bem como atrair novos alunos, estimulando-os a ingressar na carreira acadêmico-científica. Estimou-se que, no período de dez anos, o Brasil teria o dobro de doutores que possuía, sendo necessário, portanto, manter a formação anual de 12 mil novos doutores e acelerar a formação de pessoal altamente qualificado a cada ano.

Outro fator apontado neste PPA, foi o aumento da concessão de bolsas pelas agências federais e estaduais de fomento à pesquisa, pois considerou-se que as bolsas de estudo eram fundamentais para o crescimento da produção científico-tecnológica nacional, em conjunto com outras medidas de incentivo à permanência, para que um maior número de alunos pudesse concluir seus estudos. Além disso, a parceria entre a Universidade, o Estado e as empresas passa a ser considerada crucial para o fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, pois as medidas de expansão do acesso deveriam ser associadas com ações que promovessem a qualidade acadêmica.

Perante essa visão, o Programa Temático Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, em concordância com o Plano Nacional de Educação, teve como metas para a pós-graduação a elevação das taxas de matrículas; a elevação do número de mestres e doutores titulados e em exercício no corpo docente das universidades; e o aprimoramento dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino, tanto na graduação como na pós-graduação.

Com a meta de elevar o número de mestres e doutores titulados por ano e elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, uma iniciativa seria a concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos,

no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, incluído a formação de professores, garantia da equidade étnico-racial e de gênero.

Entre os anexos do PPA, está o Programa Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas. A meta seria alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq.

Seguindo a ordem cronológica dos Planos Plurianuais, apresentadas pela Lei nº 13.249/2016, Art 3º, as prioridades da administração pública federal para o período do PPA 2016 – 2019, que compreende o segundo governo da presidente Dilma Rousseff, são: as metas inscritas no Plano Nacional de Educação; o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; e o Plano Brasil sem Miséria.

Conforme (Brasil, 2016), a construção e solidificação de um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental com orientação para inclusão social e redução das desigualdades foi resultado dos esforços de implementação das políticas que caracterizaram o país para o período atual. Visando o compromisso pela promoção do desenvolvimento econômico e social, com redução da desigualdade e criação de amplas oportunidades, o documento traz como um dos eixos estratégicos a Educação de qualidade, pois a educação é visualizada como acesso universal e um caminho para a cidadania e o desenvolvimento do país.

O que se busca na educação superior é a democratização do acesso, sendo essa expansão promovida também no campo da pós-graduação, com a abertura de novos cursos, cooperação nacional e internacional de instituições, intercâmbio de estudantes e incentivo à pesquisa com vistas ao desenvolvimento tecnológico.

O Programa Educação de Qualidade para Todos, com o objetivo de fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, traça como meta para a pós-graduação ofertar 90 mil novas matrículas (especializações e mestrados profissionais) oferecidos nas modalidades a distância e semipresencial, destinados a professores da educação básica. O objetivo de ampliar o acesso à educação superior de qualidade teve como meta para a pós-graduação o aumento de 180 mil para 289 mil no número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, em todas as áreas do conhecimento.

Outra meta para esse objetivo é ampliar, de 245 mil para 299 mil, o número de matrículas anuais em programas de pós-graduação *stricto sensu* e ampliar, de 95 mil para 110 mil, o número de bolsas de estudo no país, concedidas anualmente em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Quanto às iniciativas para o alcance dessas metas, está a ampliação do apoio aos programas de pós-graduação *stricto sensu* que integram o SNPG, aos projetos de pesquisa e à realização de eventos científicos e, a ampliação do apoio a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias, em nível de pós-graduação, no âmbito das ações de cooperação e mobilidade acadêmica e científica internacional.

Na busca pelo objetivo de aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, foi estabelecido o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Pós-graduação. Para o programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, a iniciativa é a articulação de novos cursos de nível superior e programas de pós-graduação em direitos humanos e incentivo à realização de pesquisas na área.

Entre as assimetrias da pós-graduação destacadas, estão as desigualdades entre as áreas de conhecimento, ao mesmo tempo em que se busca incentivar a criação e a expansão do sistema de pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Além disso, há assimetrias entre regiões, entre instituições na própria região, nas mesorregiões ou nos estados.

O Plano contempla a educação básica como um assunto estratégico. A orientação é que o programa de educação seja conduzido por uma equipe multidisciplinar para ter o envolvimento de todos os cursos da pós-graduação, envolvendo áreas como engenharia, administração e ciência política. A expectativa é que o envolvimento de todas as áreas colabore com novas ideias para melhorar a qualidade social da educação básica.

Apresenta-se, no Plano, a percepção sobre o papel da pós-graduação na formação de recursos humanos para as empresas. Reconhecendo o conhecimento científico, tecnológico e a inovação como contribuintes para o desenvolvimento sustentável, ampliação da produtividade e competitividade do país, considerando, também, que pode contribuir “para a melhoria da qualidade de vida, através da aceleração da criação e qualificação de empregos, e democratizando oportunidades” (BRASIL, 2010, p.180).

É explanado sobre a necessidade de integrar mais a política de ciência, tecnologia e inovação à política industrial para que as empresas incorporem a inovação ao seu processo produtivo, pois, conforme descrito, a inovação na sociedade e nas empresas tem sido um item para medir o estágio de cada país e apontar possibilidades e potenciais efetivos de

desenvolvimento. Ao lado da formação de quadros científicos, são necessárias políticas que induzam a alocação desses cientistas em setores empresariais e industriais.

Pelo fato do Brasil ser abundante em riquezas naturais, fica enfatizado, nesse PNPG, a formação de recursos humanos para as empresas, por isso, necessitando com rapidez de quadros qualificados, capazes de transformar os recursos e conhecimento em riqueza, com a finalidade de elevar a condição de desenvolvimento do país, pois, “Sem a formação de recursos humanos qualificados, nas diversas áreas de conhecimento, dependeremos eternamente da transferência de conhecimento de outros países” (BRASIL, 2010, p.221).

Quanto à internacionalização da pós-graduação e a presença internacional da ciência e da tecnologia brasileira, aponta-se que a evolução da pós-graduação está vinculada ao crescimento da ciência que fica expressa, sobretudo, pelo progresso na produção científica apurada pela publicação de artigos em periódicos de circulação internacional indexados. A presença da ciência brasileira no cenário internacional pode ser apurada, qualitativamente, pela atividade de cientistas brasileiros nas principais instituições internacionais de ciências com significativas ações de cooperação científica internacional.

Sobre os investimentos na pós-graduação, os dados mostram que o maior investidor é o Governo Federal, seguido em menor escala pelos estados. A maior parte dos investimentos diretos feitos na pós-graduação é proveniente dos órgãos de fomento federais, pela CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esses recursos são complementados pelas Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs que ampliam as condições de crescimento da produção científica nacional.

Paralelamente ao PNPG (2011-2020), entre as ações tomadas neste governo, em dezembro de 2011, o Decreto nº 7.342/2011 instituiu o programa Ciência sem Fronteiras com o objetivo de proporcionar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além disso, atrair, para o Brasil, jovens e pesquisadores estrangeiros em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011).

É um programa que buscou possibilitar a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, melhorando competitividade brasileira por meio do intercâmbio. A intenção do Ciências sem Fronteiras seria atender áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país. As ações desse programa eram complementares às atividades desenvolvidas pela Capes, pelo MEC e pelo CNPQ. Para atender aos objetivos do Programa, a Capes e o CNPq concederiam bolsas de estudo em instituições no exterior, nas modalidades: graduação-sanduíche; educação profissional e tecnológica; doutorado-sanduíche; doutorado

pleno; e pós-doutorado. Este Programa seria custeado por dotações orçamentárias da União consignadas anualmente aos órgãos e entidades envolvidos no Programa, além de, outras fontes de recursos, provenientes de entidades públicas e privadas.

Em 2017, quanto à modalidade de graduação-sanduíche, o Programa encerrou com o último edital de 2014, mas permaneceu com o programa de internacionalização para pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado) e, neste mesmo ano, foram concedidas cerca de 5 mil bolsas.

Segundo o Ministério da Educação, durante o mandato do Presidente Michel Temer, o programa foi encontrado com dívidas elevadas, estudantes estavam sem recursos no exterior. Em julho de 2016, após avaliação da modalidade graduação, a conclusão do MEC foi que era alto o custo para manter os alunos estudando no exterior. Eram 35 mil bolsistas de graduação a um custo médio no exterior de R\$ 100 mil por ano, enquanto o custo anual da merenda escolar, por aluno, era de R\$ 94 mil. Em 2015, o Ministério destinou R\$ 3,7 bilhões para manter o Programa, sendo que o mesmo valor investido na merenda escolar foi de R\$ 39 milhões de alunos da Educação Básica. Diante disso, a decisão foi em manter o foco do Programa na pós-graduação.

Após a saída da Presidente Dilma Rousseff do governo, foi divulgado o documento “Uma ponte para o futuro” que serviu como base para o mandato do Presidente Michel Temer (2016 – 2018). Conforme descrito, o programa foi destinado a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais.

Sobre a funcionalidade do Estado, o documento enfatiza:

“(…) o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade” (BRASIL, 2015).

Este programa apresenta propostas para a economia, para a composição do governo, transparência nos órgãos federais, previdência, entre outros. Entre essas, está a proposta de dar alta prioridade à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico que são vistos como a base da inovação. Durante esse período, algumas ações que fazem associação com a pós-graduação, ciência e tecnologia podem ser destacadas.

A Lei nº 13.341/2016¹⁰ que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguiu o Ministério das Comunicações e transformou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), ficando transferidas as competências, os órgãos e as entidades supervisionadas de um Ministério para o outro, conforme página oficial do MCTIC¹¹ “expandindo o leque de contribuições do órgão na entrega de serviços públicos relevantes para o desenvolvimento do país”. A missão desse Ministério concentra-se em: produzir conhecimento, produzir riquezas para o Brasil e contribuir para a qualidade de vida dos brasileiros.

Esta ação, com a intenção de diminuir o número de Ministérios, teve resistência da comunidade científica. Pouco antes da promulgação desta Lei, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e mais 13 entidades¹² enviaram um manifesto conjunto ao presidente Michel Temer contra a fusão entre os dois Ministérios.

Conforme o manifesto¹³, enviado ao Presidente em 11 de maio de 2016:

“A junção dessas atividades díspares em um único Ministério enfraqueceria o setor de ciência, tecnologia e inovação, que, em outros países, ganha importância em uma economia mundial crescentemente baseada no conhecimento e é considerado o motor do desenvolvimento”.

“É grande a diferença de procedimentos, objetivos e missões desses dois ministérios. A agenda do MCTI é baseada em critérios de mérito científico e tecnológico, os programas são formatados e avaliados por comissões técnicas que têm a participação da comunidade científica e também da comunidade empresarial envolvida em atividades Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Essa sistemática é

¹⁰ Altera as Leis n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016.

¹¹ Conforme página da web: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginaInstitucional.html>.

¹² Academia Brasileira de Ciências, ABC. Academia de Ciências do Estado de São Paulo, ACIESP. Academia Nacional de Medicina, ANM. Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais, ABRUEM. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, ANPROTEC. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES. Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras, ANPEI. Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, CONFIES. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB. Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, CONFAP. Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C, T&I, CONSECTI. Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, FOPROP. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, FORTEC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.

¹³ Encontrado na página web oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). SBPC e outras 13 instituições enviam manifesto contra fusão do MCTI. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/site/artigos-e-manifestos/detalhe.php?p=5079>>.

bem diferente da adotada pelo Ministério das Comunicações, que envolve relações políticas e práticas de gestão distantes da vida cotidiana do MCTI.”

Segundo o texto, o MCTI é o motor do desenvolvimento nacional e, juntamente com suas agências, desempenhou papel fundamental para o avanço da ciência e da tecnologia, assim como, o protagonismo do Brasil no cenário científico global. Portanto, minimizar as atividades desse Ministério pela associação com setores diferentes da sua missão comprometeria o que deveria ser o objetivo determinante das políticas públicas, o de garantir um desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômico, social e ambiental.

Outra medida adotada, durante este período, foi o controle de gastos federais, mediante a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016 - que Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências - limitando por 20 anos os gastos públicos, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e evitar que cresçam mais que a inflação o que, conseqüentemente, atingiria o orçamento destinado aos financiamentos para pesquisa, ciência e tecnologia, inviabilizando metas do Plano Nacional de Educação que inclui propostas para a pós-graduação em seus documentos.

A fusão dos Ministérios somada aos cortes de gastos públicos reduziu, significativamente, os recursos disponíveis para o MCTIC, que com a inclusão do Ministério das Comunicações tornou os recursos disponíveis ainda mais escassos por serem divididos em pautas.

2.5 A Amazônia nas políticas de Pós-Graduação

No período do PPA entre 1990 e 1994, nas diretrizes de ações para o desenvolvimento regional, descreve-se que uma fração territorial pequena concentrava a capacidade produtiva, a renda e os centros de desenvolvimento tecnológico do País, entrando em contraste com grandes espaços vazios da Região Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Desse modo, a política de desenvolvimento regional seria um instrumento de desdobramento espacial da economia, conferindo, sobretudo essas Regiões.

Entre os objetivos e metas da Secretaria da Ciência e Tecnologia estava a realização – pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) – de pesquisas climáticas na região amazônica, abrangendo a instalação, em 1991, de três estações de monitoramento de gases, visando a verificação diária da ocorrência de queimadas e análise da distribuição de precipitações e nebulosidade.

Na área ambiental, observou-se que o Ministério da Ciência e Tecnologia daria continuidade a pesquisas relacionadas com a Região Amazônica, que fossem orientadas para o monitoramento e investigação do ecossistema e suas relações com os sistemas socioeconômico-culturais, através do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Museu Goeldi, ligado ao CNPq. Além disso, não há documentos que indiquem alguma preocupação em relação às políticas de pós-graduação voltadas especificamente para a Amazônia.

O PPA de 1995 a 2002 trouxe, quanto à Defesa Nacional, o objetivo de fortalecer a presença militar na Amazônia, pela rearticulação das Forças Terrestre, Aérea e Naval, no sentido de priorizar a região no planejamento estratégico das Forças Armadas, ajustado com as políticas governamentais (BRASIL, 1996).

Como medida destinada à Amazônia Legal, esteve a ação do governo para o turismo, devendo haver um incentivo aos programas regionais integrados, com a perspectiva de implantação do Prodetur-Norte, voltado para a Amazônia Legal com enfoque no ecoturismo. No tópico sobre meio ambiente, era entendido que a questão ambiental não poderia se reduzir à pesquisa e à preservação da Floresta Amazônica, pois com mais de três quartos da população vivendo em áreas urbanas, os problemas ambientais teriam que ser levados em consideração, igualmente, à qualidade de vida nas grandes cidades.

Como macro objetivo para a região amazônica, o PPA (2000 – 2003) destaca que se devia dar ênfase às atividades de defesa na Amazônia, ampliando e consolidando a presença do Estado, intensificando a vigilância e ajudando a integrar a população civil à cidadania e, por extensão, a Defesa Nacional. Na agenda de informação e conhecimento, a diretriz para a Amazônia compreende ampliar as atividades de pesquisa e fortalecer os centros de excelência da Amazônia com ênfase na biodiversidade.

Dos programas finalísticos desse Plano, específicos para a Região Amazônica, estão os: Programa de Desenvolvimento da Amazônia Legal, com ações orçamentárias que incluíram o fomento a projetos de infraestrutura econômica e social na Amazônia Ocidental; Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, com as ações orçamentárias de implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, implementação de projetos para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia e o desenvolvimento de pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da Região.

Compete a esse período a criação do Centro Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia (Censipam), em 2002, com o objetivo de promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. As principais atribuições são: propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações do Sistema de Proteção da

Amazônia (Sipam), sendo responsável por sua gestão. Sendo assim, as atividades que eram, nos anos anteriores, individualizadas, passam a ser compartilhadas, favorecendo a disseminação de conhecimento e evitando a duplicidade de ações na Amazônia.

No programa “Avança Brasil”, entre as diretrizes e ações para a ciência e tecnologia de ponta, houve a designação de ampliar os programas de centros de excelência na Amazônia, com a consolidação do INPA, tendo o Museu Goeldi e o Instituto de Desenvolvimento Sustentado, em Tefé, como polos de pesquisa. Seriam incentivados os centros de estudo de biodiversidade animal e vegetal. Conforme o documento, a entrada em operação do Projeto SIVAM/SIPAM propiciaria a ampliação desses serviços como maior coordenação das atividades do governo na região. O Projeto SIVAM, atribuído como de excepcional interesse regional e nacional, constituía ação concreta para consolidar a soberania brasileira no espaço territorial amazônico. Dessa forma, as Forças Armadas intensificariam a cooperação nos programas de desenvolvimento nacional.

Entre os anos de 2003 a 2010, de acordo com o PPA (2004 – 2007), o Polo Industrial de Manaus cumpria a função de fortalecer a estrutura da região e entre as iniciativas para incrementá-lo, previa-se a implantação de um novo parque tecnológico para a produção de componentes e eletrônicos e a conclusão do aparelhamento do Centro de Biotecnologia da Amazônia, para geração de produtos e processos a partir da biodiversidade.

Dos programas de governo deste Plano Plurianual destinados à Amazônia dentro do contexto de ciência e pós-graduação, destacam-se: Amazônia sustentável, com o objetivo de promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais; Programa aquicultura e pesca no Brasil, com a implantação da Rede de Pesca e Aquicultura da Amazônia Legal; Programa biotecnologia, com Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

O programa Ciência, Natureza e Sociedade, com o objetivo de ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, teve como ações: a divulgação de informações e de conhecimentos em ciência e tecnologia sobre a Amazônia no Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG; o monitoramento ambiental da Amazônia; e a preservação dos acervos científicos do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA.

O Programa Difusão e Popularização da Ciência teve como ação a difusão e popularização do conhecimento em ciência e tecnologia sobre a Amazônia no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e, a divulgação de informações e de conhecimentos em ciência e tecnologia sobre a Amazônia no Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.

O Programa inovação e competitividade teve como ação o fomento a projetos institucionais para pesquisa na Região Amazônica, tendo como órgão executor o Ministério da Ciência e tecnologia. O Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico teve como ações a pesquisa e desenvolvimento sobre os recursos naturais da Região Amazônica no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e, fomento à pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica na Amazônia Legal tendo como órgão executor o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A desigualdade regional é evidenciada no IV PNPG (2005 – 2010) mostrando a necessidade de que as instituições de ensino e pesquisa da Amazônia recebessem uma atenção maior, especialmente na formação e fixação de recursos humanos, além disso, temas de interesse regional, como era o caso dos diferentes biomas e ecossistemas complexos da Região Amazônica, da caatinga, do cerrado e do Pantanal, não estavam suficientemente priorizados.

Áreas consideradas “portadoras de futuro” (biotecnologia e nanotecnologia) são percebidas como campos cruciais na correlação de forças internacionais que o Brasil apresentava potencialidade e nas quais a pós-graduação deveria dar maior atenção, tornando-se necessário a criação de programas do mar e da biodiversidade e o desenvolvimento da Região Amazônica como instrumento de integração social (BRASIL, 2004).

Para garantir o crescimento harmônico do conjunto da pós-graduação foi feita a proposta que, para as áreas geográficas da região norte, nordeste e centro-oeste, a distribuição dos investimentos adicionais fossem diretamente proporcionais ao número de docentes. O investimento em bolsas efetuado pela CAPES e pelo CNPq, nessas áreas geográficas, até então, teria sido inferior ao das demais áreas, indicando a necessidade de uma ação indutiva para o crescimento da pós-graduação nesses locais.

Conforme relatado, para atenuar o desequilíbrio regional da formação de recursos humanos e investimentos diretos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Brasil adotou alguns instrumentos de políticas, destacando-se a determinação do Governo Federal em destinar 30% dos recursos dos Fundos Setoriais para essas regiões. Para cumprir esse instrumento, as agências CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) encontravam dificuldades, pois as propostas dessas regiões, muitas vezes, não conseguiam competir com as propostas do Sul e Sudeste.

A intensificação da formação de recursos humanos para a Amazônia iniciou em 2005, mediante o Programa Acelera Amazônia (PAC), criado e desenvolvido pela CAPES em parceria com as universidades da região, para conceder bolsas de apoio a mestrandos, doutorandos, recém-doutores, e ampliar o número de pesquisas, professores qualificados e

publicações. O objetivo foi ampliar o número de mestres e doutores na região e reduzir as desigualdades regionais. Nesse ano, apenas mil doutores trabalhavam na Amazônia. A meta do programa foi triplicar, até 2010, o número de cursos de pós-graduação nas instituições de ensino superior da região e reduzir as assimetrias regionais.

O PAC objetiva, substancialmente, estimular a formação de recursos humanos pós-graduados e a produção de pesquisas científicas e tecnológicas na região, e prevê um fundo para apoio à mobilidade de pessoal, além da participação das fundações estaduais de amparo à pesquisa da região Norte. O desafio do programa é fixar doutores na Amazônia e estava entre as políticas prioritárias da CAPES, pois dos mil doutores, uma parte não atuava em laboratórios de pesquisa. No ano de criação do programa, a CAPES recebeu para análise 55 propostas de cursos novos por IES da Amazônia, sendo aprovadas 18 para o nível de mestrado e cinco para o nível de doutorado¹⁴.

Entre as medidas do PAC, está o incentivo ao desenvolvimento regional, por meio da recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Destaca-se as ações implementadas pelo Governo Federal no sentido da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais. Entre as ações está a implementação do Plano de ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, lançado em 2004 e, que teve como objetivo diminuir as taxas de desmatamento na região amazônica, levando em consideração fatores econômicos e sociais. Este plano possui um diferencial em comparação as ações passadas, pois não se limita a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla, também, ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis.

Criado em 2005, o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), estabelecido na Portaria Interministerial MD/MEC nº 2.674/2005, é uma iniciativa conjunta do Ministério da Defesa e da Capes. O programa tem por objetivo principal estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando recursos humanos e infraestrutura disponíveis em diferentes IES e/ou outras instituições, possibilitando a produção de pesquisas científicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Defesa Nacional. Entre os assuntos a serem investigados pelos pesquisadores, pode ser destacada a defesa estratégica das fronteiras, a questão espacial, a Amazônia e os diversos biomas que necessitam de ações maiores de defesa.

¹⁴ Conforme página na web: www.capes.gov.br

A Capes continuou incluindo entre suas ações prioritárias para 2007 a intensificação de formação de recursos humanos na Amazônia, para isso, adotou um orçamento previsto de R\$ 30 milhões.

De competência do CNPq, o Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio, foi criado, pelo anterior Ministério da Ciência e Tecnologia em 2004, apresenta abrangência nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento de pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos, e ainda, o fortalecimento institucional na área de pesquisa e desenvolvimento da diversidade biológica. O CNPq tem a responsabilidade de implementar os auxílios e bolsas às propostas selecionadas e apoiar o atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nas ações de acompanhamento e avaliação de desempenho dos projetos de pesquisa.

Este programa iniciou suas atividades na Região Amazônica com a criação dos Núcleos executores da Amazônia Ocidental, no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA e Oriental – Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, sendo expandido, posteriormente, para o Semiárido. Em 2009, foi lançado o Edital MCT/CNPq/PPBio nº 60/2009 com a aprovação de três redes de pesquisa, uma na Amazônia Ocidental, uma na Amazônia Oriental e uma no Semiárido. Em 2012, com outra chamada de Edital (MCT/CNPq nº 35/2012 – PPBio/Geoma), houve a reunião de ações de pesquisa referentes a dois programas relacionados à conservação da biodiversidade: PPBio e Geoma, sendo ampliado e aprovado, entre outras, na Região da Amazônia Ocidental.

A Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal – BIONORTE, foi instituída pela Portaria MCT nº 901/2008, na esfera do Ministério da Ciência e Tecnologia. Congrega Instituições da Amazônia Legal, com o objetivo de acelerar a formação de recursos humanos e de integrar competências para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação, com foco na biodiversidade e biotecnologia, almejando gerar conhecimentos, processos e produtos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

A Rede BIONORTE foi instaurada para trabalhar em duas linhas: ampliar o conhecimento da biodiversidade da Amazônia e formar recursos humanos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Entre as diretrizes está a consolidação e integração de grupos de pesquisa na Região, a formação, atração e fixação de doutores na Região, o fortalecimento e contribuição para consolidação de programas de pós-graduação e a contribuição para o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental da região.

A primeira ação de Rede foi o lançamento do Edital MCT/CNPq/FNDCT-AÇÃOTRANSVERSAL/CT-AMAZÔNIA/CT-BIOTEC/BIONORTE N° 066/2009,

contemplando três linhas de pesquisa, onde foram aprovados 19 projetos envolvendo os nove estados da Amazônia Legal. Para a formação de recursos humanos, foi criado um programa de Pós-Graduação em nível de doutorado, com a participação de todos os estados da Amazônia Legal.

No PPA de 2011 a 2018, o Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios procurou valorizar as florestas brasileiras, com a estratégia de promover ações que levassem à conservação e uso sustentável dos recursos florestais e à viabilização de uma economia florestal fortemente inclusiva. A Amazônia ocuparia prioridade para a prevenção e controle do desmatamento, pois, a expansão econômica seguia o padrão agroexportador de outras áreas, com fornecimento de matéria-prima de baixo valor agregado.

Especialmente na Amazônia, seria preciso fortalecer e aprimorar as políticas de prevenção e controle do desmatamento e valorização do ativo florestal a fim de evitar a retomada do corte raso que prejudica o sistema florestal, pois, no Brasil, a maior parcela das emissões líquidas de CO₂ é proveniente da mudança do uso da terra, da conversão de florestas para o uso agropecuário.

Com relação à Política Nacional de Defesa, o planejamento da defesa aeroespacial inclui todas as regiões e, em particular, as áreas essenciais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico, priorizando a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso, por meios terrestres, marítimos e espaço aéreo.

Conforme este Plano, os recursos da Política Nacional de Defesa iriam se concentrar em manter e ampliar a capacidade de operação das Forças Armadas, inclusive a modernização do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Além disso, o orçamento iria ser destinado a garantir a soberania nacional e ampliar a capacidade institucional do Estado, investimentos que seriam indispensáveis para acelerar as transformações sociais em andamento.

No Programa Mudança do Clima, a proposta é de expansão do monitoramento do desmatamento de todos os biomas brasileiros e o monitoramento de áreas queimadas, risco de queima e a gravidade do fogo para todo o território nacional. Com vistas a complementar este esquema, haveria a ampliação da capacidade de monitoramento por radar da Amazônia Legal, atuando em um período de vulnerabilidade, quando as imagens de satélite perderem sua efetividade.

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia é um programa que tem como objetivo expandir o acesso à internet em banda larga para todos promovendo o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação. Tem como iniciativa a implantação de redes

de fibras óticas subfluviais na Região Amazônica (Projeto Amazônia Conectada). O órgão responsável por é o Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O V PNPG tem uma extensão temporal que alcança os anos de 2011 a 2020 e está dividido em Volume I e Volume II. O Volume I é composto pelos capítulos que tratam da situação atual, das previsões e das diretrizes futuras da pós-graduação nacional. Tem como objetivo dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação do Brasil, sendo, pela primeira vez, parte integrante do Plano Nacional de Educação, de responsabilidade do Ministério da Educação.

A organização de uma Agenda Nacional de Pesquisa é considerada um ponto determinante neste documento, sendo planejada em torno de temas de acordo com a relevância para o país e pelas oportunidades que podem ser observadas. Essa agenda incluiu a agricultura, associando a antiga revolução verde a tecnologias limpas, além de incluir a Amazônia e o Mar (Amazônia Azul), o programa espacial, a política nuclear, a saúde pública, a energia e, a importância de pesquisas multi e interdisciplinares.

Conforme Brasil (2010), o núcleo da pós-graduação é a pesquisa, e os resultados da pesquisa podem ser aplicados levando à criação de novas tecnologias e procedimentos que podem ser usados no setor público e no sistema privado para fazer da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social.

De acordo com Brasil (2010), o desenvolvimento regional amazônico encontra impasse quando comparado ao das outras regiões brasileiras devido ao baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a sua baixa produtividade em ciência e tecnologia, que tem a origem no número escasso de cursos de pós-graduação de nível de doutorado.

A Amazônia Legal é considerada no PNPG V como uma região onde são necessárias ações que firmem a sua preservação e garantam as dimensões ambientais, sociais e econômicas aos processos de desenvolvimento e, para que isso ocorra, é condição fundamental a busca de avanços do conhecimento e da produção científica e tecnológica regionais, além de um estímulo à inovação. Como aponta o documento:

(...) À primeira vista, pode-se alegar que os investimentos são reduzidos porque temos poucas universidades e, por consequência, poucos doutores e poucas publicações. No entanto, uma análise mais aprofundada dos dados disponibilizados pelo CNPq demonstra que a região Norte tem contribuído mais com a C&T nacional, no que tange a investimentos financeiros, do que tem recebido da União.

As estratégias que podem mudar essa realidade requerem grandes investimentos em C&T (respeitando pelo menos o percentual financeiro gerado na região), a fixação de RH (criação de bolsas e salários diferenciados para atrair pesquisadores e evitar a evasão) e a ampliação da infraestrutura de C&T (BRASIL, 2010).

Considerando o ano de divulgação deste documento (2010), existia a dificuldade de comunicação na Amazônia, pois as redes de fibra ótica não alcançavam todas as capitais da região. A proposta foi de criação de Rede Pública Amazônica de Comunicação de Dados, com a interligação das redes existentes e sua expansão através da passagem de novos cabos. O desenvolvimento de projetos de pesquisa e formação de recursos humanos seria com a visão de gerar conhecimentos, processos e produtos que contribuísse para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Para o crescimento da soberania da região, seriam ampliados os programas de pós-graduação, consolidando e expandindo aqueles nas áreas já existentes e induzindo a instalação de programas ainda não representados, recomendando ações a fim de promover a cooperação nacional para a capacitação regional por meio de programas de financiamento. Conforme o Plano, as ações e financiamentos para a criação de novos programas de pós-graduação na Região Amazônica encontram barreira devido à dificuldade de fixação de pessoal qualificado pelas instituições da região. Essa barreira deve ser vencida por meio de uma revisão na legislação pertinente.

Alguns programas foram idealizados a fim de ampliar o número de docentes doutores e o número de cursos de mestrado e doutorado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, reconhecidas como possuidoras das maiores carências de recursos humanos. As propostas são para diminuição das assimetrias intrarregionais e entre estados em outras regiões.

O programa Acelera Amazônia, idealizado para ampliar o número de pesquisadores e grupos de pesquisa na região, permitiu a integração dos estados da região. O Programa DINTER Novas Fronteiras propicia, em nível de doutorado, a formação de docentes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, via treinamento *in company*, representando como vantagem a formação de doutores em bloco numa mesma Instituição de Ensino Superior, fora dos grandes centros, reduzindo o custo por doutor titulado e o período necessário à criação ou consolidação de cursos de pós-graduação.

O PRODOUTORAL é um programa que estimula o planejamento da formação doutoral docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além de estimular a cooperação entre as IFES de origem e as Instituições Estaduais de destino, através da mobilidade discente e docente ao longo do período de formação.

O programa Novas Fronteiras foi criado para ajudar a consolidação de programas de pós-graduação novos, normalmente com nota 3, localizados nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, procurando estimular a interação científico-acadêmica de docentes para construir

redes de cooperação, com Instituições de Ensino Superior, com os melhores programas nacionais.

O PNPG V enfatiza que a coordenação dessas ações deve ter o objetivo de promover a hegemonia brasileira nas questões amazônicas e a ampliação dos processos de inclusão social e geração de renda para os povos amazônicos.

Entre os programas e ações realizados no ano de 2018 que dedicam atenção à Região Amazônica, está o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia. Com o primeiro Edital em 2018, faz parte de uma ação complementar para fortalecer a pós-graduação na Região Norte e no estado do Maranhão, tendo o apoio de projetos de pesquisa que construam redes de cooperação acadêmica para possibilitar a utilização de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis nas instituições participantes, possibilitando a abordagem de novos tópicos de pesquisa e a criação de condições de estímulo ao crescimento da pesquisa na Amazônia brasileira, a fim de contribuir para a elevação da qualidade dos cursos oferecidos na região.

O objetivo do programa é apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa que aperfeiçoem a formação em pós-graduação almejando a melhoria das notas dos Programas de Pós-Graduação acadêmicos que são vinculados às Instituições de Ensino Superior ou Institutos de pesquisa dos estados da Região Norte e do estado do Maranhão, que visem diminuir as assimetrias regionais observadas no SNPG, de acordo com as diretrizes do PNPG 2011 – 2020.

O Programa Professor Visitante Nacional Sênior na Amazônia – PVNS-Amazônia, criado em 2018, constitui um instrumento de execução da política de desenvolvimento da educação superior e do SNPG. Tem como intuito propiciar a professores e pesquisadores a realização de estudos ou pesquisas de alto nível, propiciar a ampliação e a qualificação da produção do conhecimento científico, além da participação no desenvolvimento de planos, programas e projetos que auxiliem no aprimoramento e consolidação do desempenho científico-acadêmico.

O PVNS Amazônia contempla as Instituições com programas de pós-graduação, pertencentes aos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e do estado do Maranhão, mediante a cooperação interinstitucional com vistas a reduzir as diferenças regionais.

A reconstrução e descrição histórica destas políticas voltadas para a pós-graduação no Brasil e, especialmente na Amazônia, serve para analisar o resultado que gerou no sistema de ensino de pós-graduação stricto sensu, auxilia para fazer a avaliação do que ocorreu e como ocorreu a preocupação com os aspectos de formação e fixação de docentes, a preocupação com

as desigualdades regionais, de geração e disseminação do conhecimento acadêmico, e da conexão com o conhecimento produzido na região.

CAPÍTULO III – PRODUÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA LEGAL

Ao longo de quase três décadas (28 anos), foram adotadas políticas que visaram o desenvolvimento do Brasil e que incluíram questões relacionadas à pós-graduação como parte de um critério para alcance deste desenvolvimento. Além disso, houve a consolidação de políticas voltadas especificamente para a pós-graduação, os Planos Nacionais de Pós-Graduação, existentes desde 1975. Essas políticas incorporaram a Amazônia em seus aspectos ambiental, econômico, educacional e internacional. Silva (2008), explica que existe uma perceptível relação entre ciência, desenvolvimento e políticas públicas, que produz agendas pertinentes à saúde, educação, logística, gestão, segurança, desenvolvimento tecnológico e direito. Nessa relação se encontra o desenvolvimento de um esforço para mediar conhecimento produzido sobre a região e a emergência de uma demanda de pesquisa que nem sempre está integrada ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Entre as perspectivas para o ensino de pós-graduação, foram apresentadas as desigualdades de financiamento entre as regiões do país, o que impede o interesse em aumentar a formação e fixação de recursos humanos, e a criação de programas para geração de conhecimento na região, aspectos diferenciados nas demais regiões.

A Amazônia Legal abrange os estados da região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o estado do Mato Grosso (macrorregião Centro-Oeste) e parte do Maranhão (macrorregião Nordeste).

Becker (2005) destaca que a Amazônia brasileira foi designada como Legal através da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, o que ocorreu devido a um conceito político e não a um imperativo geográfico, sendo um conceito criado para fins de planejamento econômico da região amazônica. Becker ressalta que em 1996, a Lei nº 5.173 e, mais tarde, o Artigo 45 da Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 ampliaram os limites da Amazônia Legal, o que levou à forma atual, com uma área que compreende uma superfície aproximada de 5.217.423 km², representando a cerca de 61% do território brasileiro¹⁵.

O desenvolvimento da pesquisa e a geração de conhecimento na pós-graduação da Amazônia está relacionada com a formação e fixação de recursos humanos. A falta de recursos humanos para atuar na pós-graduação gera um círculo vicioso, segundo Fonseca e Val (2008, p.73), “se não há doutores, não há fomento; se não há fomento, não há formação de pessoal de alto nível; e se não há formação de pessoal de alto nível, não há desenvolvimento”.

¹⁵ Becker, Bertha K. Amazônia: Desenvolvimento e Soberania. In: Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

Segundo Fonseca e Val (2008), para que ocorra a agregação da Amazônia com o intuito de aumentar a densidade acadêmica, tanto a produção quanto a disseminação de conhecimentos deve ser reconhecida como prioridade que forçará a estruturação de um ambiente estável e crescente de ciência e tecnologia, para esse fim, o quadro de recursos humanos precisa ser suficiente para atender as demandas nos vários âmbitos do conhecimento sobre a Amazônia, “(...) uma vez que é necessária uma aceleração na produção de informações sobre a região, maior que as taxas históricas” (FONSECA E VAL, 2008, p. 74).

O último PNPG explana que o desenvolvimento regional amazônico encontra impasses em decorrência ao baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e à sua baixa produtividade em ciência e tecnologia, esta última com origem no número escasso de cursos de pós-graduação de nível de doutorado. Afirma que a Amazônia Legal representa 60% do território brasileiro, abriga 13% da população desse território e contribui com 8% do PIB nacional, entretanto, possuía pouco mais de 4.000 doutores em 2010, sendo que, metade destes, não envolvidos com a produção de informações e qualificação de pessoal em nível de pós-graduação.

A pesquisa na Amazônia precisa de intervenção. Existe uma significação da Amazônia para a política científica que relaciona questões sociais e tecnológicas:

A significação da Amazônia para a política científica faz com que a pesquisa nesta região apareça como uma fronteira científica, ou seja, como um lugar para a intervenção regional que envolve uma ampla gama de problemas, entre os quais os aspectos sociais e tecnológicos. A formulação dessas problemáticas, no entanto, depende de uma democratização científica, no sentido da formulação de relações não hierárquicas entre as disciplinas e entre as instituições científicas, dentro de uma simetria entre os problemas colocados pelos diferentes campos de conhecimento. Tal democratização, no entanto, não representa uma harmonia, implicando mesmo o acirramento de disputas por recursos e representações, nas quais a questão regional apresenta-se como preponderante (FAULHABER, 2005, P. 251).

3.1 Constituição dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Interdisciplinares na Amazônia Legal

Os dados a seguir, demonstram o crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação stricto sensu em Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Interdisciplinares. Foram realizadas análises sistemáticas dos programas oferecidos na região da Amazônia Legal, tendo como foco os cursos oferecidos dentro do campo mais específico das ciências sociais. Os dados foram recolhidos, no ano de 2021, na plataforma Geocapes, uma ferramenta de dados georreferencial que disponibiliza dados referentes ao sistema de pós-graduação.

As informações disponibilizadas na plataforma Geocapes iniciam no ano de 1998 indo até 2018. Para a análise da distribuição dos programas de pós-graduação, as variáveis foram comparadas em dois momentos: o primeiro período compreendendo os anos de 1994 a 2006 para os cursos de antropologia, sociologia e ciência política, e de 1977 a 2006 para os programas interdisciplinares; e o segundo período compreendendo de 2007 a 2018, sendo observada a evolução gradual da quantidade de cursos ofertados, as universidades públicas e o grau do curso nestes dois espaços temporais.

Na década de 90, a Grande Área de Ciências Humanas comportava 03 programas de pós-graduação stricto sensu na região da Amazônia Legal. Passadas três décadas, em 2018, o número subiu para 60 programas, foi adicionado o grau de Doutorado em 10 e, houve a saída de 09 programas. A quantificação dos programas de Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Interdisciplinares na Amazônia Legal será demonstrada nos quadros a seguir.

Quadro 03 – Programas de pós-graduação stricto sensu em Antropologia, Sociologia e Ciência Política na Amazônia de 1994 a 2006.

ANO	ESTADO	NÍVEL / PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
1994 a 1999	PA	Mestrado – Antropologia (UFPA)
2000	PA	Mestrado – Sociologia (UFPA)
2001 a 2002	-	-
2003	PA	<i>Adicionado o grau de Doutorado</i> ao programa de Sociologia (UFPA)
	MA	Mestrado – Ciências Sociais (UFMA)
2004	PA	<i>Saída</i> do programa de Antropologia que seria incorporado ao programa de Sociologia.
2005 e 2006	-	-

Fonte: GeoCapes (2021)

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

O período que contempla o quadro 3, até 2004, compreende o espaço temporal em que não houve formulação do PNPG. Durante o período entre os anos de 1994 a 1999, levando em consideração os cursos aqui tratados, apenas o Estado do Pará oferecia o programa de Mestrado em Antropologia. Em 1994, foi criado o primeiro curso de pós-graduação stricto sensu em Antropologia na Amazônia, com nível de mestrado, na Universidade Federal do Pará (ALMEIDA, 2019).

Já nos anos 2000, também no Pará, houve a criação do programa de Mestrado em Sociologia. Estes dois programas foram oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em 2001 e 2002, não houve a criação de programas em Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Em 2003 foi adicionado o grau de Doutorado ao programa de Sociologia na UFPA e, na Universidade Federal do Maranhão, passou a ser oferecido o Mestrado em Ciências Sociais. No ano seguinte, ocorre a saída do programa de Antropologia da UFPA que seria incorporado ao programa de Sociologia na universidade, conforme Almeida (2019), em 2002, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará foi aprovado, iniciando as atividades com o funcionamento da primeira turma de doutorado. Esse programa é resultado do Mestrado em Antropologia que esteve em funcionamento desde 1994 e, também, o de Sociologia criado em 1999. Houve a união desses dois Mestrados e formaram um único programa.

Passados doze anos desde a criação do primeiro programa em Antropologia, apenas dois Estados da Amazônia Legal ofereciam os cursos a serem estudados nesta pesquisa: O Estado do Pará, com Mestrado e Doutorado em Sociologia, e o Estado do Maranhão, com o programa de Mestrado em Ciências Sociais.

Quadro 04 – Programas de pós-graduação da Área de Conhecimento Interdisciplinar na Amazônia Legal de 1977 a 2006.

ANO	ESTADO	NÍVEL* / PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
1977	PA	Mestrado – Planejamento do Desenvolvimento (UFPA)
1994	PA	Doutorado – Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA)
1998	AM	Mestrado – Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM)/ Credenciamento em 2002
2000	AM	Mestrado – Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM)
2001	PA	<i>Adicionado o grau de Doutorado</i> ao Programa Planejamento do Desenvolvimento (UFPA)
	MA	Mestrado – Saúde e Ambiente (UFMA)/ Criado em 1996 na Grande área de Ciências da Saúde, passando a ser, em 2001, da Área de Avaliação interdisciplinar e Grande Área Multidisciplinar.
2003	MT	Mestrado – Física e Meio Ambiente (UFMT)
	PA	<i>Adicionado o grau de Mestrado</i> ao Programa Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e unificação com o Programa Planejamento do Desenvolvimento ¹⁶ .
2004	AM	Mestrado e Doutorado – Desenvolvimento Regional (UFAM)
		Mestrado Profissional – Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM)
	MA	Mestrado – Sustentabilidade de Ecossistemas (UFMA)
	RO	Mestrado – Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR)
	RR	Mestrado – Recursos Naturais (UFRR)
TO	Mestrado – Ciências do Ambiente (UFT)	

¹⁶ O Ofício datado de 28 de setembro de 2000 (UFPA) solicitou a mudança de área básica – do Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento – de SOCIOLOGIA para MULTIDISCIPLINAR, alteração feita em 18.10.2000. Além disso, conforme Ofício de 11 de agosto de 2003, a Universidade Federal do Pará (Pró-Reitor Dr. João Farias Guerreiro) solicitou que os Programas de “Planejamento do Desenvolvimento”, nível de Mestrado, e “Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido”, nível de doutorado, fossem unificados. Ambos passaram a ser avaliados pela área de Multidisciplinar, sob um único programa a ser identificado como Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Fonte: Plataforma Sucupira – Dados Básicos do Programa.

2005	AM	Mestrado – Saúde, Sociedade e Endemias (UFAM)
	PA	Mestrado – Ciências Ambientais (UFPA)
2006	AC	Mestrado – Desenvolvimento Regional (UFAC)
	AP	Mestrado – Direito Ambiental e Políticas Públicas (UNIFAP)

Fonte: GeoCapes (2021); Página Web do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Notas:

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFT – Universidade Federal de Tocantins

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

Como descrito anteriormente, o período a ser analisado nos cursos de Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas foi delimitado a partir de 1994 por ter sido o ano da criação do primeiro programa, entre estes, na região da Amazônia Legal.

No demonstrativo de cursos da Área de Conhecimento Interdisciplinar, do período que compreende o quadro 3, o primeiro programa foi criado em 1977 na Universidade Federal do Pará (UFPA). O programa de mestrado em Desenvolvimento do Planejamento foi oferecido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)¹⁷, uma das unidades acadêmicas da UFPA. De 1977 até 2003, antes da unificação com o Programa Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, o programa de mestrado em Desenvolvimento do Planejamento produziu – de acordo com o endereço eletrônico do programa – onze dissertações e duas teses.

Em 1994, a UFPA dá início ao programa de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. No ano de 1998, no Amazonas, é criado o Programa Sociedade e Cultura na Amazônia com o grau de mestrado. Criado neste ano, o programa foi credenciado pela Capes apenas em 2002. No ano 2000, passa a ser ofertado, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o programa de mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o programa de mestrado em Saúde e Meio Ambiente foi criado em 1996 na Grande Área de Ciências da Saúde, passando a ser da Área de Avaliação Interdisciplinar e Grande área Multidisciplinar em 2001. Neste mesmo ano, é adicionado o grau de doutorado ao programa de Planejamento do Desenvolvimento, na UFPA.

¹⁷ Conforme página web do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos: Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em 2003, é adicionado o grau de mestrado ao programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e ocorre a unificação deste ao programa de Planejamento do Desenvolvimento. Permanece, portanto, o PPGDSTU oferecendo mestrado e doutorado. E, ainda neste ano, é criado o programa de mestrado em Física e Meio Ambiente na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Foram criados seis Programas no ano de 2004. Na UFAM, mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional e, mestrado profissional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia; mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas na UFMA; mestrado em Desenvolvimento Regional em Meio Ambiente na Universidade Federal de Rondônia (UNIR); mestrado em Recursos Naturais na Universidade Federal de Roraima (UFRR); e mestrado em Ciências do Ambiente na Universidade Federal de Tocantins (UFT).

Os programas de mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias da UFAM e mestrado em Ciências Ambientais da UFPA foram criados em 2005. Em 2006, a Universidade Federal do Acre (UFAC) passou a oferecer o grau de mestrado no programa de Desenvolvimento regional e, neste mesmo ano, foi criado na Universidade Feral do Amapá (UNIFAP) o programa de mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas.

No período compreendido no quadro 3, houve a criação de quinze programas de Pós-Graduação na Área de Conhecimento Interdisciplinar nos nove estados da região da Amazônia Legal que, desde a criação, perduraram pelos doze anos sem saídas.

Quadro 05 – Programas de pós-graduação em Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas na Amazônia de 2007 a 2018.

ANO	ESTADO	NÍVEL* / PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	
2007	AM	Mestrado – Sociologia (UFAM)	
2008	AM	Mestrado – Antropologia Social (UFAM)	
	PA	Mestrado – Ciência Política (UFPA)	
2009	-	-	
2010	AM	Adicionado o grau de doutorado em Antropologia Social (UFAM)	
	PA	Mestrado e Doutorado – Antropologia (UFPA)	
2011	PA	Mestrado Profissional – Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA)	Descrição da área: Sociologia; Área de avaliação: Sociologia
	MA	<i>Adicionado o grau de doutorado</i> ao programa de Ciências Sociais (UFMA)	
2012	-	-	
2013	PA	<i>Saída</i> do programa de Mestrado Profissional em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA)	
		Mestrado e Doutorado – Sociologia e Antropologia (UFPA) – Desde 2003.	
2014	MT	Mestrado – Antropologia Social (UFMT)	
2015	-	-	
2016	RR	Mestrado – Antropologia Social (UFRR)	
	MT	Mestrado – Sociologia (UFMT)	

2017	AP	Mestrado Profissional – Estudos de Fronteira (UNIFAP)	Descrição da área: Ciência Política; Área de avaliação: Ciência Política e Relações Internacionais
2018	AM	<i>Saída</i> do programa de Mestrado em Sociologia (UFAM)	

Fonte: GeoCapes (2021)

Notas:

UFAM – Universidade Federal do Amazonas
 UFMA – Universidade Federal do Maranhão
 UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
 UFPA – Universidade Federal do Pará
 UFRR – Universidade Federal de Roraima
 UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

Este quadro da relação dos cursos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política percorre por um período de onze anos, tendo sido retomada a política específica de pós-graduação no Brasil a partir de 2005.

Em 2007 foi criado o programa de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, em 2008, o Mestrado em Antropologia Social. Neste último ano também foi criado outro programa na Universidade Federal do Pará, o de Mestrado em Ciência Política. Já no ano de 2010, foi adicionado o grau de Doutorado ao programa de Antropologia Social da UFAM, oferecendo, portanto, Mestrado e Doutorado.

Em 2010, na UFPA, começa a ser oferecido Mestrado e Doutorado em Antropologia. A Universidade passa a oferecer, portanto, dois programas com Antropologia. O primeiro é o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) que iniciou em 2003 e o segundo é o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). Ainda na UFPA, em 2011, foi criado o programa de Mestrado Profissional em Defesa Social e mediação de conflitos, com área de avaliação e descrição da área no campo da sociologia, entretanto, este curso teve fim dois anos depois.

A Universidade Federal do Mato Grosso passou a ofertar o Programa de Mestrado em Antropologia Social no ano de 2014 e o Programa de Mestrado em Sociologia no ano de 2016. Também em 2016, a Universidade Federal de Roraima tem a criação do Programa de Mestrado em Antropologia Social.

Em 2017, no Estado do Amapá, passou a ser ofertado o Programa de Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira. Este Programa, da Universidade Federal do Amapá, está atrelado à área de avaliação de Ciência Política e Relações Internacionais e tem como descrição de área Ciência Política.

No período entre 2007 e 2018, foram criados dez programas de pós-graduação stricto sensu nas áreas analisadas, entre eles, ocorreu a saída de dois programas. Até o ano de 2018, o

Amazonas dispunha do programa de Mestrado e Doutorado em Antropologia Social; o Estado do Pará, Mestrado em Ciência Política e Mestrado e Doutorado em Antropologia; no Maranhão, os cursos oferecidos foram Mestrado e Doutorado em Sociologia; o Estado do Mato Grosso, Mestrado em Antropologia Social e Mestrado em Sociologia; em Roraima, o programa de Mestrado em Antropologia Social e, no Amapá, Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira tendo como área de avaliação Ciência Política e Relações Internacionais.

Dos nove estados da Amazônia Legal, entre 1994 e 2018, o estado do Acre, o estado de Tocantins e o estado de Rondônia não ofereceram qualquer programa estudado nesta pesquisa.

Quadro 06 – Programas de pós-graduação da Área de Conhecimento Interdisciplinar na Amazônia Legal de 2007 a 2018.

ANO	ESTADO	NÍVEL* / PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
2007	AM	<i>Saída</i> do Programa de Mestrado Profissional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM)
	MT	Mestrado – Recursos Hídricos (UFMT)
	TO	Mestrado Profissional – Ciências da Saúde (UFT)
2008	AM	<i>Adicionado o grau de Doutorado</i> ao Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM)
	MT	Mestrado – Estudo e Cultura Contemporânea (UFMT)
2009	PA	Mestrado – Recursos Naturais da Amazônia (UFOPA)
		Mestrado Profissional – Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (UFPA)
2010	AM	<i>Saída</i> do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (UFAM)
	AP	Mestrado – Ciências da Saúde (UNIFAP)
	MA	Mestrado – Cultura e Sociedade (UFMA)
2011	AC	Mestrado – Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia (UFAC)
	AM	<i>Adicionado o grau de Doutorado</i> ao Programa Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM)
	MA	Mestrado Profissional – Energia e Ambiente (UFMA)
	RR	Mestrado Profissional – Ciências da Saúde (UFRR)
2012	PA	Mestrado – Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UFPA)
	RO	Mestrado Profissional – Ensino em Ciências da Saúde (UNIR)
		Mestrado – História e Estudos Culturais (UNIR)
	RR	Mestrado – Sociedade e Fronteiras (UFRR)
TO	Mestrado Profissional – Modelagem Computacional de Conhecimento (UFT)	
2013	AC	<i>Saída</i> do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (UFAC)
	AP	<i>Saída</i> do Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas (UNIFAP)
	MA	<i>Saída</i> do Programa de Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas (UFMA)
	MT	<i>Adicionado o grau de Doutorado</i> ao Programa Estudos e Cultura Contemporânea (UFMT)
	PA	Mestrado – Agriculturas Amazônicas (UFPA)
		Mestrado Profissional – Segurança Pública (UFPA)
		Mestrado – Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UNIFESSPA)
RO	<i>Adicionado o grau de Doutorado</i> ao Programa Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR)	
TO	Mestrado Profissional – Prestação Jurisdicional (UFT)	
2014	RO	<i>Saída</i> do Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde (UNIR)
2015	PA	<i>Saída</i> do Programa de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da UFPA

2016	PA	Mestrado – Ciências da Sociedade (UFOPA)
		Mestrado – Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (UFOPA)
	RO	Mestrado Profissional – Ensino em Ciências da Saúde (UNIR)
	TO	Mestrado – Estudos de Cultura e Território (UFT)
2017	MT	Mestrado – Ciências em Saúde (UFMT)
	PA	Mestrado – Cidades: Territórios e Identidades (UFPA)
		Mestrado – Estudos Antrópicos na Amazônia (UFPA)
	RO	Mestrado Profissional – Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (UNIR)
Saída do Programa de Mestrado em História e Estudos Culturais (UNIR)		
2018	PA	Mestrado – Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA)
	RO	Saída do Programa de Mestrado Profissional em Ensino e Ciências da Saúde (UNIR)

Fonte: GeoCapes (2021)

Notas:

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFT – Universidade Federal de Tocantins

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

O quadro 5 da relação dos cursos que compreende a Área de Conhecimento Interdisciplinar percorre o período entre 2007 e 2018. Em 2007, saiu o programa de mestrado profissional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, criado em 2004, na UFAM e, foram criados os programas de mestrado em Recursos Hídricos na UFMT e mestrado profissional em Ciências da Saúde na UFT.

No ano de 2008, foi adicionado o grau de doutorado ao programa de Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) e criado o mestrado em Estudo e Cultura Contemporânea no estado do Mato Grosso. No Pará, em 2009, foi criado o mestrado profissional em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia na UFPA e mestrado em Recursos Naturais da Amazônia na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Já em 2010, ocorreu a saída do mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional da UFAM, que havia sido criado em 2004; a criação do mestrado em Ciências da Saúde na UNIFAP e, a criação do programa de mestrado em Cultura e Sociedade na UFMA¹⁸.

¹⁸ Entre 2010 e 2013, alguns programas que, anteriormente, faziam parte da área de conhecimento Interdisciplinar passaram a ser da área de conhecimento de Ciências Ambientais. Ao todo, oito programas sofreram essa alteração, a saber: Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM); Física e Meio Ambiente (UFMT); Sustentabilidade de Ecossistemas (UFMA); Ciências Ambientais (UFPA); Recursos Naturais da Amazônia (UFOPA); Recursos Naturais (UFRR); Ciências do Ambiente (UFT); e Recursos Hídricos (UFMT).

No ano de 2011, foi criado o programa de mestrado em Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia na UFAC, o programa de mestrado profissional em Energia e Ambiente na UFMA e, o programa de mestrado profissional em Ciências da Saúde na UFRR. Além disso, foi adicionado o grau de doutorado ao programa Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia na UFAM.

Foram criados quatro novos programas no ano de 2012. Na UFPA, mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia; na Universidade Federal de Rondônia, mestrado profissional em “Ensino em Ciências da Saúde” e “mestrado em História e Estudos Culturais; na Universidade Federal de Roraima, mestrado em Sociedade e Fronteiras; e na Universidade Federal de Tocantins, mestrado profissional em Modelagem Computacional de Conhecimento.

Em 2013, no Acre, Amapá e Maranhão saíram, respectivamente, os programas de mestrado em Desenvolvimento Regional, mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas, e mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas. Além disso, foi adicionado o grau de doutorado ao programa Estudos e Cultura Contemporânea da UFMT, e o grau de doutorado ao programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente na Universidade Federal de Rondônia.

Neste mesmo ano, foram criados, na UFPA, mestrado em Agriculturas Amazônicas, mestrado profissional em Segurança Pública e, mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, porém, este último, foi oferecido pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Em Tocantins, houve a criação do programa de mestrado profissional em Prestação Jurisdicional.

Na Universidade Federal de Rondônia, saiu o programa de mestrado profissional em Ensino em Ciências da Saúde e, na UFPA, saiu o mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, respectivamente, nos anos 2014 e 2015.

Em 2016, foram criados dois programas na UFOPA: mestrado em Ciências da Sociedade e mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida. Em Rondônia, passou a ser oferecido o mestrado profissional em Ensino em Ciências da Saúde e, em Tocantins, mestrado em Estudos de Cultura e Território.

No ano seguinte, a UFPA passou a oferecer o programa de mestrado em Cidades: Territórios e Identidades e, o programa de mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia. Na UFMT, foi criado o programa de Ciências em Saúde. A Universidade Federal de Rondônia passou a oferecer mestrado profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça e, também, ocorreu a saída do programa de mestrado em História e Estudos Culturais. Em 2018,

foi criado o programa de mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia na UFPA e transcorreu a saída do programa de mestrado profissional em Ensino e Ciências da Saúde da Universidade Federal de Rondônia.

Ao longo desses onze anos, foram criados vinte e nove programas de Pós-Graduação na Área de Conhecimento Interdisciplinar. Neste período, ocorreu a saída de nove programas e a adição do grau de doutorado em quatro programas.

3.2 Categorização de dissertações e teses sobre a Amazônia Legal (1987 – 2018)

Conforme a Capes, com o objetivo de facilitar as atividades de avaliação, no atual modelo de áreas de conhecimento, foram agregadas 49 áreas de avaliação por critério de afinidade em dois níveis: Colégios e Grandes Áreas. São 3 Colégios, 9 Grandes Áreas e 49 Áreas de Avaliação. As áreas de avaliação agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento) subdivididas em subáreas ou especialidades. Nesta pesquisa, da Grande Área das Ciências Humanas, são abordados os programas de pós-graduação em Antropologia, Sociologia e Ciência Política e, da Grande Área Multidisciplinar, os programas com área de avaliação ou área de conhecimento Interdisciplinar.

No primeiro período tratado nesta pesquisa, alguns programas eram classificados dentro da área de conhecimento Interdisciplinar. Esta classificação perdurou até o ano de 2009. Entre 2010 e 2013, oito programas que integravam a área, passaram a ser reconhecidos e avaliados como área de conhecimento em Ciências Ambientais.

De acordo com o Documento de Área Interdisciplinar da Capes, a interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas de intersubjetividade que visam atender a natureza múltipla de fenômenos complexos, traçando a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, para avançar além das fronteiras disciplinares.

O Documento de Área de Ciências Ambientais esclarece que a Área foi inserida em decorrência das experiências de Programas da Área Interdisciplinar a partir da necessidade de abordar os desafios ambientais que emergiram no mundo contemporâneo. Este Documento especifica que o objeto das Ciências Ambientais é naturalmente multidisciplinar e solicita a convergências de conhecimentos distintos. A interdisciplinaridade surge da própria práxis científica e passa a ser identificada com atitude e como método na produção de conhecimento. Na concepção da interdisciplinaridade, as Ciências Ambientais não estabelecem o somatório

ou combinação entre ciências, mas representam um método de construção de conhecimento que emerge de uma problemática socioambiental que se quer compreender e, preferencialmente, resolver (BRASIL, 2019).

Com a alteração ocorrida da Área Interdisciplinar para a Área de Ciências Ambientais em oito programas de Pós-Graduação, as teses e dissertações passam a apontar para conteúdos específicos e adequados à área de conhecimento tratada. Em decorrência disso, a partir do período em que os cursos sofreram alteração de área, não serão analisados nesta pesquisa.

Serão apontadas as teses e dissertações que configuram a realidade na Amazônia de maneira genérica. Alguns trabalhos tratam sobre a temática de forma específica, representando aspectos que afetam apenas uma localidade ou uma comunidade de um único estado. Os estudos tratados nesta pesquisa são aqueles que abarcam vertentes da Amazônia Legal que impactam vários estados da região ou do país.

3.2.1 Método e descrição dos dados

As teses e dissertações que retratam a Amazônia foram reunidas em um *corpus* textual (conjunto de textos que se pretende analisar) através de seus resumos. Para auxiliar na análise desses textos, no processo de codificação, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud. Para Loubère e Ratinaud (2014), o Iramuteq é um software que permite fazer análises estatísticas sobre um corpus textual e sobre tabelas indivíduos/ palavras e, por meio dele, a distribuição do vocabulário pode ser organizada de maneira compreensível e visualmente clara por meio de representações gráficas traçadas nas análises utilizadas.

Essas análises podem ser feitas a partir de um grupo de textos a respeito de uma determinada temática (*corpus* textual) que serão reunidos em um único arquivo de texto ou a partir de matrizes. Conforme Camargo e Justo (2013), o *software* proporciona diferentes tipos de análise utilizando os dados textuais, como a lexicografia básica, que abrange a lematização (processo que reduz as palavras a partir de suas raízes) e o cálculo de frequência de palavras; além da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) de segmentos de texto, análise de correspondência e análises de similitude.

Devido aos procedimentos de preparo do *corpus* textual indicado para o uso do Iramuteq, palavras compostas por hífen foram unidas com traço *underline* e verbos com pronome na forma de ênclise, foram colocados na forma de mesóclise, por este motivo, algumas composições de palavras serão representadas com estas modificações. Além disso, alguns

resumos foram submetidos a uma revisão, sem modificações no discurso, para adequação na composição do *corpus* textual.

O *software*, por meio de uma Análise Lexicográfica Clássica, identifica e reformata as unidades texto, transformando-os em Segmentos de Texto (ST)¹⁹, identifica a quantidade de palavras, frequência média e as palavras com frequência igual a um (hapax); pesquisa o vocabulário e reduz as palavras a partir de suas raízes e, identifica formas ativas e suplementares (CAMARGO e JUSTO, 2018).

Para fins desta pesquisa, como método de tratamento dos dados, os *corpus* textuais foram submetidos a três análises elaboradas pelo Iramuteq: a Análise de Estatísticas Textuais, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise de Similitude. Esta última, para auxiliar, além da análise do *corpus* textual, o reconhecimento da frequência de cada palavra e sua conexão com outras palavras.

Inicialmente, foi realizado um refinamento na busca do catálogo de teses e dissertações da Capes e, nos sítios de cada PPG. Após isso, foi feita uma verificação para identificar quais teses e dissertações relatavam, especificamente, sobre questões relacionadas à Amazônia. Foram gerados 400 resultados no primeiro período de análise desta pesquisa que, também, foram submetidos a uma nova verificação de refinamento pela busca do tema.

O primeiro período (1987-2006) foi construído a partir de 60 resumos de teses e dissertações com o tema voltado para a Amazônia. A primeira análise produzida para fins desta pesquisa é a Análise de Estatísticas Textuais, que serviu para obter um reconhecimento inicial da composição dos textos. A análise mostrou como resultado um número de 9.887 ocorrências, que corresponde ao total de palavras contidas no *corpus*. O número de hapax (número de palavras que aparecem apenas uma vez) corresponde a 1.178, significando 11,91 % do total de palavras. Quanto à ocorrência de palavras principais encontradas no *corpus*, foram identificadas por ordem decrescente as primeiras 6 palavras: Amazônia (64 ocorrências), região (49 ocorrências), processo (47 ocorrências), desenvolvimento (42 ocorrências), social (37 ocorrências) e econômico (34 ocorrências).

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) é uma representação gráfica, produzida pelo Iramuteq a partir do *corpus* textual, para ajudar a visualização da proximidade entre classes ou palavras. Os procedimentos englobam o cálculo das frequências e os valores de correlação

¹⁹ Os Segmentos de Textos (ST) são os ambientes das palavras que podem ser construídos pelo pesquisador ou automaticamente pelo Iramuteq. Na maior parte das vezes, tem o tamanho aproximado de três linhas e são as principais unidades de análise textual deste tipo de *software*. Em uma análise padrão, após reconhecer as indicações do texto, é o *software* que divide os textos em ST (CAMARGO e JUSTO, 2018).

qui-quadrado (x^2) de cada palavra do *corpus*, a partir da frequência pré-definida (SALVIATI, 2017). Faz uma associação de textos com variáveis, o que possibilita a análise da produção textual em razão das variáveis de caracterização.

A partir da AFC, foi realizada uma análise dos resumos das teses e dissertações pelo Método de Reinert. Este propõe uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), visando obter classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente dos segmentos de textos das outras classes. O *software* procura obter classes formadas por palavras que são significativamente associadas com aquela classe.

De acordo com Oliveira (2015), nesta análise, o Iramuteq usa a lógica de correlação, utilizando as segmentações do *corpus* textual, junto com a lista de formas reduzidas e o dicionário embutido para apresentar um esquema hierárquico de classes, ou seja, processa o texto de modo que possam ser reconhecidas classes de vocabulário, inferindo quais ideias o *corpus* textual deseja transmitir. Essa análise é feita a partir de uma lógica estatística processada por computador e aplicada de forma lexical.

A partir dessa análise, o *software* organiza os dados em um dendrograma que ilustra as relações entre as classes. Com base nas classes escolhidas, são calculados e fornecidos os ST mais característicos de cada classe, o que permite a contextualização do vocabulário típico de cada classe. Além do dendrograma, a interface que mostra os resultados possibilita que se identifique o conteúdo lexical de cada uma das classes e uma representação fatorial da CHD.

A CHD feita no primeiro período da pesquisa incidiu sobre os 60 resumos, sendo repartido, pelo programa, em 281 segmentos de textos. Como resultado da classificação pelo Método de Reinert, foram identificadas quatro classes lexicais, havendo uma repartição em duas grandes categorias. No Dendrograma, a apresentação dessas classes foi gerada pela partição do *corpus* e a indicação do tamanho de cada classe em relação ao *corpus*. Como resultado dessa avaliação, é demonstrado, de forma hierárquica e descendente, as palavras mais citadas no *corpus*, dividido em cada classe.

O ajuntamento das classes em uma categoria permite identificar proximidades lexicais que podem estar relacionadas à disposições ideológicas semelhantes, confrontos, comparações ou oposições argumentativas sobre um tema definido²⁰.

²⁰ Safaa L, Housni KE, Bédarg F. Authenticity and tourism: what TripAdvisor reviews reveal about authentic travel to Marrakech. In: Schegg R, Stangl B. Information and communication technologies in tourism 2017. Rome: Springer; 2017. p. 595-606.

A primeira categoria foi formada pelas classes 2, 3 e 4, e a segunda categoria formada pela classe 1. O resultado deste dendrograma está representado na figura 1, incluindo a seleção da lista hierárquica e descendente das palavras ativas do *corpus*. Conforme apresentado, do agrupamento de 100% dos textos analisados – distribuídos em 4 classes – quanto à categoria, a que deteve maior representação foi a primeira, totalizando 78,5 % de aproveitamento dos ST, enquanto a segunda compôs-se de 21,5%. Quanto às classes, a número 3 é a mais representativa entre as demais, comportando 33,7 % de aproveitamento dos ST, seguida das classes: 2 (22,7%), 4 (22,1%) e 1(21,5%).

Cada classe no dendrograma demonstra as palavras, a frequência (f) das palavras nas respectivas classes, o valor percentual no que concerne ao total do *corpus*, as palavras em ordem decrescente de cada classe e o grau de significância das palavras que apresentam maior afinidade com a classe, através da combinação com o qui-quadrado (χ^2). De acordo com Salviati (2017), o qui-quadrado serve para examinar quantitativamente a relação entre o resultado de um experimento e a distribuição que espera-se para o caso, expressando com quanta certeza os valores observados podem ser aceitos como regidos pela teoria em questão. Considera-se que uma palavra é significativa para a classe, se ela tem o qui-quadrado superior a 3,84.

Para fins desta pesquisa, serão expostas as classes em suas divisões de proximidade, as palavras em ordem decrescente que compõem as respectivas classes e o grau de significância dessas palavras por meio da combinação com o qui-quadrado (χ^2).

Por meio da CHD, o *software* Iramuteq dividiu o *corpus*, primeiramente, em duas partes, compondo em quatro classes de diferentes segmentos (ver figura 1). Na primeira parte da divisão, foi gerada a classe 1, ficando isolada das demais, demonstrando ter ST mais divergentes das demais classes. Na segunda divisão, foram geradas as classes 2, 3 e 4. Conforme pode ser visualizado, as classes 2 e 4 estão próximas no que diz respeito à análise dos ST, enquanto a classe 3, mesmo que esteja na mesma divisão, ainda demonstra certa individualidade.

As classes lexicais foram denominadas da seguinte forma: classe 1: o governo nas mudanças estruturais; classe 2: os impactos dos projetos ambientais; classe 3: urbanização e qualidade de vida; e classe 4: desenvolvimento da região amazônica para a economia. A apresentação dessas subcategorias se deu pelos fragmentos dos resumos apresentados em cada classe. Para esta análise, foram consideradas as palavras mais significativas para a denominação das classes.

Figura 1 – Categorias da Classificação Hierarquica Descendente (CHD) das teses e dissertações que tratam da Amazônia Legal no período entre 1977 e 2006

Classe 1 – 21,5%		Classe 2 – 22,7%		Classe 4 – 22,1%		Classe 3 – 33,7%	
O governo nas mudanças estruturais		Impactos de projetos ambientais		Urbanização e qualidade de vida		Desenvolvimento da região amazônica para a economia	
Palavras	x ²	Palavras	x ²	Palavras	x ²	Palavras	x ²
Mudança	25,76	Questão	16,47	Vida	25,8	Desenvolvimento	19,33
Dinâmicas	18,86	Efeito	13,96	Qualidade	17,21	Ação	18,71
Política	14,14	Petróleo	13,96	Área	14,96	Integração	18,71
Grupo	11,18	Desmatamento	9,65	Várzea	14,47	Político	13,4
Governo	10,83	Social	7,64	Intraurbano	10,78	Amazônia	12,73
Produção	8,56	Impacto	7,6	Ambiental	9,13	Nacional	10,13

Os cinco vocábulos constituintes de cada classe estão encadeados compondo cada hierarquia. A classe 3, categorizada como “desenvolvimento da região amazônica para a economia”, detém maior representatividade entre as dissertações e teses. Os vocábulos selecionados para essa classe concentram a maior parte dos trabalhos na UFPA e, em menor quantidade, na UFAM. A maior parte foram desenvolvidos em Programas Interdisciplinares, com menor quantidade em Sociologia.

Os trabalhos que estabeleceram essa subcategoria discorrem sobre críticas às políticas públicas voltadas para os modelos de desenvolvimento e modernização da Amazônia e suas alterações, visando o Brasil e o mundo e, em como se configurou o processo de desenvolvimento na Amazônia, na ditadura militar, pelas políticas públicas, planos e programas, em um discurso de desenvolvimento para repensar a ocupação e as fronteiras da região, além da, investigação do funcionamento e os elementos que compõem o Fundo de Investimento da Amazônia.

As discussões também estão pautadas na dinâmica do desenvolvimento inter-regional, políticas macroeconômicas agrícolas, a ponderação do modelo de desenvolvimento na Amazônia e seus impactos ao meio ambiente, o enaltecimento da Amazônia enquanto território a ser objeto de intervenção do Estado nas políticas de desenvolvimento e a interpretação do processo de ambientalização observado a partir da materialização na Amazônia, reconfigurada como espaço conectado ao destino ecológico da terra.

Surtem temas como as atividades minerais na região, discorrendo sobre os processos de contaminação mercurial e ações preventivas à saúde nas áreas contaminadas; o processo de ocupação e incorporação da fronteira amazônica à economia nacional, por meio da integração física da região com o país e da integração econômica dos recursos produtivos regionais com o mercado nacional e internacional. Além disso, o Estado brasileiro como representação dos interesses do capitalismo nacional e internacional na Região Amazônica a partir da implantação dos planos e programas formulados na ditadura militar.

Os termos indicados na classe 2, a segunda classe com maior representatividade, encontram-se nos trabalhos da UFPA e UFAM, todos em Programas Interdisciplinares. Os tópicos abordados nos trabalhos classificados na classe, “impactos de projetos ambientais”, trazem perspectivas acerca das características de alguns projetos desenvolvidos na Amazônia com destaque para as questões ambientais, para isso, mostra estudos como: o processo de exploração do petróleo e os impactos para o meio ambiente e populações locais; considera questões como impactos de projetos ambientais resultantes de acordos mundiais para populações amazônicas; discute abordagens por meio do estabelecimento de relações entre aspectos ambientais e socioeconômicos, além dos efeitos do garimpo ao meio ambiente e às populações ribeirinhas expostas a esse ambiente.

Outros aspectos que são apresentados nessa categoria dizem respeito ao desmatamento e à concentração deste em alguns municípios, além da ocorrência dos desmatamentos em algumas áreas não autorizadas; a racionalidade das forças de mercado, mesmo enxergando os impactos ambientais, por exemplo, no avanço da fronteira agrícola da soja e sua relação com o desmatamento; as relações do Estado, que se apresenta com interesses contraditórios, com as formas de gestão desenvolvidas pelos agentes sociais do garimpo; a relação da não adoção do manejo florestal; análise das tendências de uso diversificado da biodiversidade da Amazônia nos marcos conceituais de desenvolvimento e produção sustentável; e propostas de ferramentas teóricas e metodológicas para a pesquisa interdisciplinar da intensificação e a agrodiversidade nas planícies inundáveis amazônicas.

Os vocábulos designados para a classe 4 fazem parte das pesquisas tanto da UFPA, quanto da UFAM. Todos compõem Programas Interdisciplinares. Esta classe, denominada de “urbanização e qualidade de vida”, aproximou dissertações e teses que desenvolveram temas como o turismo, mediante festas na região amazônica que movimentam a economia, porém, não recompensam com melhoria de vida as populações dessas áreas; a superioridade da cidade em detrimento do ritmo de vida do meio rural nas condições de existência material e sociabilidade; análises a respeito da relação entre qualidade ambiental e qualidade de vida dos

trabalhadores no espaço intraurbano e, a melhoria que o ecoturismo traz para a qualidade de vida das comunidades na Amazônia, defrontado com outras opções econômicas.

Outros trabalhos, constituintes dessa categoria, discorreram acerca das divergências da Amazônia na vida dos habitantes, como, por exemplo, a população que ocupa as várzeas e é pouco beneficiada com água de qualidade para consumo, é carente de infraestrutura sanitária, mesmo contando com uma grande bacia hidrográfica, além das caracterizações sobre os aspectos ambientais, culturais, sociais, econômicos e tecnológicos relacionados ao sistema de abastecimento de água em comunidades rurais de várzea na Amazônia. Apresenta-se um tópico referente à ciência e tecnologia na Amazônia no que diz respeito aos repasses de fomentos, discutindo a pouca presença de recursos, fazendo com que a produção científica e tecnológica seja deficitária.

Ainda é possível notar explicações a respeito da região Amazônica sendo vista como um território voltado para a expansão do capital, sobretudo, nas regiões de fronteira, não como uma região dotada de recursos ambientais e biodiversidade e, uma elaboração do que pode ser chamado de design amazônico abordando o caráter convincente dos discursos ambiental e exótico em torno do qual a Amazônia e a sua produção material parecem estar articuladas. Além desse conteúdo, aparece um trabalho com o propósito de apresentar argumentos favoráveis à elevação da pertinência científica das universidades públicas federais na região norte.

Na classe 1, os termos estão dispostos nas pesquisas da UFPA e UFAM distribuídos nos Programas Interdisciplinares, em maior quantidade, e nos programas de Sociologia em quantidade menor. Nesta classe, denominada como “o governo nas mudanças estruturais”, as pesquisas apontam para a posição tomada pelo governo nas mudanças estruturais da Amazônia. Os assuntos estão relacionados ao cenário de exploração mercantil, sugerindo mudanças nas relações de produção, distribuição e consumo dos bens culturais; relatam sobre as mudanças estruturais que atingem a região amazônica com a criação de grandes projetos minerais e a exploração de manganês, praticamente esgotada. No que diz respeito às hidrelétricas, a argumentação é sobre as mudanças se manifestarem apenas para grupos de atores selecionados e com a finalidade de viabilizar sociopoliticamente seus projetos hidroenergéticos.

O impacto causado pelos diversos processos produtivos na Amazônia que poluem e degradam seus ecossistemas, dentre eles, a pecuária bovina e a produção de grãos como a soja, também é mencionado. São analisadas as estratégias utilizadas pelos empresários em relação ao uso dos recursos florestais da Amazônia, por meio das interrelações entre esses empresários, o Estado e as organizações não governamentais, além da, análise das indústrias siderúrgicas na

Amazônia Brasileira, indicando que a realidade que se designa em decorrência da operação destas plantas industriais é distinta da que apontava o planejamento estatal.

As demais pesquisas relatam sobre: a vontade política dos governos que se confrontam no estabelecimento de prioridades ao introduzirem visões diferentes da relação entre desenvolvimento e educação; sobre a implantação de grandes projetos na Amazônia que vieram através de incentivos dados pelo governo a partir dos anos 60 com a finalidade de integrar e desenvolver a região, além disso, uma análise dos fatos mais importantes que determinaram a participação do Estado brasileiro na realização dos projetos Albrás e Alunorte e, a respeito da SUDAM, sustentando que a corrupção não se constituiu em fator determinante para sua extinção, mas decorreu da incapacidade do Estado brasileiro de manter financiamento para a região.

Rememorando que a divisão dessas classes ocorreu, primeiramente, em duas grandes categorias, foi possível perceber que as classes 2, 3 e 4 estão relacionadas ao desenvolvimento da região Amazônica tanto para o Brasil quanto para o mundo, entretanto, sem o cuidado de observar, mediante os projetos ambientais, os impactos causados ao meio ambiente e as consequências que podem gerar na qualidade de vida da população. Já a classe 1, que ficou isolada na segunda grande categoria, diz respeito ao envolvimento do governo nos projetos que acarretam mudanças estruturais na região amazônica, muitas vezes, por meio do beneficiamento a alguns grupos de atores.

Ainda com o auxílio do Iramuteq, também foi desenvolvida a Análise de Similitude, para representar a associação (coocorrência) entre os vocábulos do *corpus* textual, entender a estrutura de produção do texto e os temas com relativo valor entre as pesquisas analisadas.

A Análise de Similitude mostra um grafo representando a ligação entre palavras do *corpus* textual, tornando possível inferir a estrutura de construção do texto e os temas com importância, a partir da coocorrência entre as palavras. Essa análise ajuda na identificação da estrutura da base de dados, diferenciando as partes comuns e as especificidades, além de permitir a verificação das variáveis descritivas existentes (SALVIATI, 2017).

A partir da representação gráfica da figura 2, pode-se identificar as ocorrências entre os vocábulos e a conexão entre eles, as palavras em destaque, as que estão próximas e, também, aquelas que possam estar mais distantes no que diz respeito ao conteúdo. É possível observar, com maior destaque, 5 termos no grafo: Amazônia, desenvolvimento, processo, região e econômico. Destes termos, se ramificam aqueles que têm representação significativa dentro do vocábulo em destaque por meio de conexões.

tema para questões voltadas para a Amazônia Legal como um todo, levando em consideração aspectos que afetam mais de um estado. Sendo assim, o período entre 2007 e 2018 foi construído a partir de 65 resumos de teses e dissertações.

A análise de Estatísticas Textuais mostrou como resultado um número de 10.372 ocorrências, correspondendo ao total de palavras contidas no *corpus*. Quanto ao número de palavras que aparecem apenas uma vez (hapax), corresponde a 1.369, significando 13,20% do total. Quanto à ocorrência de palavras principais encontradas no *corpus*, foram identificadas por ordem decrescente as primeiras 6 palavras: Amazônia (64 ocorrências), região (53 ocorrências), processo (41 ocorrências), desenvolvimento (35 ocorrências), Estado (30 ocorrências) e social (24 ocorrências).

Nesta primeira comparação, é possível notar que as palavras “Amazônia, região, processo, desenvolvimento e social” constam tanto no primeiro quanto no segundo período explorado nesta pesquisa. Das 6 palavras com maior ocorrência nos dois momentos dos *corpus*, 5 palavras são as mesmas, apresentando uma similaridade de conteúdos estudados.

A CHD feita neste segundo período incidiu sobre os 65 resumos, sendo repartido, pelo Iramuteq, em 296 segmentos de textos (ST). O *corpus* foi dividido, primeiro, em duas grandes partes, com a composição de cinco classes. Pelo resultado da classificação do Método de Reinert, a primeira parte da divisão integrou as classes 1, 4 e 5, tendo as classes 1 e 4 maior aproximação de conteúdo entre si. Na segunda divisão, ficaram as classes 2 e 3 como as que possuem certa aproximação de conteúdo. A apresentação dessas classes foi gerada no dendrograma que indicou a divisão e a indicação do tamanho de cada classe em relação ao *corpus*. O resultado demonstrou de forma hierárquica e descendente, as palavras mais citadas no *corpus*, divididas em cada classe.

O resultado deste dendrograma está demonstrado na figura 4, com a apuração hierárquica e descendente do rol das palavras ativas do *corpus*. Do conjunto de 100% dos textos tratados – distribuídos em 5 classes – quanto à categoria, a que deteve maior representação foi a primeira, totalizando 66,5 % de aproveitamento dos ST, enquanto a segunda conteve 33,5%. Quanto às classes, a 5 é a mais representativa, comportando 23,7 % de aproveitamento dos ST, seguida das classes: 4 (21,9%), 1 (20,9%), 3 (17,2%) e 2 (16,3%).

Figura 3 – Categorias da Classificação Hierarquica Descendente (CHD) das teses e dissertações que tratam da Amazônia Legal no período entre 2007 e 2018



Classe 3 – 17,2%		Classe 2 – 16,3%		Classe 5 – 23,7%		Classe 4 – 21,9%		Classe 1 – 20,9%	
Imigração e mercado econômico		Governo, demandas sociais e econômicas		Tecnologia e produção		Ideias e representações		Indígenas e populações locais	
Palavras	x ²	Palavras	x ²	Palavras	x ²	Palavras	x ²	Palavras	x ²
Imigrante	23,83	Movimento	31,74	Município	18,68	Discurso	24,71	Indígena	34,0
Cidade	23,83	Violência	26,33	Proposta	16,46	Ação	18,95	Liderança	19,34
Transformação	19,48	Estratégia	20,36	Produto	16,46	Representação	18,3	Mudança	15,26
Técnica	18,94	Vida	14,71	Atividade	9,1	Papel	11,84	Território	14,52
Século XX	14,17	Fronteira	11,5	Tecnologia	9,1	Região Amazônica	8,03	Comunidade	11,87
Econômico	11,34	Governo	6,93	Sistema	8,96	Desenvolvimento	5,21	Política	7,92

As classes lexicais foram denominadas da seguinte forma: classe 1: indígenas e populações locais; classe 2: governo, demandas sociais e econômicas; classe 3: imigração e mercado econômico; classe 4: ideias e representações, e classe 5: tecnologia e produção. A apresentação dessas subcategorias foi determinada pelos fragmentos dos resumos apresentados no *corpus* textual. Foram consideradas as palavras mais significativas para a denominação das classes.

A classe 5, com maior representatividade entre as demais, denominada como “tecnologia e produção”, foi composta com segmentos de textos dispostos nos trabalhos da UFPA, UFAM, UFAC e UNIFAP. Os programas desta composição são, em sua maioria, Interdisciplinares, porém, também compreende os programas de Ciência Política e Sociologia. Comporta temas sobre a produção econômica na região e sobre a necessidade ou aplicação da tecnologia para melhoria dos processos produtivos.

Esses trabalhos discorrem sobre expansão da produção de soja em municípios das regiões amazônicas, comparando a expansão com o processo de desenvolvimento regional; a inserção da navegação a vapor na Amazônia, fazendo parte da revolução tecnológica, no comércio local; um trabalho a respeito do ciberespaço e sua utilização pelos atores institucionais de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, para conhecer este campo na região; o papel do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM); instalação de siderúrgicas independentes sem desenvolver a localidade, porém, possibilitando mais crescimento econômico por envolver

novos processos, tecnologia e produtos diferenciados; e a relação entre a produção de alimentos e a fome na Amazônia para entender as contradições existentes nessa relação.

A agroindústria de exportação está entre os conteúdos incluídos nesta classificação no sentido de alcançar certificação de um produto legal, uma vez que, ocorreu aumento da produtividade pela incorporação de novas tecnologias na pecuária. Além disso, outros temas discorrem sobre a carência de investimentos científicos nos projetos pilotos de desenvolvimento sustentável para implantar tecnologia em prol do desenvolvimento humano na Amazônia; o desafio da Amazônia em conquistar um desenvolvimento sustentável, de inovação e de tecnologia frente à agenda global; a necessidade de ordenamento territorial dos espaços geográficos humanos a fim de garantir eficiência dos sistemas de produção; a proposta de um novo conceito para movimentação de pessoas e equipamentos para as jazidas de gás natural e óleo leve e dois trabalhos sobre a ocorrência e distribuição de raios na região.

Os termos indicados na classe 4 – a segunda com maior representatividade – denominada como “ideias e representações”, estão concentrados nas pesquisas realizadas pela UFPA, UFAM, UFAC e UFMA. A maioria são pesquisas de programas Interdisciplinares, seguidos dos programas de Sociologia e Ciência Política. A denominação dessa classe se deu por relacionar pesquisas que tratam sobre a percepção que se tem da Amazônia em perspectivas pessoais e/ou históricas nas esferas regionais e nacionais, em especial, a respeito do desenvolvimento.

Conferem a esta classe tópicos sobre: a correlação e interdependência entre a questão regional amazônica e a formação do discurso nacional desenvolvimentista no Brasil; a análise de elementos e conteúdos existentes nas políticas nacionais para a Amazônia que apresentam a reprodução da ideologia desenvolvimentista enquanto visão predominante, além de, uma reflexão hermenêutica de discursos que projetam uma visão, tipologias de ideias e representações da região Amazônica nos artigos dos jornais Folha de São Paulo e O Estadão. Outra pesquisa da mesma mídia, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, com a identificação de como atores e grupos de pressão dessas esferas legitimam o discurso de desenvolvimento limpo e vocação da Amazônia para comportar grandes hidrelétricas.

Outrossim, aparecem tópicos como a implementação de projetos ambientais na Amazônia no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1995-2009); o teor dos discursos nas posições, ações e entrevistas com membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados do Brasil para responder que tipo de desenvolvimento se defende e como a Amazônia é retratada por seus membros; o processo de integração da Amazônia ao contexto nacional em planos e programas

existentes por 40 anos; ações empreendidas no processo de licenciamento ambiental e o campo de relações estabelecido em torno da construção da hidrelétrica de belo monte, além do tema, a ação dos Pelotões Especiais de Fronteiras e sua importância para o Sistema de Defesa Nacional na Fronteira Norte.

Os demais temas que se encontram nessa categoria são: duas pesquisas a respeito do pensamento de Leandro Tocantins sobre a economia, a inclusão da região na agenda política nacional, o aprofundamento do conhecimento sobre a região e o desenvolvimento de um pensamento social na Amazônia; o papel dos atores institucionais no processo de criação da UFOPA; as representações da intelectualidade amazonense a respeito do fenômeno da Zona Franca de Manaus e sua relação com a globalização; perspectivas das representações sociais e das teorias do telejornalismo, de horário nobre brasileiro, sobre os conceitos dos estados da Amazônia Legal; e os impactos econômicos e socioambientais do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) na Amazônia acreana.

Outras discussões também estão pautadas no debate da dinâmica entre os atores da cooperação internacional para o desenvolvimento, tomando como caso o Programa Áreas Protegidas da Amazônia; a análise do pensamento de Benedito Nunes com base em seus textos referentes à região amazônica; a relação que envolve a produção científica e tecnológica com o desenvolvimento científico amazônico a partir dos registros bibliográficos dos artigos científicos e das patentes na base de dados *web of Science*; e a judicialização da política na realidade político-institucional brasileira com a atuação das unidades da defensoria pública da união nos estados que integram a Amazônia legal.

A classe 1 (indígenas e populações locais), a terceira seguindo a ordem de representatividade entre as classes, distribui a maior parte dos trabalhos na UFPA e na UFAM, retendo duas pesquisas na UFAC. Estão dispostos em programas Interdisciplinares e de Antropologia. A designação da classe foi ditada por se tratar de conteúdos que trazem questões indígenas e pelas transformações ocorridas em populações locais da região Amazônia devido à políticas e ações do Estado.

Os trabalhos desenvolvem tópicos sobre a inserção e atuação das lideranças indígenas a partir da política indigenista executada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); o processo produtivo no rio Xié entre indígenas e a sociedade mercantil, conflitos e inter-relações no sistema de aviação; os processos de reconstrução da identidade étnica a partir da manipulação e/ou mobilização dos sinais diacríticos; a trajetória da Polícia Indígena do Alto Solimões (PIASOL); uma perspectiva comparativa das transformações sociais e culturais

ocorridas no período colonial e pós-colonial com os povos indígenas da região Amazônica, em adição, reflexões críticas sobre pressupostos positivistas que marcaram as ações dos órgãos indigenistas do Serviço de Proteção aos Índios e a FUNAI.

Além destas, são encontradas pautas indígenas sobre: a configuração etnopolítica ticuna, a partir da formação das unidades políticas internas ao movimento indígena; as cartas escritas pelo povo munduruku a respeito da luta pela garantia e proteção de seu território tradicional no médio tapajós durante o confronto com a construção de hidrelétricas no rio tapajós; a invisibilidade das populações indígenas presente nas fontes e na história desses atores, em um cenário permeado por teorias evolucionistas e racistas; a violência contra as mulheres indígenas macuxi a partir de entrevistas realizadas no estado de Roraima e, ainda, sobre a efetividade das unidades de conservação e das terras indígenas na contenção do desflorestamento na Amazônia Legal.

Dentro desta classe, ainda são abordados temas que foram nomeados, também, como “populações locais”, apresentando a reforma agrária e a relação entre a ação do estado e os modos tradicionais de organização comunitária; as mudanças que podem ocorrer na questão ecológica, em razão da agroindústria de exportação submeter a produção de carne bovina da região às exigências do mercado internacional; os impactos da redução de empregos no setor formal nos diversos campos da sociedade; o processo de concessões liderado pelo Estado brasileiro na faixa de fronteira Amazônica e os impactos no modo de vida das populações locais; o ordenamento territorial nas fronteiras, considerando a inclusão das comunidades tradicionais e, além disso, a política ambiental mundial e brasileira sobre o tratamento dispensado às populações residentes nas áreas protegidas.

As pesquisas distribuídas na seleção dos segmentos de textos da classe 3, intitulada como “imigração e mercado econômico”, encontram-se na UFPA e na UFAM, distribuídas, na maior parte, em programas Interdisciplinares, porém, com pesquisas nos demais programas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Trata-se de explanações relacionadas à imigração na região Amazônia, mas, também, fatores sobre a economia da região.

Contêm teses e dissertações referentes às transformações no perfil da mão de obra dos seringais, dos tapuios aos imigrantes nordestinos, na infraestrutura das cidades e no padrão de inversões de capital; a inserção dos imigrantes japoneses na região norte, as negociações entre o governo e as empresas promotoras das imigrações no Amazonas, Pará e Amapá, e as políticas públicas para fixação dos imigrantes antes e após a Segunda Guerra Mundial; a contribuição dos imigrantes italianos no processo de desenvolvimento da Amazônia no período de 1870 a 1950; e a intervenção do Governo Federal na Amazônia com técnicas de planejamento do

desenvolvimento, levando a uma ocupação e a um tipo de desenvolvimento amazônico onde predominaram estratégias nacionais de desenvolvimento do capitalismo.

Além desses conteúdos, encontram-se outros associados a: transformações que ocorriam no mercado econômico, principalmente, a partir da década de 1870, quando a economia regional passa a se inserir definitivamente no padrão de acumulação capitalista; os transportes urbanos, especificamente, moto táxi no contexto da região amazônica, e a temática sobre a dinâmica da pecuária da Amazônia com a chegada da agroindústria de exportação para oferecer matéria-prima de qualidade e com preços competitivos.

A classe 2, com a menor porcentagem representativa, designada como “governos, demandas sociais e econômicas”, concentra as dissertações e teses na Universidade Federal do Pará, na Universidade Federal do Amazonas e, apenas um trabalho sobre a Amazônia Legal, na Universidade Federal do Acre. Os trabalhos desta classe abrangem os quatro programas tratados nesta pesquisa: Interdisciplinar, Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

As pesquisas da classe 2 apontam para a transformação do mercado amazônico no século XIX a partir da economia da borracha; uma investigação nos portais eletrônicos de governos estaduais da Amazônia que querem aprofundar a democracia por meio de processos digitais e como disponibilizam informações para os cidadãos; a categoria caboclo como produto de um imaginário excludente em relação ao outro diferente concebido ao longo do processo de ocupação da Amazônia; as relações de poder entre patrões e seringueiros, nos seringais do rio Madeira, no final do Século XIX e início do Século XX; e o desenvolvimento da Amazônia a partir da análise das políticas de provisão de infraestrutura implementada pelos Planos Plurianuais Brasil Novo, Brasil em Ação, Avança Brasil, Brasil de Todos e Desenvolvimento com Inclusão Social, Educação e Qualidade de Vida.

Outros trabalhos abrangem: a defesa nacional pela perspectiva militar, a ação do Exército Brasileiro na Amazônia brasileira; o projeto desenvolvimentista da ditadura militar na Amazônia e a hidrelétrica de Tucuruí; a relação entre o direito ambiental do trabalho e a atividade mineradora na Amazônia; o papel do ministério público na resolução dos problemas ambientais no acre; um estudo qualitativo para conhecer o acesso e a acessibilidade aos serviços de saúde em quilombos na Amazônia paraense; como a criação de unidades de conservação na Amazônia brasileira tem contribuído de maneira estratégica para o desempenho do Brasil na segurança climática global, além de um trabalho sobre a situação da saúde das crianças de três grupos populacionais da Amazônia, em sete comunidades quilombolas no Pará e comunidades no Amazonas.

pertinentes, respectivamente, aos estudos sobre a perspectiva que se tem de Amazônia e as ações dos governos na organização da imigração da região.

De maneira a condensar e contrastar as informações dispostas nos dois períodos, os quadros a seguir apresentam, quantitativamente, as temáticas mais abordadas, a distribuição das pesquisas em cada universidade e o total dessas pesquisas por área de conhecimento no decorrer de 24 anos para os programas de sociologia, antropologia e ciência política e, 41 anos, para os programas interdisciplinares da Amazônia Legal.

Quadro 07 – Temas mais citados sobre a Amazônia Legal de 1987 a 2018

1987-2006 (60 PESQUISAS)		2007-2018 (65 PESQUISAS)	
Tema	Quantidade de dissertações e teses	Tema	Quantidade de dissertações e teses
Desenvolvimento sustentável	07	Questões indígenas	12
Políticas para o desenvolvimento regional	06	Políticas de fronteira	04
Ciência e tecnologia	05	Ciência e tecnologia	04
Instrumentos estatais desenvolvimentistas da ditadura militar	04	Produção literária sobre a Amazônia	04
Amazônia no contexto internacional	04	Projetos para o desenvolvimento regional	04
Campeinato	04	Conceitos adotados sobre a Amazônia	03

Quadro 08 – Distribuição das pesquisas por Universidade

1987-2006		2007-2018	
Universidade	Quantidade de pesquisas	Universidade	Quantidade de pesquisas
UFPA	45	UFPA	36
UFAM	15	UFAM	21
		UFAC	05
		UNIFAP	02
		UFMA	01
TOTAL	43 pesquisas de mestrado e 17 pesquisas de doutorado	TOTAL	48 pesquisas de mestrado e 17 pesquisas de doutorado

Quadro 09 – Total de pesquisas por Área de Conhecimento

1987-2006 (60 PESQUISAS)		2007-2018 (65 PESQUISAS)	
Programas	Quantidade	Programas	Quantidade
Interdisciplinar	59	Interdisciplinar	41
Sociologia	01	Antropologia	09
		Sociologia	08
		Ciência Política	07

O conteúdo mais abordado no primeiro período foi sobre temáticas que envolvem o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável deveria ser aplicado a um progresso capaz de abranger necessidades sociais e ambientais, não apenas econômicas, conforme explica Castro (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável surge com o agravamento da pobreza e o aumento das diferenças nas condições de vida, sendo assim, o desenvolvimento deveria exprimir não simplesmente o crescimento econômico, mas um desenvolvimento que desse conta da questão social e da pobreza, e que fosse um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

No segundo período, temas com questões indígenas foram explanados em maior dimensão, envolvendo lutas por territórios, a invisibilidade indígena, as políticas indigenistas, a violência contra as mulheres indígenas, entre outros. Castro (2017, p.36) salienta que as pesquisas sobre a Amazônia, inclusive, as realizadas por pesquisadores da própria Amazônia, apontam para “a percepção do desastre produzido por aqueles que pensam a Amazônia como vazia de direitos, de povos, de cultura e de conhecimento, portanto a ser preenchida pelo processo civilizador e portador do desenvolvimento e do progresso”.

Os conteúdos comuns aos dois períodos estão relacionados a projetos e políticas para o desenvolvimento regional, além do conteúdo de, ciência e tecnologia. O investimento em ciência e tecnologia, verificando a demanda de cada região, auxilia na promoção do desenvolvimento regional. Conforme Silva (2008), existe uma relação entre ciência, desenvolvimento e políticas públicas capaz de promover saúde, educação, logística, segurança, desenvolvimento tecnológico, direito, envolvendo maior investimento em ciência e tecnologia de acordo com as necessidades regionais, necessitando de um esforço de mediar o conhecimento produzido sobre a Região Amazônica e a necessidade imediata de uma demanda de pesquisa que nem sempre se encontra integrada ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

A universidade federal que mais deteve pesquisas com o assunto estudado foi a Universidade Federal do Pará, com 75% do total dos 60 trabalhos selecionados para compor o *corpus* textual no primeiro período e, aproximadamente, 56% dos 65 trabalhos do segundo período, seguido da Universidade Federal do Amazonas que, tanto no primeiro quanto no segundo período, foi a segunda.

Nos dois espaços temporais, a área que mais produziu pesquisas foi a interdisciplinar. Unificando os dois períodos, com um total de 125 teses e dissertações, a área interdisciplinar deteve 80% de todos os trabalhos que explanaram acerca da Amazônia Legal. De todas as pesquisas, 91 foram com grau de mestrado e 34 com grau de doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia tem grande capacidade de geração de produtos e de inovação, possuindo riquezas naturais que ainda não foram exploradas, sendo uma região de interesses econômicos nacionais e internacionais. De acordo com Becker (2005), a Amazônia é uma questão nacional e, devido ao seu patrimônio natural, é um desafio para a ciência nacional e mundial, além de, sofrer pressão externa sobre o Brasil devido sua biodiversidade. A Amazônia Sul-Americana abrange Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana, Guiana Francesa e Equador, sendo, aproximadamente, 61% parte do território brasileiro, denominada de Amazônia Legal e/ou Amazônia brasileira.

Becker esclarece que a designação de Amazônia legal é resultado de um conceito político para fins de planejamento econômico da região amazônica e que, à Amazônia Legal, pertencem mais de 2/3 das fronteiras terrestres do Brasil, envolvendo os estados da região norte – com características de cobertura florestal, economia extrativista vegetal e mineral – e grandes extensões de cerrado nos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, com a expansão do agronegócio de grãos e a pecuária. Por essas e outras razões, a Amazônia Legal entra no contexto de revalorização da natureza, sendo foco de interesses múltiplos e conflitantes.

Ponderando sobre a ciência, particularmente, a pós-graduação na Amazônia Legal, essa pesquisa procurou analisar e categorizar o conhecimento produzido em dissertações e teses nas Universidades Federais, em programas de pós-graduação *stricto sensu* de antropologia, sociologia, ciência política e programas interdisciplinares, com o intuito de identificar o que foi pesquisado sobre a Amazônia Legal, na própria Região, no decurso de quatro décadas. A respeito da atuação das universidades na geração de conhecimentos na Região, Egler (2001) acentua que as universidades e instituições de pesquisa tem importância, na geração de conhecimento, para que a Amazônia se desenvolva através do uso de seus recursos naturais de forma racional e com isonomia econômica e social.

A produção de conhecimento sobre a Amazônia concentrou-se mais fora do que no interior da região. De acordo com Moreira (2018, p.16), “(...) produz-se mais ciência, em termos de publicações sobre a Amazônia, por exemplo, fora da região do que dentro dela. Isto é, o conhecimento é dominado por instituições externas à região, seja no país ou no exterior”. A respeito da institucionalização da ciência na Amazônia, Aragón explica que houve quatro contribuições para que isso tenha ocorrido: “a) a criação do conceito de Amazônia Legal; b) a abertura da rodovia Belém-Brasília; c) a implementação de projetos específicos de pesquisas

em Agricultura, Saúde e Florestas na região; d) a criação do CNPq, da CAPES e do INPA” (ARAGÓN, 2001, p. 296).

A fim de apurar os aspectos da pós-graduação no Brasil, primeiramente, apresentou-se um panorama da desse nível de ensino, que compreendeu o início dos programas de mestrado e doutorado no país até a institucionalização, e as políticas específicas constituídas nos Planos Nacionais de Pós-Graduação. Com a contextualização, notou-se que, o grande impulso desse ensino veio através do Parecer nº 977/65, conhecido como Parecer Sucupira. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação, elaborados pela CAPES, foram estabelecidos pela importância de se ter uma política pública direcionada para a pós-graduação. Até a conclusão desta pesquisa, foram concebidos cinco PNPGs, o primeiro em 1975 e, o último, em 2011.

Além disso, houve destaque para a institucionalização dos programas de sociologia, antropologia, ciências políticas e programas interdisciplinares, por estarem relacionados à área de ciências sociais.

Com a descrição dos documentos governamentais e as políticas de pós-graduação, notou-se que houve, entre 1990 e 1994, uma dedicação à formação de pesquisadores devido a interdependência com o processo de modernização, dando prioridade às tecnologias industriais, procurando aplicar a articulação entre as universidades e o setor privado, concedendo bolsas de pesquisa e pós-graduação no Brasil e no exterior e, bolsas anuais de pesquisa e pós-graduação para expandir a base de pesquisadores nas áreas de tecnologias avançadas, pesquisa aplicada e ciências ambientais.

Entre 1995 e 2002 o enfoque foi dado às políticas de ciência e tecnologia, pretendendo ter condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento, junto a isso, houve uma maior participação de investimentos privados nessas áreas. Com o PNE, parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia foram alocados para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa. Avaliou-se a possibilidade de revisão da pós-graduação para tornar os mestrados mais voltados para o mercado de trabalho e melhorando a qualidade dos doutorados. Ademais, este período pretendeu ampliar o número de cientistas, engenheiros e técnicos para as demandas sociais e do setor produtivo, concedendo bolsas no país e no exterior.

Abrangendo o percurso de 2003 a 2010, foi determinado um aumento no valor das bolsas e pós-graduação, inalteradas desde o governo anterior, além da proposta de aumentar a autonomia das universidades federais e foram criados Programas para estudantes que buscassem melhores oportunidades de formação de pós-graduação. Volta a ser formulado o PNPG, com o objetivo de aumentar o número de pós-graduandos requeridos pelo ensino superior e para o setor empresarial. Houve uma valorização na formação de pesquisadores e em

reter recém-doutores no Brasil. Foram criados programas no âmbito da ciência e tecnologia, além de, programas para a área de saúde e de formação de pessoal.

Entre 2011 e 2018, foi dada ênfase ao progresso científico e tecnológico como forma de tentar reduzir o hiato econômico frente às economias desenvolvidas, além disso, passou-se a considerar crucial para o fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a parceria entre a universidade, o Estado e as empresas. Houve dedicação na abertura de novos cursos de pós-graduação, elevação das taxas de matrículas e no número de mestres e doutores; aumento no número de matrículas em cursos na modalidade a distância; ampliação no número de bolsas de estudo no país; entre outros, a articulação de novos cursos em direitos humanos e incentivos à realização de pesquisas na área. Houve, também, Programas para formar e capacitar pessoas no exterior e atrair pesquisadores estrangeiros.

Com destaque às políticas adotadas para a Amazônia Legal, entre 1990 e 1994, não houve evidência para a pós-graduação na região. De 1995 a 2002, o enfoque girou em torno do incentivo a programas de ecoturismo, na ampliação das atividades de pesquisa em centros de excelência com ênfase na biodiversidade, projetos de infraestrutura econômica e social, e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. De 2003 a 2010 a atenção foi voltada a vários projetos de desenvolvimento sustentável, em adição a programas de aquicultura, biotecnologia, e sobre as interações entre natureza, ciência e sociedade, além disso, fomento a projetos institucionais para pesquisa na região. Houve propostas para que as regiões norte, nordeste e centro-oeste recebessem incentivos adicionais, a fim de formar e fixar recursos humanos. Neste período, ocorreu a aprovação de 19 projetos envolvendo os 9 estados da Amazônia Legal.

De 2011 a 2018, atentou-se para a necessidade de avanços do conhecimento e da produção científica e tecnológica regionais com estímulo à inovação, a ampliação dos programas de pós-graduação e a criação de novos programas, a fim de aumentar o número de docentes doutores, de cursos de mestrado e doutorado nas regiões norte, nordeste e centro-oeste para diminuição das assimetrias inter-regionais.

Com o intuito de analisar e categorizar a produção dos trabalhos que retratam a Amazônia, através dos resumos das teses e dissertações, foram compostos dois *corpus* textuais separados em dois períodos, o primeiro de 1977 a 2006 e, o segundo, de 2007 a 2018. Para auxiliar na codificação e separação das categorias desses textos, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ, sendo gerada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Na CHD do primeiro período, os textos foram fragmentados em quatro classes lexicais e compreenderam trabalhos que discorrem sobre críticas às políticas públicas voltadas para os modelos de desenvolvimento e modernização da Amazônia; perspectivas acerca das

características de projetos desenvolvidos na Amazônia com destaque para as questões ambientais; dissertações e teses que desenvolveram a relação entre aspectos da urbanização e a qualidade de vida da população; e pesquisas que referenciam para a posição tomada pelo governo nas mudanças estruturais da Amazônia.

A segunda CHD fragmentou os trabalhos do *corpus* em cinco classes comportando temas sobre a produção econômica na região e sobre a necessidade ou aplicação da tecnologia para melhoria dos processos produtivos; pesquisas que tratam sobre a percepção que se tem da Amazônia em perspectivas pessoais e/ou históricas nas esferas regionais e nacionais, em especial, a respeito do desenvolvimento; conteúdos que trazem diversas questões indígenas e transformações ocorridas em populações locais da região Amazônica devido às políticas e ações do Estado; explanações relacionadas à imigração na região Amazônica, mas, também, fatores sobre a economia da região; e trabalhos que trazem um composto sobre alguns programas e ações de governos no decorrer dos anos e, contexto histórico das demandas econômicas e sociais da Amazônia.

Os trabalhos do primeiro período ficaram concentrados na UFPA e UFAM somente. A maior parte entre programas interdisciplinares e, em menor quantidade, em sociologia. O segundo transcurso compreende dissertações e teses da UFPA, UFAM, UFAC, UNIFAP e UFMA, comportando as quatro áreas aqui estudadas. Portanto, as universidades federais UFMT, UFOPA, UFRR, UFT, UNIFESSPA e UNIR não constaram nos trabalhos levantados para esta pesquisa. Dos nove estados, cinco reuniram teses e dissertações sobre a Amazônia Legal em sentido específico. Houve uma certa dificuldade em encontrar os trabalhos nas universidades de Rondônia e Acre, pois as bibliotecas digitais ou mesmo os sítios dos programas não disponibilizam a leitura de alguns trabalhos, às vezes, apenas o título e o ano de defesa.

O conteúdo mais abordado no primeiro período foi sobre temáticas que envolvem o desenvolvimento sustentável. No segundo período, temas com questões indígenas foram explanados em maior dimensão. Os conteúdos comuns aos dois períodos estão relacionados a projetos e políticas para o desenvolvimento regional, além de conteúdos sobre ciência e tecnologia. A universidade federal que mais reuniu as pesquisas foi a UFPA, com 75% do total dos trabalhos selecionados no primeiro período e, aproximadamente, 56% no segundo período, seguido da UFAM nos dois períodos. Durante as quatro décadas, a área que mais produziu pesquisas sobre a Amazônia Legal foi a interdisciplinar, com um total de 125 teses e dissertações, 80% de todos os trabalhos.

Fazendo um apontamento comparativo, sem grande rigor, entre as políticas da Nova República e as pesquisas realizadas sobre a Amazônia Legal, nota-se que, na primeira década,

quando a pauta girava em torno da formação de pesquisadores, da ciência e tecnologia e, tecnologias industriais, além da preocupação com a ocorrência de queimadas, com a biodiversidade e o desenvolvimento da Amazônia, algumas pesquisas traziam críticas às políticas públicas voltadas para a modernização da Amazônia, em especial, na ditadura militar. Pesquisava-se os impactos ambientais causados às populações amazônicas decorrentes desse desenvolvimento, incluindo a construção de hidrelétricas e pelos diversos processos produtivos, além da ocupação da região, atividades de garimpo, o desmatamento, o ecoturismo e o repasse de fomentos à ciência e tecnologia.

Na década que começa de 2003, houve a preocupação com a pós-graduação na área da saúde, desenvolvimento sustentável, aquicultura, biotecnologia, ciência e sociedade, com a redução das assimetrias regionais, o progresso científico e tecnológico na região, abertura de novos cursos e monitoramento do desmatamento. Nas teses e dissertações, discorria-se sobre a carência de investimentos científicos nos projetos pilotos de desenvolvimento sustentável, os impactos ambientais de programas de desenvolvimento, incluindo hidrelétricas, e o processo de integração da Amazônia ao contexto nacional em planos e programas de governo. Além disso, pesquisas sobre o desenvolvimento científico amazônico e a defesa nacional na Amazônia brasileira.

Esta pesquisa pode auxiliar como orientação para analisar as demandas da Amazônia Legal, através das pesquisas realizadas, além de, auxiliar para posteriores pesquisas em outras áreas de conhecimento nas universidades, em centros ou institutos de pesquisa e, o reflexo que poderiam causar nas políticas públicas. Como aqui relatado, algumas pesquisas apresentaram críticas aos tipos de políticas de desenvolvimento amazônico e, ainda, à falta de atenção dada aos cursos de pós-graduação da região frente às demais regiões do país. Ademais, é a partir dessas pesquisas realizadas em teses e dissertações que entendemos o pouco que ainda se produz a respeito dessa temática na própria Região da Amazônia Legal, levando em consideração os cursos selecionados para este trabalho. O desenvolvimento dessas pesquisas contribuem para a compreensão da realidade da Amazônia em suas grandezas histórica, política, econômica e social.

REFERÊNCIAS

ABC - Academia Brasileira de Ciências. **Amazônia: desafio brasileiro do século XXI**. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.

ALMEIDA, Alfredo. **Os programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2019.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAGÓN, Luis. **Ciência, educação e desenvolvimento da Amazônia**. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter (Ed.). *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 291-305.

ÁVILA, A. B. **A pós-graduação em Educação Física e as tendências na produção de conhecimento: o debate entre realismo e anti-realismo**. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida**. In C. Brock & S. Schwartzman. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BECKER, B. **Ciência, Tecnologia e Inovação: condição do desenvolvimento sustentável da Amazônia**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2010.

BECKER, Bertha. **Amazônia: desenvolvimento e soberania**. In: IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Publicação Original. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

_____. a. Ministério da Educação. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. História e Missão*. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

_____. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm>. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

_____. **Estratégia Nacional e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006.

_____. **Lei n. 10.172, de 09 janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 1998.

_____. **Lei nº 10.933/2004**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/ 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/ppas-antecedentes>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 11.653/2008**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/ 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/ppas-antecedentes>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 12.593/2012**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/ppas-antecedentes>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 13.249/2016**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016**. Altera as Leis nº 10.683, de 28 e maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

_____. **Lei nº 8.173/1991**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quinquênio 1991/ 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/anexo/ANL8173-1991.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 9.276/1996.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/ 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9276.html. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº 9.989/2000.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/ 2003. Disponível em: [http://www. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9989.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9989.html). Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

_____. Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, 1994.

_____. Mensagem ao Congresso Nacional. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005-2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 – Brasília, DF: CAPES, 2010. V. 1. p. 15-16. ISBN – 978-85-88468-5-3.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. História e Missão. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 1975-1979. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 1982-1985. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 – Brasília, DF: CAPES, 2010. V. 1. ISBN - 978-85-88468-15-3.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 – Brasília, DF: CAPES, 2010. V. 2. ISBN – 978-85-88468-16-0.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 1986-1989. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

_____. Ministério da Educação. MEC institui nova modalidade de doutorado profissional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/42281>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº 997/65, de 3 de dezembro de 1965**. Proposta de regulamento dos cursos de pós-graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/parecer%20cfe%20977-1965.pdf>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

_____. **Modernidade Neoliberal**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 29. Nº 84, 2014.

_____. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**. Campinas, SP, vol.28, n.76, set./dez.2008.

_____. **Portaria nº 17, de 28 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. **Portaria nº 182, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/16082018-PORTARIA-N-182-DE-14-DE-AGOSTO-DE-2018.pdf>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

_____. **Portaria nº 275, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/20122018 - Portaria-CAPES-n-275-PPG-a-Distancia.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. **Portaria nº 59, de 21 de março de 2017**. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017-Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

_____. Presidência da República. **Grupo de Trabalho Interministerial**. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira. Brasília, DF, 2003.

_____. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

_____. Programa Governamental. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acesso em: 23 de novembro de 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

CAMARGO, Daniele. **A pós-graduação no Brasil e na UFSCar: diagnósticos, desafios e propostas de ação**. 189p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra Brasil: proposta de Governo**. Brasília, 1994.

CASTRO, Edna (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017. E-book. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/584>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

CASTRO, Edna. **Sociedade, Natureza e Desenvolvimento**. IN: GAMA, João Ricardo; LEÃO, Andréa Simone Rente (Org.). Coleção Diálogos Interdisciplinares. Ciclo de Formação Geral da UFOPA. V1. Santarém, Pará: UFOPA, 2012, p. 17-60. Acesso em: 08 de janeiro de 2022.

CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João. **As políticas de educação superior no Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001**. Pro-Posições – vol. 14, N.1 (40) – jan/abr. UNICAMP, 2003. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2180/40-artigos-cataniam_et al.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

COLLOR, Fernando. **Brasil: um projeto de reconstrução nacional**. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243024>>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

DURHAM, Eunice. **A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada**. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 88, 2010, p. 153- 179.

EGLER, Paulo César G. Capacitação para pesquisa e desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Ed.). **Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 307-342.

FAULHABER, Priscila. **A história dos Institutos de Pesquisa na Amazônia**. Estudos Avançados, 19 (54), p. 241-257. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200014>.

FONSECA, C. R. V.; VAL, AL. A Tarefa de Produzir Conhecimento. In: Ulisses Capozzoli. (Org.). **Amazônia: destinos**. ed. São Paulo: Duetto Editorial, 2008, v. 3, p. 68-75.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GARCIA, R. C. A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA 2000-2003. In: CARDOSO JR., J. C.; CUNHA, A. S. (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015. p. 81-106.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOUVÊA, Fernando. **A institucionalização da pós-graduação no Brasil**: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). RBPG, Brasília, v. 9, n. 17, p. 373 - 397, julho de 2012.

JIMÉNEZ, J. **Pesquisa socialmente responsável: podemos falar de um Modo 3 de produção de conhecimento?** R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.48-57, jan.-jun., 2008.

MOREIRA, Silvia. **Ciência e educação superior na Amazônia**: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade federal do Pará. Belém: NAEA, 2018.

NOBRE, Lorena.; FREITAS, Rodrigo. **A evolução da pós-graduação no Brasil**: histórico, políticas e avaliação. *Brazilian Journal of Production Engineering*. São Mateus, 2017. vol. 3, N.º 2, p. 18-30.

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

RODRIGUES, G. M. **Ensino privado**: a qualidade e a imagem. In: S. S. Colombo, G. M. Rodrigues & Colaboradores (Orgs.), *Desafios da gestão universitária contemporânea*. [recurso eletrônico] (Cap. 2, p. 43-58). Porto Alegre: Penso, 2011.

RODRIGUES, R. **Pós-graduação na Amazônia**: o desafio de formar (em) redes. Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG. Brasília, v 11, n 23, p 19-45, março de 2014.

SAVIANI, D. **A Pós-Graduação em educação no Brasil**: trajetória, situação atual e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 1, n.1, p.1-19, 2000.

SILVA, Marilene. Experiência do Estado do Amazonas em política de C&TI. In: **Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação**: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

SIQUEIRA, A. C. de. O Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 e a Reforma da Educação Superior do Governo LULA. In: NEVES, L. M. W.; SIQUEIRA, A. C. (Org.). **Educação Superior**: Uma Reforma em Processo. São Paulo: Xamã, 2006.

SOARES, Maria. (Coord). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC – Unesco – Caracas, 2002.

SOUZA, Cleiton. **A Amazônia nas publicações científicas**: mapeando temáticas e atores. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Comunicação, Intituto Brasileiro

de Informação em Ciência e Tecnologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005. V. 10.

TORRES, Luciana. **A mercantilização da pós-graduação lato sensu no Brasil.** Curitiba: Appris, 2017.

VAL, Adalberto Luís; GUIMARÃES, Jorge de Almeida. **Um novo momento para a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia.** [Brasília], 2005. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_dezembro_05.pdf> Acesso em: 20 jun. 2011.

VALÉRIO, P. M.; PINHEIRO, L. V. **Da comunicação científica à divulgação.** Transinformação, Campinas, v. 2, n. 20, p.159-169, 2008.

VILLANUEVA, L. **Política Pública: Una visión panorâmica.** La Paz: Programa de las Naciones Unidas para El Desarrollo, 2012.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990.** In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Íbero-Americano de Política de Administração da Educação. p.1-13. 2011.